

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

ERIK MARCELO DE MOURA

**O IMPERATIVO MASCULINO EM ASSENTAMENTO DO MST: UMA RELAÇÃO DE PODER E
DOMINAÇÃO SIMBÓLICA**

Maceió-AL
2011

ERIK MARCELO DE MOURA

**O IMPERATIVO MASCULINO EM ASSENTAMENTO DO MST: UMA RELAÇÃO DE PODER E
DOMINAÇÃO SIMBÓLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias.

Maceió-AL
2011

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Maria Auxiliadora G. da Cunha

M929i Moura, Erik Marcelo de.
O imperativo masculino em assentamento do MST: uma relação de poder e
Dominação simbólica / Erik Marcelo de Moura – 2011.
120 f.: il.

Orientador: Cezar Nonato Bezerra.
Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2011.

Bibliografia: f. 117-120.

1. Movimentos sociais - Gênero. 2. Poder (Ciências Sociais). 3. Dominação
(Ciências Sociais). I. Título.

CDU: 323.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS



TERMO DE APROVAÇÃO

ERIK MARCELO DE MOURA

Título do Trabalho: O IMPERATIVO MASCULINO EM ASSENTAMENTO DO MST: UMA
RELAÇÃO DE PODER E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em
Sociologia, pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de
Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Cezar Nonato Bezerra Candeias (PPGS/UFAL)

Examinadores:



Profa. Dra. Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (PPGS/UFAL)

Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros (PPGS/UFPB)

Maceió, 29 de Abril de 2011.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais, avós, irmãos, esposa e filho, pelo apoio que sempre me foi dado ao longo de toda minha vida acadêmica. A todos os meus amigos que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação, no decorrer de dois anos, permite a construção de todo tipo de laço de solidariedade e compreensão. Citarei aqui aqueles que acompanharam o processo com grande proximidade ou que facilitaram sua realização. Humildemente retribuo deixando aqui registrada a minha gratidão. Meus sinceros agradecimentos:

A Deus pela tranquilidade e discernimento concedidos nos momentos de dificuldade e inquietude ao longo de todo processo laborativo desta dissertação.

Ao Professor Doutor Cezar Nonato Bezerra Candeias que com seu olhar preciso acompanhou cada etapa desta pesquisa.

À Professora Doutora Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira pela perspicaz contribuição durante a qualificação, por sua participação como membro da banca examinadora e pela disponibilidade sempre demonstrada.

Ao Professor Doutor Rogério de Souza Medeiros pela disponibilidade. Leitura cuidadosa e contribuições para o texto do trabalho.

Às minhas mães Aparecida e Joceli, pela força, compreensão e amor em todos os momentos.

Ao meu pai Dnaldo e minha avó Rita, que entenderam esta difícil etapa da minha vida e que, do seu jeito, buscaram me ajudar.

Aos meus queridos irmãos, Glayvson, Dayvson, Katyúrssia, Douglas, Eide e Erisson, pela generosidade e alegrias que desfruto em nossa relação.

Aos meus amigos(as) André Lins, Edler Lins, Melquíades Santos, Jarbas Monteiro, Severina Lins e Eva Maria que compartilharam com atenção meus questionamentos ao longo deste e de outros trabalhos, por se mostrarem disponíveis ao diálogo e contribuírem para seu desenvolvimento.

À minha esposa Rosilda por sua presença no compartilhar desse e de muitos outros caminhos, meu agradecimento e amor.

Ao amado filho, Erik Junior, por está sempre ao meu lado, por me fazer sorrir, mesmo nos momentos mais difíceis desta caminhada.

A Ivonete Flores, minha sogra, e aos meus cunhados e sobrinhos pelo carinho.

Aos membros docentes do PPGS, em especial aos professores Arim do Bem, Walter Matias e Ricardo Mayer pelas aulas que tanto contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e para meu crescimento pessoal e intelectual.

Ao secretário do PPGS, Gilnison Ramos sempre atencioso, educado e apto na resolução de nossos problemas.

Aos meus colegas da turma 2008, em especial ao camarada Lucas Menezes, muitas lembranças.

Ao apoio da FAPEAL graças ao qual me foi possível dedicar exclusivamente ao mestrado ao longo desses dois anos.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para execução desta dissertação de mestrado, em especial a Marcela Nunes, Dudu Nobre e Christiano Anderson.

À professora Cleonice e ao Gustavo pela confiança e compreensão durante a elaboração da minha dissertação.

In memoriam a minha amada avó Maria do Carmo, ao meu sogro Ramiro Germano e ao meu eterno e inesquecível amigo Eraldo Barros.

Aproveito para tentar me desculpar com as pessoas que, pela proximidade, tiveram que conviver com meu humor instável e companhia nem sempre agradável de alguém que parecia só saber pensar e falar sobre dissertação.

“Não se nasce mulher: torna-se mulher”. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.

Simone de Beauvoir.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar como vem se desenvolvendo as desigualdades de gênero a partir da análise das relações de poder em assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a constituição sócio-cultural da dominação simbólica masculina, através da observação da relação entre estrutura e ação na produção e/ou reprodução do *habitus* dentro do *campo* social. Para isso, trabalhamos com categorias conceituais nas áreas de relações de poder, empoderamento, patriarcalismo e dominação simbólica. Dessa forma, direcionamos nossa pesquisa para alguns setores que consideramos capitais no estabelecimento das desigualdades de gênero em assentamentos do MST, como o campo da produção de trabalho, a relação entre o público e o privado, direitos e oportunidades, dentre outros. A presente dissertação foi desenvolvida metodologicamente tendo como pano de fundo a busca pela mediação entre as duas dimensões basilares da dinâmica social: o agente social e a estrutura. Por isso pautamos a nossa pesquisa em Bourdieu, o qual considera o problema dos métodos epistemológicos como uma discussão que oscila entre os dois tipos de conhecimentos complementares e relacionais: o objetivismo (estruturas sociais e estruturas simbólicas) e a fenomenologia (subjetivismo). Pois, respectivamente, enquanto um constrói as relações objetivas que estruturam as práticas dos agentes sociais, o outro incide da experiência primeira do indivíduo. A esse tipo de abordagem epistemológica Bourdieu chama de conhecimento praxiológico, ou seja, um conhecimento que busque romper com a dicotomia entre o agente social e a estrutura social, buscando articular ambos dialeticamente. Dessa maneira a teoria aparece combinada a aspectos históricos, bem como aos dados coletados para uma maior compreensão da realidade junto à questão de gênero em assentamentos do MST.

Palavras-chave: Gênero. MST. *Habitus*. *Campo*. Relações de Poder. Dominação Simbólica. Ação e estrutura.

ABSTRACT

This research has the objective of identifying the development of gender inequality through the analysis of the power relations in MST (Movement of Landless Rural Workers) settlements and male social-cultural constitution of symbolic male domination, through the observation of the relation between the structure and action in the production and/or reproduction of the *habitus* inside the social field. To accomplish this, I worked with conceptual categories in the fields of relations of power, empowerment, patriarchy and symbolic domination. This way, I directed my research to some sectors that I considered to be capital in the establishment of the gender inequality in MST settlements, as the labor field of production, the relation between the public and the private, rights and opportunities, among others. This dissertation was methodologically developed relied on the search for the mediation between the two base dimensions of social dynamics: the social agent and the structure. Due to this fact, I relied my research on Bourdieu who considers the problems of epistemological methods to be a discussion that oscillates between two types of complementary and relational knowledge: objectivism (social and symbolic structure) and phenomenology (subjectivism). Respectively, whereas one builds the object relation that structure the social agent's practices, the other falls upon the individual's first experience. Bourdieu defines this type of epistemological approach as praxeological knowledge, i.e., a knowledge that seeks to break with the dichotomy between the social agent and the social structure, trying to articulate both dialectally. This way, the theory is combined to historic aspects as well as the data collected for a better comprehension of reality together with the issue of gender in MST settlements.

Keywords: Gender. MST. *Habitus*. *Field*. Power relations. Symbolic domination. Action and structure.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadoria.

IESOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| CAPÍTULO 1: ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST: A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, SOCIOECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO | 26 |
| 1.1 Da expropriação agroindustrial à articulação dos movimentos sociais rurais..... | 26 |
| 1.2 Índícios históricos da formação do MST..... | 30 |
| 1.3 A presença da mulher na luta pela terra: ocupação e sistematização do assentamento no MST..... | 35 |
| CAPÍTULO 2: RELAÇÕES DE PODER, EMPODERAMENTO E DOMINAÇÃO: UMA ANÁLISE DA CATEGORIA DE GÊNERO | 46 |
| 2.1 Relações de Poder: gênero e empoderamento..... | 46 |
| 2.1.1 Relações de poder: indicativos da noção de patriarcalismo e sua representação na distinção dos gêneros..... | 52 |
| 2.1.2 Relações de poder: empoderamento e poder simbólico na perspectiva de gênero..... | 54 |
| 2.2 A Dominação: Indicativos teóricos e suas implicações nas relações de gênero..... | 65 |
| 2.2.1 O imperativo da dominação masculina em sua construção simbólica..... | 67 |
| CAPÍTULO 3: ASSIMETRIA DE GÊNERO NO MST: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA DICOTOMIA EM ASSENTAMENTO RURAL | 71 |
| 3.1 Uma análise da assimetria de gênero em estabelecimentos agropecuários de Atalaia/AL..... | 71 |
| 3.2 Gênero e educação no assentamento: um indicativo da superação da mulher ao acesso escolar..... | 79 |
| 3.3 Gênero e atividades ocupacionais em assentamento do MST: o reconhecimento do trabalho produtivo masculino e a invisibilidade do trabalho reprodutivo feminino..... | 81 |
| 3.4 Público e privado no assentamento: uma relação de gênero entre a liberdade e a dependência..... | 94 |

| | |
|--|------------|
| 3.5 Direitos e cidadania em assentamento: uma análise da distinção das oportunidades entre os gêneros..... | 98 |
| 3.6 Organização, liderança e participação em assentamento na perspectiva de gênero.... | 102 |
| 3.7 Setor de gênero: uma questão secundária em assentamento do MST..... | 108 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 113 |
| REFERÊNCIAS..... | 117 |

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil não é algo simples e novo, contudo é a partir da década 1990¹, com a retomada na aceleração do processo de reforma agrária que passamos a evidenciar um maior deslocamento das comunidades para o campo, caracterizando assim, os acampamentos e, em consequência das lutas os assentamentos rurais. Os assentamentos que passam a representar um avanço nas relações de poder entre Estado, latifúndio e camponeses, pois observamos uma maior intensificação não só no processo de transferência de terras, bem como, ajustes na política de crédito e no incentivo fiscal para a produção de gêneros agrícolas.

Para isso foi determinante o apoio dado à agricultura em geral, com o refinanciamento das dívidas, as taxas de juros menores para o crédito rural, a isenção do imposto sobre circulação de mercadoria (ICM) para os produtos básicos, o fim do congelamento de preços, a desvalorização da taxa de câmbio em 1999, a restrição às importações de alimentos de fora do MERCOSUL e, principalmente o apoio dado à agricultura familiar por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da Reforma Agrária². Tudo isso só foi possível devido o fortalecimento das reivindicações dos setores sociais ligados ao campo, portanto um avanço no que se refere à luta contra a estrutura reprodutora de capital.

Com o avanço em setores determinantes da luta pela apropriação e estruturação do campo, de acordo com as suas mais variáveis necessidades, os movimentos sociais ligados ao espaço rural, entre eles o MST, passam a representar espaços fecundos para o desenvolvimento de práticas políticas diversas, ou seja, atividades relativas a outras dimensões que privilegiam o exercício do pleno desenvolvimento do movimento, conseqüentemente, da vida desses trabalhadores e trabalhadoras em assentamentos rurais. Dentre essas dimensões, podemos destacar a educação, saúde, cultura, geração de emprego e renda, dentre outras.

¹ RUA e ABRAMOVAY (2000, P. 5).

² GUANZIROLI. *O porquê da reforma agrária*. Revista Econômica, v. 4, n. 1, Junho 2002. P. 10 – impressa em Outubro de 2003. Universidade Federal Fluminense. <http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/guanziroli.pdf>

Percebemos que a introdução de outros aspectos no debate acerca das discussões sobre a problemática da terra contribui para o avanço da temática social, porém devemos estar atentos para identificarmos se o interesse está em corrigir ou, simplesmente compensar disparidades variadas, dentre algumas a que nos chama a atenção para a construção deste trabalho, ou seja, quais os possíveis fatores que apontam para as desigualdades nas atribuições de homens e mulheres na relação entre os setores produtivos e reprodutivos; público e privado em assentamento do MST. Para tentarmos entender melhor essa dinâmica iremos trabalhar com assentamentos que viabilizaram a nossa estada, cooperando de forma a elucidar ao máximo nossas indagações. A região que escolhemos compõe um complexo de assentamentos do MST, logrado no município de Atalaia, localizado no estado de Alagoas.

As estruturas dos assentados, frente às perspectivas de gênero e a relevância dessas desigualdades é que nos motivaram a somar esforços para realizarmos na pesquisa, a partir de uma perspectiva teórico-empírica que tenta demonstrar como essas distinções continuam se reproduzindo, através de uma análise de informações coletadas por meios de estudos no que se referem as relações de poder dentro da estrutura do assentamento na perspectiva de gênero, situando os aspectos de produção e reprodução que contribuem para um imperativo masculino na relação de dominação frente às atividades consideradas essenciais ao desenvolvimento do assentamento – trabalho produtivo e reprodutivo; atividades públicas e atividades privadas, participação e decisão.

Com isso, procuramos observar o dinamismo das relações de gênero, tentando identificar os mecanismos que nos permitam entender a produção e/ou reprodução das desigualdades de gênero em assentamentos do MST. Para isso se fez necessário um enfoque sobre a forma na qual vem se desenvolvendo as relações de empoderamento, bem como a dinâmica da dominação entre homens e mulheres na esfera do assentamento no MST. Desta forma, buscamos identificar os elementos estruturais que, possivelmente contribuem para a distinção entre homens e mulheres nas atividades participativas e decisivas nos espaços públicos e privados do assentamento.

Assim, percebemos uma conjectura da construção de uma dominação por meio de uma subjetividade – como sendo a construção de juízos de valor que são internalizados e

externalizados por membros de um *campo*³ onde acontecem relações de poder. Ou seja, por mais dinâmico que seja o *campo* onde se desenvolvem as relações de poder, no que diz respeito à questão de gênero, temos evidenciado ainda um predomínio no imperativo masculino no reconhecimento da atuação direta nas instâncias produtivas do assentamento. Gostaria de ressaltar que não desconsideramos as atividades exercidas pelas mulheres como produtivas, mas como agregadoras de valores à produtividade das famílias e, conseqüentemente do assentamento, contudo, evidenciamos que estruturalmente seu trabalho não tem sido demonstrado e reconhecido devidamente, uma vez que é tido como subsidiário ao do seu companheiro, conforme demonstraremos mais adiante.

Portanto, defendo que esse constructo social vem sendo produzido e/ou reproduzido historicamente, passando a agir como um *habitus*⁴ constitutivo. Onde é possível identificar através de algumas práticas, a crença na supremacia da virilidade masculina; dependência da mulher em relação à proteção masculina; que o homem (ser público) e a mulher (ser privado), etc. – exercendo assim uma dominação construída e reproduzida no *campo* das relações simbólicas de poder. “O *habitus*” tende, portanto, a conformar e orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram”. (BOURDIEU, 1983, p. 15).

Outro detalhe importante que iremos focalizar em nosso estudo é o processo de naturalização entre os agentes sociais dessa prática de distinção relacionada à divisão social entre os sexos, evidenciando uma relação de poder na estrutura que se encontra de forma estruturante e estruturada, através de sistemas simbólicos de percepção – discurso, mito, língua, cultura (patriarcal), etc.. “Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. (BOURDIEU, 2009b, p. 9).

Segundo Bourdieu (1983, p. 48), “a ‘compreensão’ supõe uma operação inconsciente de decifração que só é perfeitamente adequada quando a competência que um dos agentes engaja na sua prática ou nas suas obras é igual à competência que engaja objetivamente o

³ Nesse estudo, entendemos a categoria *Campo* a partir de Bourdieu, ou seja, como local onde se desenvolvem as relações de poder.

⁴ Entender o conceito de *habitus* a partir de Bourdieu, ou seja, como sendo um sistema de disposições para a prática, sendo um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas. Sendo então produto relacional de uma cultura simbólica dominante e as práticas desenvolvidas no *campo*.

outro agente na sua percepção dessa conduta ou dessa obra”. Ou seja, a construção de sistemas simbólicos sócio-culturais só é possível mediante a interação dos agentes inseridos nas relações de poder – no caso da nossa pesquisa, a relação homem e mulher – entre os que produzem e os que reproduzem e absorvem a cultura simbólica dominante – nesse caso, o patriarcalismo, a virilidade, a dependência, passam a ser incorporados pelas mulheres e homens assentados(as) como práticas naturais e dominantes. Dito de outra forma, homens e mulheres estão integrados(as) no *campo* e no *habitus* que realçam valores patriarcais e tradicionais da virilidade e dependência masculina.

Para dar maior robustez a nossa pesquisa, buscamos associar a análise de caráter qualitativo com a interpretação de dados quantitativos, elementos que ao longo dos estudos foram nos confirmando a marca que as desigualdades sociais deixam na dimensão do corpo. “O mundo social constroi o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”. (BOURDIEU, 2009a, p. 18). A concepção biológica passa a determinar o espaço do ser social dentro da estrutura na qual pertence.

Outro dado que deve ser ressaltado em nosso trabalho é como vem sendo desenvolvido a percepção de homens e mulheres no que concerne a participação das mulheres na liderança, bem como, a relevância da presença das mesmas, e, de que forma a direção do MST em Alagoas tem apontado para o estudo de gênero nos assentamentos do estado, uma vez que temos mulheres na liderança do diretório estadual do MST.

Para a realização deste trabalho, foi importante e indispensável à leitura de autores como Pierre Bourdieu, Max Weber e Michel Foucault, que nos deram a base teórica para a compreensão de aspectos fundamentais no que se refere à dominação na relação de poder e *empoderamento*⁵, a partir de uma análise da relação entre ação/estrutura e estrutura/ação. Nos pontos em que abordamos a categoria de gênero e/ou MST não poderíamos deixar de citar, Simone de Beauvoir, Maria das Graças Rua, Miriam Abramovay,

⁵ A definição de *empoderamento* é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim entre cursos de ação alternativos em múltiplas esferas – política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. Desse modo, trata-se de um atributo, mas também de um processo pelo qual se aquire poder e liberdades negativas e positivas. Pode-se, então, pensar o empoderamento como resultante de processos políticos no âmbito dos indivíduos e grupos. (Rodrigo Rossi Horochovski & Giselle Meirelles. Problematizando o conceito de empoderamento 2007, p. 486).

Maria da Glória Gohn, L. Lavinhas, Joan Scott e Rachel Soihet, dentre outros(as) referenciados(as) no final do texto.

Gostaríamos de deixar registrado que o interesse pelos estudos ligados ao campo, bem como à dinâmica dos movimentos sociais ligados a ele sempre foram temáticas a qual nos identificamos ao longo de nossa vida acadêmica, motivo pelo qual fomos levados a procurar desenvolver algo que viesse a contribuir para ampliar os estudos que abordam os campos dos movimentos sociais e ações coletivas no estado de Alagoas, a partir de uma análise das relações de gênero em assentamentos rurais do MST.

Nossa principal preocupação na pesquisa foi refletir sobre a estrutura do assentamento e a interação dos agentes sociais nas relações de gênero nos mais diversos aspectos que demandam atributos participativos e decisórios entre homens e mulheres e como estes vêm se relacionando no *campo* estrutural das relações de poder no âmbito do assentamento. Desta forma, buscamos identificar as vinculações existentes entre a constituição do *habitus* dominante e como se dá a dinâmica relacional dos membros – homens e mulheres assentados(as) – ao incorporarem e/ou rejeitarem tal poder na estrutura do assentamento. Portanto, o ponto de partida para as reflexões e ponderações foi considerar o comportamento de homens e mulheres assentados(as) com a finalidade de identificar como são construídas as desigualdades de gênero, tendo como perspectiva analítica a construção e/ou constituição simbólica do *habitus* na estrutura do assentamento no usufruto da terra, bem como, as relações de poder desenvolvidas no campo.

Gostaríamos de ressaltar que a escolha do tema que relaciona gênero e práticas sociais em assentamentos de reforma agrária também se deve, principalmente, por acreditarmos que o assentamento registra um espaço social avançado na luta contra o latifúndio, portanto, propício para o processo de aceleração de mudanças sociais que se manifestam da confluência entre os diversos agentes sociais que integram o espaço e interagem diretamente com o objetivo concreto de mudar a condição social e econômica das famílias assentadas, bem com, daqueles(as) que compreendem o movimento social rural como um todo.

Como observado, os assentamentos são marcados por conquistas históricas que formaram novas categorias sociais como a de ‘trabalhadores rurais sem terra’ em

‘agricultores familiares’ e também tem aberto o diálogo para a construção de novas categorias sociais como saúde, geração, etnia e gênero. Nesse processo de mudanças e construções de categorias sociais identificamos a criação de condições para as mudanças nos demais setores que não estejam diretamente ligados a questão exclusiva da terra, entre elas a questão das relações de gênero.

Estrutura do trabalho

Para desenvolvermos os objetivos que nos propusemos, apontamos dois pontos, no que entendemos ser fundamentais no processo de constituição do assentamento: o primeiro se refere à base material, ou seja, está ligado diretamente a divisão por sexo das atividades entre homens e mulheres; o segundo está ligado aos aspectos simbólicos contidos em torno da construção do gênero e se encontra articulado junto à estrutura e à ação social, realimentando assim um *habitus* que predispõe para um imperativo do domínio masculino, ou seja, percebemos no assentamento que a estrutura está estruturada porque é estruturante, ou seja, a estrutura que envolve as ações dos agentes no assentamento pressupõe a incorporação de um *habitus* que passa a agir como mecanismo dinamizador entre a relação que os indivíduos passam a exercer e sofrer na estrutura.

Portanto, no primeiro capítulo deste trabalho, abordamos os temas que se referem à constituição histórica e sócio-econômica da luta pela terra no Brasil no que concerne às relações de gênero, o processo de expropriação e a formação da agroindústria; a participação da mulher na luta pela terra e como vem se dando, na perspectiva de gênero, a sistematização dos assentamentos no MST, pois achamos relevante fazermos esse aporte histórico a fim de identificarmos o processo constitutivo da formação de um movimento social – o MST – a partir das necessidades coletivas de indivíduos que buscam o mesmo objetivo: a princípio a posse da terra, em seguida a melhoria nas condições de utilização da mesma. Depois procuramos identificar a presença da mulher no processo de sistematização e definição das estratégias do movimento, agora coletivo e organizado.

No segundo capítulo nos detivemos às relações de gênero em seus indicativos teóricos, bem como, o processo de empoderamento nas relações de poder, patriarcalismo e

dominação, para subsidiar nossos apontamentos teóricos, cuja referência se constroi no espaço da reflexão no que se refere à atual conjuntura estrutural do assentamento no MST.

Tentamos apontar para uma discussão que nos remete a identificarmos uma conjuntura social que ainda sofre um imperativo masculino de acordo com uma construção estrutural de dominação e reprodução simbólicas pautadas na supremacia da masculinidade, através de um poder influenciado pelo *habitus*.

No terceiro capítulo, demonstramos, através da coleta de dados, junto a um complexo de assentamento no município de Atalaia, no estado de Alagoas, como as desigualdades de gênero no que se refere à participação direta em atividades dentro e fora do assentamento continuam acentuadas.

Coletamos informações e reproduzimos em forma de gráficos a participação de homens e mulheres em atividades produtivas e reprodutivas. Buscamos identificar de que forma a mulher tem seu trabalho reconhecido junto ao assentamento, bem como, sua relação com as atividades públicas e privadas e seu grau de participação na tomada de decisões perante o imperativo masculino. Procuramos também identificar nesse momento do nosso trabalho qual o entendimento que homens e mulheres assentadas têm sobre a temática de gênero.

Por fim, buscamos demonstrar as desigualdades de gênero que envolve a dimensão do assentamento no MST, bem como conceber de que forma vêm se dando sua reprodução no campo das relações de poder e dominação simbólica.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Nossa grande preocupação metodológica se deu na tentativa de encontrar a mediação entre as duas dimensões basilares da dinâmica social: o agente social e a estrutura. Por isso pautamos a nossa pesquisa em Bourdieu, que de acordo com Renato Ortiz (1983:8) “o qual considera os problemas epistemológicos como uma discussão que oscila entre os dois tipos de conhecimentos polares e antagônicos: o objetivismo (estruturas sociais e estruturas simbólicas) e a fenomenologia (subjetivismo)”. Contudo, entendemos a preocupação de Bourdieu em deixar claro que a existência deste antagonismo entre os problemas epistemológicos não implica em podermos interligá-los, uma vez que fica evidenciado nas ideias do autor, que ambos são complementares e relacionais entre si. Pois, respectivamente, enquanto um constroi as relações objetivas que estruturam as práticas dos agentes sociais, o outro incide na experiência primeira do indivíduo⁶.

O trabalho de Bourdieu torna-se útil às análises da questão do gênero, visto que seus conceitos, além de se inserirem como instrumentos importantes às tentativas de compreensão dessa instituição milenar, que é a da dominação masculina, oferecem a oportunidade de uma posição científica epistemológica que não se situa no pólo dos determinismos estruturais como tampouco no dos subjetivistas. (FONSECA, 2001, p. 21-22).

O que queremos levantar com esta colocação é que buscamos analisar o problema da *interiorização da exterioridade* e da *exteriorização da interioridade*. Dito de outra forma, tentamos superar a dicotomia metodológica entre estrutura e ação, ou seja, os distintos métodos podem ser agrupados à nossa pesquisa numa mesma perspectiva epistemológica, pois tentamos trabalhar dentro de um diálogo construtivista que incide em perceber como se dá a relação da estrutura sobre a ação dos agentes, bem como a ação dos agentes sobre a estrutura no campo da dominação simbólica masculina, no que diz respeito à relação de gênero no assentamento rural do MST.

Mediante tal consideração, Bourdieu aponta para um esquema em que a estrutura e a ação estão sobrepujadas em um sistema onde a ação da estrutura no indivíduo e a ação

⁶ A esse tipo de abordagem epistemológica Bourdieu chama de conhecimento praxiológico, ou seja, um conhecimento que busque romper com a dicotomia entre o agente social e a estrutura social, buscando articular ambos dialeticamente. (Bourdieu, 1983, p. 8).

dos agentes no *campo* ‘alimentam’ a estrutura. “Por estruturalismo, quero dizer que existe, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. – estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações” (BOURDIEU, 2004, p. 149). De acordo com o autor, de um lado, teríamos uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos, denominados de *habitus*, de outro, das estruturas sociais denominadas de *campos* ou grupos.

Sendo assim, de acordo com Bourdieu (1983, p. 61), as estruturas passam a ser internalizadas em forma de *habitus* que passam a produzir “sistemas de disposição⁷ duráveis, estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares”. Isto incide também em apontar para o caráter relacional e complementar que existe entre estrutura e ação, pois ao mesmo tempo em que os agentes são influenciados pelas condições estruturais que o *habitus* constitui, também estão em constante processo relacional dentro do *campo* onde se desenvolve e se constitui o *habitus*.

As construções sociais são feitas pelos atores da cena social, ou seja, deve-se tomar como objeto não apenas a realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade. (BOURDIEU, 2004, p. 151-156).

Dessa forma chegaríamos à seguinte descrição: a estrutura produz *habitus* que provavelmente são internalizados pelos indivíduos dos grupos e esses agem em forma de ação social, ou seja, esses agentes estariam incorporando as estruturas em forma de *habitus* que podem ser regulados e/ou regulares, de acordo com as relações de poder estabelecidas entre os indivíduos do *campo*, e os externalizando em forma de ações sociais, caracterizando uma relação dialética entre o objetivismo estrutural e a fenomenologia.

⁷ A palavra *disposição* parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ele exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então um sentido próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, uma maneira de ser, um estado habitual e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação. Bourdieu (1983, p. 61).

Como podemos perceber, Bourdieu cria um sistema onde ação e estrutura estão em constante processo relacional, pois uma dimensão interfere na outra dialética e dialogicamente, dito de outra forma, a estrutura passa a ser internalizada em forma de *habitus* que se materializa na ação dos indivíduos, de forma a interagir na estrutura externalizando sua reprodução ou recriação, de acordo com a tensão que se desenvolva no *campo*.

De acordo com o que descrevemos acima, seguindo a linha de raciocínio epistemológico de Bourdieu, apontamos para o conhecimento praxiológico como aquele que nos dará suporte, uma vez que reconhece que o *habitus*, dentro do *campo* social, pode funcionar como estrutura estruturada, disposto a atuar como estrutura estruturante.

O conhecimento praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivistas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. (BOUDIEU, 1983, p. 47).

No que diz respeito ao processo laborativo deste trabalho, procuramos responder algumas indagações sobre a forma na qual tem se desenvolvido as desigualdades de gênero e como vem se conformando, dentro das relações de poder, a dominação masculina em assentamentos do MST. Termos que nos parecem de grande contribuição para os estudos de gênero em sua estrutura – relações de poder, empoderamento e dominação, a partir das desigualdades de gênero – através de diálogos com autores – já mencionados acima, dentre outros – que nos dessem suporte à formulação das respostas procuradas.

O primeiro passo foi a necessidade de um levantamento bibliográfico que nos desse suporte teórico e metodológico às indagações propostas no que se refere ao estudo de gênero, relações de poder e dominação como um todo e, como vem se desenvolvendo em suas particularidades no assentamento. Para tal informação se fazia necessário a escolha do assentamento. O assentamento escolhido compõe um complexo de assentamentos do MST⁸ situado no município de Atalaia, no estado de Alagoas. O complexo de Atalaia tem medidas

⁸ A escolha do MST se deu por ser um dos movimentos de maior evidência e por termos mais facilidades em aproximação para o pleno desenvolvimento da pesquisa.

aproximadamente de 600 hectares de terra, divididos por três assentamentos que compreendem o complexo. Fazendo parte do espaço que compreendia a antiga usina brasileira. Por uma questão de preservação e exposição do assentamento não iremos identificar seu nome. A partir daí foi dado outro passo importante que foi a aproximação do assentamento, mediado por um dos membros do MST, possibilitando uma maior intimidade e, conseqüentemente tranquilidade para o desenvolvimento metodológico das atividades.

Foi de grande relevância em nossa pesquisa a aplicação de questionários, distribuídos de forma equitativa entre os assentados(as), sendo homens e mulheres maiores de 18 anos, correspondendo a um total de 100 assentados(as)⁹, que compreendem cerca de 40 famílias assentadas, totalizando aproximadamente 120 assentados(as), entre adultos e crianças, possibilitando fazermos uma análise comparativa da distribuição por gênero em diferentes dimensões da vida nos assentamentos rurais como – grau de escolaridade, atividade ocupacional, atribuição de responsabilidades pelas atividades agropecuárias e organização do assentamento, a responsabilidade pela decisão de atividades públicas e privadas, grau de distinção entre direitos e possibilidades no que concerne a participação e atuação de homens e mulheres nas lideranças bem como o entendimento que se detém sobre a perspectiva de gênero.

As informações coletadas nesses questionários, bem como nas entrevistas¹⁰, foram de grande valor, pois nos apontaram para o fato da presente e acentuada assimetria – no sentido de regular as divisões das atividades de acordo com o sexo – da presença de homens e mulheres nos assentamentos, revelando a persistente desigualdade nas relações de poder de acordo com o gênero.

No transcorrer da dissertação, procuramos demonstrar como esses dados da pesquisa empírica terminam por dialogar com os números apresentados pelo IBGE de maneira a confirmar a referida realidade da relação de gênero nos assentamentos.

⁹ Gostaríamos de ressaltar que em determinadas questões alguns assentados(as) se abstiveram de responder, cabendo a nós respeitarmos tal decisão.

¹⁰ Tanto os dados quantitativos como os qualitativos desta pesquisa foram coletados em um complexo de assentamentos originados de processos diversos, ou seja, assentados(as) que participaram diretamente ou não do processo de luta pela expropriação da terra.

Ainda na busca de aprofundar a nossa percepção da realidade, recorreremos aos dados do INCRA e IBGE, como cadastro e distribuição de terras para as famílias no que se refere à divisão da titulação entre homens e mulheres quando se tratar de companheiros(as) de lar. Pois, acreditamos ser um ponto crucial de discussão o fator social de construção do gênero no que se refere à aquisição de terras, uma vez que, geralmente, a agricultura está associada à figura masculina, portanto descaracterizando a posse da terra por parte das mulheres.

Concentramos toda nossa atenção ao complexo de assentamentos acima citado no ano de 2010, onde intensificamos a coleta de dados que nos levaram aos resultados e, no início de 2011, às reparações finais.

Buscamos coletar informações mediante aplicação de questionários, como já informado acima, bem como, discorreremos em diálogos semi-estruturados com homens e mulheres do MST assentados(as) na região e adjacências. Procuramos sempre equacionar a distribuição dos questionamentos entre assentados e assentadas de forma equitativa para dar o máximo de credibilidade e lisura aos resultados da nossa pesquisa.

Por fim, desenvolvemos um debate que prioriza, na perspectiva de gênero, a análise da construção “simbólica” da dominação masculina, junto ao processo de empoderamento do homem que é corporificado e internalizado nas relações de poder dentro da estrutura (*campo*) e são externalizados pelos agentes sociais – homens e mulheres do assentamento – através do *habitus* e seus sistemas de percepção.

Mesmo estando consciente de que não seria fácil a aplicação de indagações junto a um determinado grupo social que, detém normativamente seus conceitos, valores e tradição estruturados e, portanto, estruturantes, buscamos recorrer ao máximo os mecanismos que nos fossem viabilizados para desenvolvermos esta pesquisa. Pois, de acordo com Ruquoy (1995, p. 73), “não é raro encontrar nas pessoas contatadas uma reticência em aceitar a indagação. Comunicar opiniões ou informações sobre um assunto parece uma operação delicada. Pode-se esperar por alguma recusa”. Pois, como ressaltamos anteriormente, trata-se não apenas de uma relação entre pesquisador e indivíduos, mas entre o pesquisador e o meio que se encontra estruturado.

Outro detalhe que não podemos deixar de ressaltar neste tipo de pesquisa é que esta tende a “apresentar-se” como algo que venha a romper com a estabilidade social do grupo (assentamento), por dois motivos: primeiro, pelo fato da questão de gênero ainda ser uma discussão secundária, uma vez que dentro dos setores ligados ao MST, o foco prioritário de sua problemática continua pautado na luta primordial pela melhoria nas condições da utilização da terra através do crédito, da aquisição de materiais e ferramentas, bem como, insumos agrícolas e, na melhoria de setores básicos da vida cotidiana como a produção e negociação, manutenção da família e reabastecimento da casa, trabalho e educação dos filhos(as), etc.

O segundo motivo pode ser identificado como fator gerador de instabilidade dentro das estruturas estruturadas, uma vez que levanta a possibilidade do debate sobre as questões relativas ao poder dentro do MST. Isso pode levar a uma tendência em relação à parcialidade nas respostas, dificultando e/ou comprometendo assim, o resultado da pesquisa.

Frente a esses problemas foi difícil, mas buscamos, categoricamente, através dos procedimentos escolhidos, respeitarmos o espaço e o tempo, a critério dos assentados(as), para responderem as nossas indagações proferidas via questionário e/ou entrevista *in loco*.

O caminho que escolhemos traçar, possivelmente não nos conduziu ao alcance de todos os fins que buscamos, mas corroborando com Vieira (1992, p. 29), “um método consiste num caminho que pode levar a outros, deixando inclusive a possibilidade de se chegar a vários fins não indicados, certamente inatingíveis por meio do acaso”. Portanto, não existiria um método perfeito, cabendo ao pesquisador criar os procedimentos que lhe aproxime ao máximo do resultado teórico/metodológico desejado e foi o que buscamos fazer.

CAPÍTULO 1

ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA, SOCIOECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO.

1.1 Da expropriação agroindustrial à articulação dos movimentos sociais rurais.

O processo de concentração de terras no Brasil tem sua formação inicial no período colonial, no século XVI, com a divisão administrativa das terras em capitanias e sesmarias, causando um enorme problema no que concerne a concentração da propriedade privada da terra em grandes latifúndios. Identificamos, porém, que o questionamento dessa realidade só vai ganhar destaque por volta de 1950 a partir de algumas instituições sociais ligadas às sociedades civil e política, como partidos, governos, sindicatos, movimentos sociais, os quais traziam em suas argumentações a rejeição do grande índice de concentração da terra associada à improdutividade dos latifúndios.

Nas duas décadas seguintes, percebemos com a intensificação do processo de industrialização e urbanização, que a preocupação com os problemas relacionados a terra passa a atingir setores mais amplos da sociedade. Pois, de acordo com Rua e Abramovay (2000, p. 39), acreditava-se que o campo no Brasil se encontrava em condições pré-capitalistas, portanto inviabilizando o processo de desenvolvimento do país, uma vez que o setor era incapaz de cumprir com suas funções básicas que eram o abastecimento interno e a aceleração de exportações para que a economia pudesse substituir o modelo importador.

Com isso, as elites governamentais começaram a incentivar um processo de mecanização e racionalização das atividades agrárias, por meio da introdução e utilização de mecanismos tecnológicos e biotecnológicos. É importante dizer que todas essas transformações conservaram a estrutura latifundiária, bem como as relações de poder, uma vez que tal modernização não privilegiou os trabalhadores e trabalhadoras do campo, pois estes(as) não se encontravam dentro dos padrões definidos pelo novo modelo agroindustrial que se formava. De acordo com Maria das Graças Rua (1992, p. 78), “a visão dominante, desenvolvimentista, excluía qualquer perspectiva de política social que se orientasse para solucionar as tensões sociais e políticas no campo”.

Dessa forma, aumenta-se a busca por mão-de-obra qualificada, levando a substituição das antigas relações de trabalho (colonato, parceria e arrendamento), à relação de total dependência do grande proprietário, detentor das inovadoras ferramentas de produção, levando inúmeros trabalhadores e trabalhadoras a perderem seus empregos e, posteriormente suas terras, uma vez que a concorrência era inevitável dentro da ordem do capital. Segundo Polanyi (2000, p. 60) “a transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência.”

Mesmo com o passar dos tempos este modelo de propriedade permanece, registrando seu legado de exclusão social. Sendo esses latifúndios marca da elite ruralista brasileira, expressando o interesse do capital como um todo pela sua ampliação, articulando de forma combinada à economia de mercado, a expropriação da terra e a exclusão dos(as) trabalhadores(as).

A invenção de máquinas e fábricas complicadas, especializadas, mudou a relação do mercador com a produção. A ampliação dos mecanismos de mercado aos componentes da indústria foi a consequência da introdução do sistema fabril numa sociedade comercial, eles(as) [trabalhadores(as)] tinham que estar a venda. (POLANYI, 2000, pp. 96-97).

À medida que o capital se desenvolve no campo, sua tendência é apoderar-se dos meios de produção, tirando dos trabalhadores e trabalhadoras seus recursos e instrumentos de trabalho.

Outro ponto no entendimento dessa trajetória é o Estatuto da Terra como fator culminante do desenvolvimento da esfera do latifúndio em nosso país, cuja Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964¹¹, a qual nos leva a entender que houve um favorecimento a condição estrutural empresarial do setor, uma vez que passa a envolver uma avançada teia capitalista de consórcios, grandes redes bancárias, multinacionais, etc. De acordo com essa estrutura percebemos a aceleração de incentivos fiscais e estímulos estatais como instrumentos da máquina governamental com o objetivo de dar condições para o ajuste empresarial do latifúndio.

¹¹ Extraído da obra Reforma Agrária: a luta pela terra no Brasil de Isaac Akcelrud (1987, p. 27).

O alicerce das leis agrárias é a empresa rural. Ela não é apenas a fonte e o objetivo da lei. Está acima de qualquer lei. De cara, a empresa rural é colocada fora do alcance de qualquer desapropriação. O crédito subsidiado está a disposição de todo e qualquer latifúndio para que se transforme em empresa. O destinatário privilegiado não é o camponês, o pequeno lavrador apoiado no trabalho da família. O destinatário do estatuto é o empresário. (AKCELRUD, 1987, p. 30-31).

Portanto, a formação de movimentos sociais, como os do campo, são resultados de fatores objetivamente ligados a essa constituição histórica da distribuição das terras, na formação econômica com base no latifúndio, na expropriação e posteriormente com a modernização dos setores agrários, onde a introdução das máquinas leva a precarização do salário e dos trabalhadores, bem como, a diminuição da oferta de trabalho, gerando uma enorme concorrência entre os próprios trabalhadores(as). Portanto, devemos observar, conforme Maria da Glória Gohn (2003, p. 13-14), “os movimentos sociais como forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”.

Com isso, observamos que homens e mulheres são levados a se organizarem com o propósito da luta pela posse da terra, porém, não se pode esquecer que se trata de um processo histórico, onde as características objetivas de formação da exclusão e desapropriação das terras devem estar claras, formando assim uma consciência subjetiva daqueles quem compõem os grupos de interesse pela posse da terra. Entender neste caso, a consciência subjetiva como um processo de identificação da condição histórica de transformação material por parte daqueles que compõem a estrutura. No caso, os desapropriados na luta pela terra.

Celso Furtado colocou o Movimento dos Sem Terra no mesmo nível da luta dos escravos. Para o economista, o Brasil é um País que deve ser felicitado por ter um movimento como este,

Que suscita no povo, nos mais pobres, o desejo de ficar na agricultura. Em nenhuma parte do mundo existe um movimento igual. É sempre o inverso: todos querem deixar a agricultura, emigrar do campo. E o MST educa o povo para mostrar que, num país onde não há criação de emprego urbano, onde se passa fome nas cidades, existe a chance de ficar no campo, trabalhando. Portanto, é um movimento que merece respeito. [...] A consciência pública brasileira evoluiu no sentido de

compreender a importância de resolver o problema da estrutura agrária, graças aos Sem Terra. (1998, p. 29).

A situação de empobrecimento aliada à consciência da produção da miséria e o reconhecimento coletivo do direito são, portanto, fatores fundamentais na organização de um movimento e da manifestação de sua luta social. Dessa forma, de acordo com Maria da Glória Gohn (2003, p. 13), “os movimentos sociais devem ser vistos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”.

No que diz respeito à dinâmica da mulher no âmbito do movimento, esta deve ter a percepção da construção de uma identidade coletiva, a partir das suas necessidades em comum, bem como, a real identificação dos problemas que envolvem as conquistas de seus direitos, como a participação nas decisões do movimento, apropriação de terras improdutivas, por exemplo, pois é legítimo o direito de concessão a essas terras para quem quer trabalhar nelas para sobreviver.

Ingressar na luta pela terra, reivindicando-a enquanto direito, implica uma reformulação na visão de mundo dos camponeses, bem como no estabelecimento de novas relações em seu cotidiano (SCHWADE, 1993, p. 77). Por outro lado, os assentamentos - espaços conquistados e recriados socialmente pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores rurais Sem Terra, a partir de um processo de luta - propiciam a reconstrução de um espaço social, das relações que perpassam o cotidiano, a partir dos referenciais que cada sujeito traz em sua história de vida e dos referenciais coletivos reelaborados na luta pela conquista da terra (SCHWENDLER, 1995).

Neste sentido, o processo de luta pela conquista da terra é compreendido como um espaço fecundo de recriação social onde as práticas cotidianas vividas pelo campesinato devem ser reelaboradas em função das condições objetivas e subjetivas que as lutas engendram.

1.2 Índícios históricos da formação do MST

A luta pela terra no Brasil não é um fenômeno recente, bem como, a reivindicação organizada pela posse da terra. Também não acontece de forma simultânea e homogênea em todas as regiões do país.

Podemos identificar dois momentos marcantes no surgimento e consolidação da organização dos movimentos sociais rurais: o primeiro encontra-se inserido entre as décadas de 1950 e 1960 com as Ligas Camponesas que lutavam contra a falta de recursos como terra e crédito, pois a ausência dos mesmos terminava por ocasionar uma grande migração do centro rural para o urbano.

As Ligas Camponesas surgem num período de redemocratização que ocorre com o fim do Estado Novo em meio a um processo de mobilização dos trabalhadores autônomos organizados nas Ligas, que passam a lutar por maiores direitos trabalhistas e acesso a terra. É importante ressaltar que um dos problemas incide na luta pela sindicalização rural dos trabalhadores, que conforme prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e compatível com os termos da Constituição de 1946, porém, não autorizada por parte do Ministério do Trabalho, devido às pressões exercidas pela Confederação Rural Brasileira. De acordo com esse cenário conflitante entre trabalhadores rurais e proprietários, bem como a “ameaça comunista” que a organização de um grupo de trabalhadores poderia sugerir, uma vez que a criação da *sociedade*, que a priori alinharia patrões e empregados, caminha apenas para organização dos trabalhadores, ou seja, levaria a ruptura da relação paternalista e de compadrio que arraigava a relação de exploração entre senhores e trabalhadores, pois passaríamos a ter uma relação de direitos e deveres pelo viés da política sindical e não mais pela troca de favores através de embates verbais. Com os trabalhadores sendo cobrados a dissolverem a *sociedade*, iniciava-se a luta de resistência.

Em decorrência desse conflito, os trabalhadores de Galiléia¹² partem em busca de um advogado ou de um político que os defenda. Depois de inúmeras tentativas, é sugerido o nome de Francisco Julião que, nessa época, além de advogado era deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Este aceitará a causa e, num curto espaço de tempo, transformará essa luta numa bandeira de todos os trabalhadores rurais do Nordeste e do Brasil. (PAGE, 1972, p. 59).

Desse encontro, as Ligas Camponesas passam a ter uma nova dinâmica, sendo bastante vigiada pela polícia, tornando assim sua atuação pouco expressiva. “Contudo, transformam-se, de acordo com grande parte da imprensa, dos políticos e da sociedade civil,

¹² Engenho logrado em Vitória de Santo Antão/PE, onde foi decidida a criação de uma associação de ajuda mútua entre os trabalhadores no que concerne às lutas por direitos trabalhistas.

numa grande ameaça à ordem social e, sobretudo, à ‘paz agrária’ dos latifundiários”. (SANTIAGO, 2001, p. 53).

A resistência e mobilização dos camponeses da Galileia tornaram-se um símbolo de resistência para uma parcela da sociedade, enquanto para outra parcela incide na ameaça comunista contra a ordem social e, principalmente, contra o latifúndio e a “paz agrária”. Dessa forma, as Ligas Camponesas transformam as lutas dos trabalhadores rurais em lutas nacionais, pois não se pode esquecer que toda essa dinâmica de construção histórica se desenvolve no *campo* de tensões sociais e políticas. Porém, dentro de todo esse contexto não podemos deixar de considerar as transformações político-econômicas que ocorriam dentro do cenário da Guerra-Fria, bem como, as revoluções na China e em Cuba, corroborando para a tensão social e política de uma “suposta revolução socialista” no nordeste brasileiro, uma vez que a resistência e mobilização das Ligas Camponesas inclinavam, por uma parcela da sociedade, para uma ameaça da ordem social. A partir da representação de um nordeste “revolucionário e comunista”, os discursos e as práticas de diversos setores da sociedade – política e civil – no nordeste e de outras regiões do Brasil se mobilizam para contrapor a possibilidade de uma “revolução iminente”, caso nenhuma medida fosse tomada. A desagregação do movimento, com o golpe militar em 1964, eliminou as organizações, mas não desarticulou suas reivindicações básicas, que seriam incorporadas pelos sindicatos rurais no período seguinte (1965-1983).

O golpe militar interrompeu o desenvolvimento de uma série de lutas que vinha acumulando força e experiência. O terror estatal desarticulou o que havia de organizado, eliminando as lideranças e inibindo a iniciativa dos trabalhadores. Contudo, as reivindicações por terra começaram a se estender por todo país, crescia apesar do regime militar. De acordo com Akcelrud (1987, p. 43), “a política agrária da ditadura, de inserção do grande capital na agricultura, favoreceu o latifúndio não só na selva tropical, mas também no sul. O monopólio capitalista da terra gera sem cessar o seu inimigo irreconciliável – o sem-terra, o bóia-fria, o assalariado rural”.

O segundo momento está inscrito na década de 80, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual aparece com as primeiras ocupações de terra, a partir da articulação das lutas promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Diversas lutas foram travadas no final dos anos 70 e início dos anos 80, porém de formas isoladas e desordenadas, desencadeando, a partir daí, a necessidade de um critério mínimo de ordenação e coordenação, pois por mais que heterogênea fosse a mobilização em sua articulação, uma coisa era certa, o propósito da luta era o mesmo: a posse da terra. Os problemas também eram os mesmos: o Estado, a polícia, os jagunços, o latifúndio. Portanto, se fazia necessário uma sistematização das diversas experiências vividas por esses homens e mulheres.

Os movimentos sociais dos anos 80 têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Eles criam identidades a grupos antes dispersos e desorganizados, projetando em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos de algo passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo. (GOHN, 2003, p. 15-16).

Em sua formação histórica os primeiros contatos entre as lideranças do MST ratificam a ideia de que não se tratava de grupos sociais fragmentados e isolados, mas sim, de grupos sociais que somadas às parcelas formavam um grande movimento social que precisava apenas sistematizar e conectar de forma conjunta suas operações.

Um primeiro encontro regional entre as lideranças foi realizado em junho de 1982, no Município de Medianeira, no Paraná. Este momento foi de avaliação e reconhecimento das reais possibilidades de avançar no que concerne ao fortalecimento do movimento¹³.

Em março de 1983, em Chapecó, no estado de Santa Catarina, uma segunda reunião decidiu manter uma articulação entre as lideranças dos estados do Sul; então, se formaria uma comissão provisória com três representantes de cada estado que deveriam reunir-se a cada seis meses¹⁴.

¹³ Conteúdo histórico extraído do texto de Isaac Akcelrud. Reforma Agrária: a luta pela terra no Brasil. 1987, p. 49-52.

¹⁴ Ibid.

Pouco antes de um ano, mais precisamente em janeiro de 1984¹⁵, acontece o grande encontro de Cascavel, no Paraná. A partir daí a discussão segue em torno da organização e da articulação necessária para a decisão dos princípios de ação do movimento¹⁶.

Assim estava criado formalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil.

Principais tópicos decididos em Cascavel pelo MST¹⁷:

- 1) Os trabalhadores rurais não lutam apenas por terra para si mesmo, mas cada combate faz parte da luta por terra para todos os Sem Terra. Os Sem-Terra querem uma ampla reforma agrária.
- 2) Cada companheiro deve assumir o compromisso de continuar a luta, mesmo depois que conseguir seu pedaço de terra.
- 3) O Movimento deve lutar pela transformação da sociedade, isto é, pela mudança do sistema econômico-social, pois os trabalhadores rurais nunca terão futuro sob o capitalismo – um sistema de exploração do trabalho dos lavradores pelos donos do capital e das terras. Por isso a luta pela terra é uma luta por uma sociedade sem explorados nem exploradores.
- 4) Ficou decidido, em consequência, que a terra conquistada na luta não poderia ser vendida. “Terra para nós é terra de trabalho e não terra de negócio”.
- 5) Deverá ser estimulado e apoiado de todas as formas possíveis o trabalho em conjunto através de diferentes formas de cooperação agrícola, respeitada a vontade de cada um.
- 6) Do ponto de vista organizativo, ficou definido que o Movimento Sem Terra é uma forma específica dos trabalhadores rurais se articularem dentro do movimento sindical.
- 7) A bandeira de luta aprovada foi: TERRA NÃO SE GANHA, SE CONQUISTA. Significava dizer que a reforma se daria pelos próprios trabalhadores.

¹⁵ Como parte desse contexto, entre 20 e 22 de janeiro de 1984, foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. Ou seja, o Movimento não aponta para um dia de fundação, mas essa reunião marca o ponto de partida da sua construção. Conforme site: <http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Ibid.

A primeira executiva nacional foi eleita no Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra, em Curitiba, em janeiro de 1985. Nesse Congresso foi elaborado um programa feito pelos próprios trabalhadores rurais, um marco importante na história da luta pela terra no Brasil.

É importante fazermos esse relato histórico para entendermos em que o MST tem avançado no que concerne à perspectiva das desigualdades das relações de gênero. Uma vez que inicialmente fica claro, e não poderia ser diferente, que a gênese do discurso do movimento é completamente classista, pautado inclusive, na luta travada e associada ao debate teórico da classe operária urbana (marxista) – “terra não se ganha, se conquista; cada companheiro deve assumir o compromisso da luta coletiva, mesmo depois da conquista; articulação dentro do movimento sindical; cooperação agrícola” – pois se tratava de um momento histórico crucial para a confirmação do movimento.

Contudo, não se pode deixar de ressaltar é que se trata de ‘companheiros e companheiras’, na luta contra o latifúndio. Não queremos aqui colocar em questão a seriedade do movimento, tampouco, questionarmos a necessidade de um processo contínuo de luta contra a exploração por parte do latifúndio e do capital, mas analisarmos a dinâmica atual da relação de gênero no que se refere à ação e estrutura no espaço do assentamento no MST.

No decorrer desta pesquisa, procuraremos nos deter a análise estrutural da esfera pública e privada, no que concernem as relações de gênero no complexo de assentamentos localizado no município de Atalaia, no estado de Alagoas, pertencente ao MST, ou seja, nos remeteremos à discussão de como vem se desenvolvendo as relações de empoderamento e dominação entre homens e mulheres no âmbito do assentamento no MST.

Temos como objetivo maior Identificar dentro da atual conjuntura das ações do MST os elementos que conformam a assimétrica participação das mulheres no espaço público e sua conformação ao espaço privado do assentamento a partir da perspectiva de gênero. Devemos identificar esse espaço como sendo um *campo*, isto é, um local onde se desenvolvem as relações de poder, portanto, onde é possível identificar como vem se dando a distinção pautada pela divisão de gênero, como – a participação das mulheres e homens nas lideranças, o real poder de decisão entre homens e mulheres, a cargo de quem estão a discussão de crédito e empréstimo, a divisão do “trabalho produtivo” e o reconhecimento do

“trabalho improdutivo” por parte de homens e mulheres, a quem cabe a definição de produção e aquisição de materiais produtivos (insumos agrícolas, máquinas e ferramentas), a percepção de homens e mulheres no que concerne a diferença entre direito e possibilidade, a quem cabe a manutenção da família, a educação dos filhos, etc.

1.3 A presença da mulher na luta pela terra: ocupação e sistematização do assentamento no MST

Como visto acima, desde o princípio o MST tem concentrado suas ações na luta pelo processo de reforma agrária. Essa luta, segundo seus membros e documentos, onde pudemos abordar alguns tópicos acima, exige a participação de todos (homens, mulheres e crianças), os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra.

Para entendermos melhor o processo de luta que vem se intensificando no campo, gostaríamos de ponderar brevemente sobre a distinção entre as fases de acampamento e assentamento, tendo como enfoque central a participação das mulheres e suas atribuições. De forma sucinta acampar significa ocupar, organizar coletivamente um determinado espaço de conquista, ou, a fim da conquista, neste caso a terra. Pode ser caracterizado como o momento entre a ocupação e a posse definitiva da terra. É também um espaço precário, com péssima ou quase nenhuma infra-estrutura. Marcado pela gestão e organização coletiva, bem como, das assembleias, do trabalho comunitário, militância ativa e, principalmente da resistência contra o latifúndio e suas implicações, bem como, a política agrária burguesa. O cotidiano das relações no acampamento caracteriza-se pela precariedade no modo de vida e pela criação de identidades coletivas e laços de solidariedade horizontal.

O papel da mulher como sujeito de resistência e companheira de luta está bem mais evidenciado na fase acampada do que na fase assentada, uma vez que o objetivo primordial – o lote de terra – ainda não foi conquistado, ressaltando para uma maior luta e enfrentamento contra o latifúndio e o Estado, seja encorpando a massa e/ou atuando estrategicamente na linha de frente a fim de ponderar a agressividade dentro dos embates da luta. *“Nós, as mulheres e nossos filhos, que iam pra frente dos policiais”*. (Assentada rural)

A participação da mulher no acampamento se avalia de uma forma, depois de outra. No acampamento, pela pressão que temos da polícia, dos jagunços, não é? Por toda essa questão, os próprios companheiros admitem que a metade da conquista da terra se devia a participação de nós mulheres. (Assentada rural)

Como podemos perceber que a participação da mulher também é crucial como estratégia de mediação do curso da repressão e, assim, de alguma forma, tentar amenizar a violência. O discurso dos assentados(as) registra situações em que as companheiras e as crianças enfrentavam de frente a repressão do Estado proveniente da reintegração de posse, bem como, as milícias privadas, organizadas pelos grandes proprietários de terra.

la pro mato aqueles que eram mais procurados. Então, eles chegavam assim: “Eu quero fulano, fulano...”. Eles mesmos falavam com a gente. E aí nós ia pra frente deles pedir que eles não fizessem aquilo, que nós não tava lá pra matar ninguém, não tava pra roubar, nós tava lá atrás do direito que era da gente, do pedaço de terra que era um direito nosso. (Assentada rural)

Contudo, temos que ressaltar que não se trata de uma universalização o enfoque que abordamos quanto à participação das mulheres em acampamentos. Queremos dizer com isso que muitas mulheres continuavam tomando conta dos filhos e dos afazeres do lar enquanto seus companheiros estavam nos enfrentamentos, bem como, algumas que não puderam estar no acampamento, por motivo de trabalho, para ajudar no sustento da família: *“Eu estava trabalhando no açougue, pra manter ele aqui”*; *“Aí eu não pude vir pra lona no acampamento, fiquei trabalhando em casa de família pra ajudar a pagar o banco que nós tava endividado, daí só pôde vir meu marido”*. (Assentadas rurais)

O assentamento geralmente tem sua origem dos acampamentos, ou seja, também constitui um processo de luta constante, porém com outros enfoques, ou seja, a luta pela melhoria na qualidade de produção e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que deve ser mediada pelo Estado e, para isso se faz necessário a intensificação da participação de homens e mulheres nesse embate. São características nessa fase a busca por crédito, baixa nas taxas de juros, maquinário e ferramentas, bem como, produtos e insumos agrícolas. Nesse momento o contexto acerca dos desenvolvimentos estruturais torna-se mais diversificado – educação, saúde, emprego, gênero, geração, etnia, etc. – uma vez que o assentamento identifica um avanço na luta dos trabalhadores(as) contra latifúndio. Dessa

forma o papel da mulher passa a sofrer mudanças no que se refere a sua participação, pois observamos que as mulheres passam, geralmente, a desempenhar um papel mais atuante na vida privada, condicionando a sua participação à atividade complementar do companheiro e filhos(as). Porém, desenvolveremos esse debate mais adiante.

Aos nossos olhos, o momento histórico da luta e seus objetivos determinam o condicionante na distinção da participação das mulheres em acampamentos e assentamentos, ou seja, tanto nos acampamentos como nos assentamentos rurais percebemos que a divisão sexual das funções está condicionada ao seu caráter temporal e espacial. Isto implica em dizer que são momentos distintos, com interesses distintos, onde observamos traços de acomodação e individualidade, de acordo com o espaço e o tempo que estão inseridas (acampamentos ou assentamentos).

Em relação à identificação da participação da mulher na ocupação e sistematização de um assentamento, segue-se uma distinta trajetória junto aos trabalhadores do campo, no que concerne aos aspectos relacionados às diversas formas de exclusão política, social, econômica e cultural na qual esses trabalhadores e trabalhadoras sofreram ao longo de suas trajetórias históricas de vida.

Contudo, é importante salientar que essas formas distintas de exclusão favorecem a unificação dos propósitos na formação de uma identidade baseada no processo de exclusão que possa assim proporcionar uma nova *sociogênese*¹⁸ que venha a se estruturar a partir do interesse coletivo para além das relações de gênero, pois não se pode esquecer que o objetivo em comum é a posse e controle sobre a terra, portanto, na luta pela conquista da terra a mulher é parte integrante e fundamental, sendo um dos sujeitos históricos nessa luta, pois se encontra no âmbito das disputas em todas suas características, seja pela ocupação e posse da terra, ou simplesmente pelas relações que constroi na articulação e consolidação das famílias dos assentamentos rurais.

Essas características, relacionadas à participação das mulheres na luta podem ser evidenciadas desde os fins dos anos 70, pois nesta época a luta pela terra deixa de ter um caráter essencialmente masculino e passa a envolver um grupo maior, ou seja, a participação

¹⁸ Conceito central da teoria dos processos de civilização de Norbert Elias e que estabelece correspondência recíproca ao conceito de psicogênese. Em outras palavras, a *sociogênese* aborda as transformações sociais que vão refletir nas estruturas psicológicas dos indivíduos, de maneira a influenciar e modificar as mesmas.

maciça de famílias inteiras, constituindo um grande avanço social, pois se trata de um processo de integração que fortalece não só a mulher, com os princípios de formação de uma identidade, como intensifica a luta peculiar e necessária do movimento para atingir aos anseios da coletividade.

Contudo, as mulheres são visíveis principalmente no período de luta pela ocupação de terras, quando geralmente estão incorporando a massa reivindicatória nos confrontos armados contra as milícias fundiária e/ou estatal, ou seja, as mulheres adquirem visibilidade no momento mais complexo da luta (fase acampada) e retroage quando a luta passa a ser exercida pela melhoria nas condições de trabalho (fase assentada).

Aqui mudou porque cada um tá no que é seu, não tá todos igual mais. Lá (no acampamento) coordenava aquele grupo todo de gente, cada um tinha a sua função ali dentro, né? Agora muitos têm a sua função de coordenador de grupo, mas mudou. Muitas mulheres não se importam muito, né? É que às vezes umas são muito acomodadas e diz: - 'Agora, eu tenho minha terra, o que eu vou querer com reunião? Agora eu tenho a terra que se lasquem os outros, né?'. (Assentada rural)

O que podemos observar nos discursos é que a diferença se dá pelos distintos condicionantes históricos do espaço do acampamento e do assentamento, ou seja, ao se conquistar a terra, geralmente, as famílias passam a identificar uma menor intensidade na tensão que envolve os problemas do campo. *Se o objetivo era a terra, num tem pra que mais nós ta lutando, né?* (Assentada rural)

Como havíamos dito anteriormente, geralmente os assentamentos são provenientes dos acampamentos. Portanto, a partir dessa premissa podemos reforçar que acampar corresponde à seleção de uma estratégia de ocupação coletiva e organizada, objetivando a posse da terra. Desta forma, os acampados se dispõem a largar suas vidas cotidianas e passam a conceber um propósito em comum com os demais companheiros(as) de luta – a resistência dos latifundiários nas propriedades ocupadas, a montar acampamentos, o abandono do lar e a sujeição de uma vida regrada e/ou precária, ao enfrentamento com a polícia e a política de reintegração de posse, passivo de despejo, etc. – porém, cabe indagar até que ponto toda essa estruturação de coletividade e solidariedade na fase acampada favorece ou não para a superação das desigualdades de gênero nos assentamentos.

Os papéis exercidos pelas mulheres no acampamento e no assentamento sofrem uma distinção de padrões que podem ser determinantes na constituição da dominação masculina. Segundo acampada e assentada,

“No acampamento as mulheres participam de uma forma, no assentamento de outra. Os homens diziam que na conquista da terra a metade se dava pela participação das mulheres”. (Acampada rural). “Depois que vai pro assentamento a coisa muda, as mulheres se acomoda, cada um tem seu lote, daí a mulher começa a ter suas coisinhas, volta a ter uma família, né? Se o objetivo dela é só terra, quando conquista fica com a terra”. (Assentada rural).

São diversas hipóteses levantadas pelos assentados(as) para explicar as diferenças. Porém a que mais nos chamou atenção foi a que consiste no princípio da busca pelo objetivo pessoal tanto no acampamento quanto no assentamento, respectivamente – a posse da terra e a retomada do cotidiano do lar, principalmente as mulheres casadas do assentamento.

Com isso, passam a ter mais dificuldades em participar das reuniões, uma vez que se privam das demais responsabilidades da interatividade do assentamento, causando uma menor participação, conseqüentemente, menor poder de decisão dentro da estrutura organizacional dos setores do assentamento.

Baseado nesse motivo é que nos propusermos a deixar claro que não podemos negar o imperativo de uma subjetividade masculina na estrutura do assentamento no MST. Percebemos essa subjetividade como sendo a construção de juízos de valor que são internalizados habitualmente por membros de um *campo* onde haja relações de poder. Esse constructo social é produzido e reproduzido historicamente, passando a agir como um *habitus* constitutivo. É possível identificarmos tal presença através: da crença na supremacia da virilidade masculina; dependência da mulher em relação à proteção masculina; homem (ser público = liberdade) e a mulher (ser privado = dependência), etc.

Pois, fica claro ainda, a existência de uma rígida divisão social na organização a partir da perspectiva de gênero no MST, onde se encontram historicamente distintos os papéis de mulheres e homens no interior da organização do movimento, portanto, ficando, geralmente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho “menos evidente” na sistematização do assentamento, ou

seja, conformando-a a exercer um autocontrole que geralmente a condiciona à função específica matrimonial.

Gostaríamos de deixar registrado que entendemos o trabalho da mulher assentada como provedor, uma vez que está inserido no contexto cotidiano da vida no assentamento. Porém, o que queremos ressaltar é a limitação que a estrutura tem lhe proferido no processo da divisão sexual do trabalho, ou seja, o que defendemos é uma maior intensificação das mulheres em setores diversos da estrutura do campo. Portanto, caminhando para uma maior equidade entre os gêneros nas atividades em geral, promovidas pelo assentamento. Dessa forma, poderíamos pressupor uma [re]estruturação do habitus, promovido por uma maior dinamização no *campo* na relação entre ação e estrutura na perspectiva de gênero no espaço do assentamento e, conseqüentemente na estrutura do MST.

É importante ressaltar que, a partir da construção simbólica de uma prática corporificada, tornam-se vítimas tanto mulheres como homens, pois o gênero passa a ser o lugar onde se instalam as lutas por poder, constituindo nele um capital simbólico¹⁹ que identifica quem prevalecerá a partir da guerra dos sexos, pois ao nascermos ou somos homens ou mulheres, descaracterizando assim o propósito de luta a partir da integração coletiva sem distinção de gênero, bem como, etnia, classe, geração, etc. Um exemplo que podemos evidenciar é o próprio “contrato afetivo” de companheirismo que tem legitimado o papel da mulher em exercer o trabalho “invisível”, levando-a a aceitar a obrigação da casa/família em troca de ser mantida pelo marido. *“Quando chega no assentamento, começa aquela coisa que só os homens participam. Se vai prá uma liderança, se a mulher é casada não pode ir. Então, não é por causa delas, é por causa dos próprios maridos”.* (assentada rural)

De acordo com Weber fica claro o caráter de controle dentro das relações sociais a partir das normas constituídas²⁰, fazendo com que o indivíduo não tenha expressão, pois toda sua ação concreta encontra-se condicionada ao exercício das regras que lhes são impostas.

¹⁹ Conceito utilizado por Bourdieu que está ligado a uma espécie de poder que “faz ver” e “faz crer”. É, grosso modo, uma medida do prestígio e/ou do carisma que um indivíduo, grupo ou instituição possui em determinado campo. Este tema será mais bem compreendido no capítulo II desta dissertação, pois estaremos discutindo relações de poder focando o autor acima mencionado.

²⁰ Identificar a imposição das normas aos indivíduos não como coesão social a fim de garantir a solidariedade para a manutenção da sociedade como indicado por Durkheim, mas sim, o processo de dominação exercido pela

[...] Obedece-se à pessoa não em virtude do seu direito próprio, mas à regra estabelecida, que estabelece ao mesmo tempo quem e em que medida se deve obedecer. Aquele que manda também obedece a uma regra no momento em que emite uma ordem: obedece à “lei” ou a um “regulamento” de uma norma formalmente abstrata. (WEBER, 2001, p. 349-350).

O reconhecimento da necessidade da participação das mulheres, no processo decisório do movimento é fruto de um processo complexo e contraditório em andamento. Pois, em sua fase inicial, a preocupação do MST está centralizada na luta pela posse e direitos a terra, portanto colocando outras temáticas – como gênero, etnia, geração, etc. – em um plano com menor evidência, inibindo a possibilidade de debates acerca das relações de gênero, ou seja, em suas primeiras publicações a preocupação com a formação das mulheres era colocada em segundo plano. De acordo com Silva, C. B. (2004, p. 40), “a chamada *questão da mulher* ou estava ausente ou era tratada como assunto interno e, portanto, não precisava ser publicizada”.

Porém, nos anos 80 foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST. Com isso passamos a ter uma maior cobrança por parte dessa comissão para a intensificação da presença e participação de um maior número de mulheres nos acampamentos e assentamentos de cada estado. Em setembro de 1989 os vários Encontros Nacionais conduziram a inclusão de um capítulo sobre a “articulação das mulheres”, na primeira edição das Normas Gerais do MST (1989, cap. VIII). Dentre os principais objetivos, destacam-se:

- a) A luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo;
- b) A organização de grupos de mulheres para criar um espaço para as mulheres discutirem seus problemas específicos;
- c) Encorajar a participação de mulheres em todas as formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical, onde as trabalhadoras participem independentemente de suas posições de classe;
- d) Organizar uma comissão em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento.

A leitura desses tópicos nos permite observar que a resolução apresentada não apenas revela desigualdade de gêneros nos processos de participação e representação no interior do movimento, como ainda mostra traços de resistência à participação das mulheres. De uma forma geral, tais formulações apontam para uma constatação de que havia o predomínio de uma série de restrições com relação ao espaço das mulheres no movimento.

É preciso chamar atenção dos homens para que “apoiem as iniciativas das mulheres” é porque não o vinham fazendo; se é preciso solicitar dos assentados já organizados para que “ajudem na organização das mulheres nos outros assentamentos” é porque não vinham ajudando; enfim, cada afirmação dessas está intimamente relacionada com uma negação. (MELO, 2003, p. 122).

Dentro dessa dicotomia no que concerne a participação da mulher, a mesma “ajuda” no trabalho da roça, porém, geralmente as decisões ligadas à produção, negociação e comercialização dos produtos, bem como, a discussão da política de créditos agrícolas e organização no assentamento sofrem um imperativo masculino nas decisões tomadas. No entanto, o movimento do MST tem como orientação a divulgação da igualdade entre os gêneros, buscando desta forma o reconhecimento das mulheres em diversas áreas como a produção, a educação e a economia. Segundo Valenciano (2004) “a pouca participação das mulheres levou à necessidade de se introduzir um debate cuja finalidade é a de promover uma transformação nas relações de gênero, por meio da construção de relações mais igualitárias”.

Contudo, devemos ressaltar que das lideranças do MST ainda é composta por homens, sugerindo que os traços simbólicos herdados do patriarcalismo histórico continuam acentuados na dinâmica do movimento no que se refere à desigualdade de gênero.

A importância da mulher na luta pela terra está evidenciada no trabalho cotidiano por ela realizado – que passa a agir de forma estruturante – que vai desde a labuta do solo ao trabalho doméstico (no caso dos assentamentos), porém, nesse momento do nosso trabalho, o que queremos referenciar é de que forma se dá a sua participação no processo organizacional do movimento. Sobre as identidades destas mulheres esclarece Renata Valenciano e Antônio Junior:

Algo que nos parece muito claro, é que quando a mulher se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe e assume uma "identidade", ou seja, a idéia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Essa nova conformação traz ao estudo dessas mulheres novos elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, teremos uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído. Esses sujeitos sofrem diariamente a influência do discurso, de práticas e valores que vão construindo suas identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, sua forma de ser, de pensar, de agir na sociedade, enfim sua sociabilidade. (2002, p. 1).

Atualmente temos percebido que dentro do movimento (MST), têm acontecido avanços, no que se refere à evidência da mulher, porém, de forma bastante gradual no que diz respeito à sua participação direta. Dentro dos assentamentos e acampamentos as mulheres estão tendo oportunidades de formação, tais como oficinas sobre temas variados, jornadas, estudos e outros. Em entrevista ao Jornal do Comércio em 2001, Fátima Ribeiro, uma das dirigentes nacionais do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, fala sobre a conquista de espaço dentro do movimento e afirma que:

A discriminação existe e, às vezes, ela é bastante explícita. Mas a gente enfrenta tantos desafios pelo caminho, que o preconceito termina sendo uma questão menor. Na realidade, o que o povo quer são lideranças que sejam capazes de acreditar nele, que saibam argumentar na hora da negociação e que lute pelos seus direitos". [...] "É um processo ainda muito lento. Vai demorar para elas se libertarem e começarem a ocupar o espaço que lhe cabem. Mas isso não significa que nós não tenhamos que iniciar o trabalho. O que acontece hoje? As mulheres têm um papel fundamental na hora da ocupação das terras e, na prática, são elas que terminam ficando à frente das mobilizações. Mas, quando os assentamentos são reconhecidos legalmente pelo INCRA, a maioria dessas mulheres volta para a atividade doméstica. Elas vão na frente e depois há um recuo por causa dos filhos, da casa, das pressões do marido. É essa lógica que precisa ser mudada". [...] "Ele (MST) tem seu grau de machismo. Até porque essa é uma característica cultural da própria sociedade. Nós fomos historicamente ensinadas a ficar na retaguarda, longe dos postos de decisão. Mas o movimento está tentando superar essas barreiras. Até porque, desde 85, está definido nas normas do MST que as mulheres devem integrar de forma atuante a luta pela conquista da terra. O problema é que essa questão de gênero só veio ganhar força dez anos depois, já no final dos anos 90. Hoje há uma determinação de que 50% das vagas nos cursos de formação do MST sejam ocupadas por mulheres. Estamos batalhando também para que a função de coordenador regional, em cada Estado, seja compartilhada por um homem e uma mulher. Isso já acontece no Rio Grande do Sul. A idéia é preparar essas companheiras para que elas comecem atuando nos comandos regionais e, mais tarde, possam chegar à liderança nacional. (Fátima Ribeiro em entrevista ao Jornal do Comércio, 2001).

O que percebemos nos espaços institucionalizados do movimento é um poder simbólico²¹ erigido pelo imperativo masculino, devido o caráter patriarcal que o movimento assumiu ao longo de sua constituição, como dito anteriormente, pelo fato da luta está ligada a força braçal masculina e a normatização de um autocontrole²² feminino.

Porém, tem se verificado uma maior participação das mulheres dentro de determinadas funções, no entanto, o que é questionável é a formação de uma identidade dessa mulher que só será fortalecida pela luta de inserção direta nas políticas do movimento, pois assim, não só contribuirá para a sua politização e a quebra de paradigmas que normatizam e conformam a divisão social dos sexos como, para a coesão do movimento na ação por uma causa que não distingue gênero na luta contra o latifúndio.

Contudo, é importante ressaltar que a luta pela participação das mulheres nas direções dos movimentos sociais, em particular o MST, não se deve exclusivamente às lutas pelas relações de poder travadas no campo a partir da perspectiva de gênero, e sim, representar um interesse coletivo de superação do capital simbólico falocêntrico para o avanço político-social do movimento, bem como, dos membros que compõem a estrutura do MST.

O MST só tem a ganhar com a participação das mulheres, uma vez que o mesmo perde com a baixa participação das mesmas, pois seus objetivos ficam mais distantes, uma vez que é necessário haver consciência da parte de todos sobre sua condição de ser um trabalhador ou uma trabalhadora como atores sociais construtores de história. Uma vez que o propósito maior de um movimento social é sua ação coletiva a fim de fortalecer cada vez mais sua representatividade dentro da sociedade civil e impactar seus interesses junto à sociedade política.

Desse fato, geralmente oculto, é que nasce a nossa preocupação de assegurar a realização de estudos sobre a questão de gênero em todos os setores e instâncias do MST.

²¹ Segundo o conceito de Bourdieu (2009, p. 8-9). O poder simbólico é uma espécie de poder invisível de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem e só é exercido através da cumplicidade dos agentes sociais.

²² De acordo com Elais (1993, p. 196). O indivíduo é compelido à regular a conduta de maneira uniforme e estável. Seja de forma consciente ou inconscientemente, a direção dessa conduta deve seguir uma regulação diferenciada de impulsos, sendo determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência.

No próximo capítulo nos deteremos à análise das relações de poder por parte dos agentes sociais (homens e mulheres) dentro da estrutura e como esta age de forma estruturante dentro do *campo* em forma de *habitus*, constituindo assim, o processo [re]produtivo de internalização de práticas dominantes.

CAPÍTULO 2

RELAÇÕES DE PODER, EMPODERAMENTO E DOMINAÇÃO: UMA ANÁLISE DA CATEGORIA DE GÊNERO

2.1 Relações de Poder: gênero e empoderamento

Gostaria de começar essa definição com uma colocação de Freud, sobre a problemática de gênero, explicitando que por diversas vezes se viu utilizando dos vocábulos “masculino” e “feminino”, até perceber que essa colocação era imprecisa e enganadora, pois para o mesmo, com ênfase no aspecto sexual, apresentava uma definição de gênero na qual o masculino e o feminino se definiriam de forma especular e seriam distinguidos pelas influências do meio.

O que mais importava nesses anos era que Freud descrevia uma evolução semelhante da vida sexual dos meninos e das meninas, diferenciadas apenas por pressões sociais. Como seres sexuais, conforme Freud então via a questão, os homens e as mulheres são mais ou menos espelhos uns dos outros. (GAY, 1989, p. 467).

Por mais que a temática de gênero fosse, dentro das considerações psicanalíticas, tidas como imprecisas, não podemos deixar de destacar a importante contribuição para o desenvolvimento dos componentes que viriam a reforçar a análise da temática no que diz respeito aos estudos de gênero, ou pelo menos como essa categoria foi incorporada à história das mulheres, pois a partir daí estabeleceu-se que: “a masculinidade e a feminilidade são encaradas como posições de sujeito, não necessariamente restritas a machos ou fêmeas biológicos”. (SCOTT, 1992, p. 89).

O estudo da sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens como conceito passam a ganhar relevância, sobretudo nos anos 80, sendo entendido como categoria de análise histórico-social capaz de:

Revelar as diferenças sexuais e os papéis sociais a partir das significações históricas e socialmente construídas e designadas, de modo relacional, por mulheres e homens. [O que o aproximou] da perspectiva da história cultural, que procura identificar de que modo, em diferentes lugares e momentos, a realidade social é constituída, pensada e lida. Assim, os papéis normativos, os comportamentos atribuídos a homens e mulheres e a relação entre os sexos não são discursos

neutros, mas representações construídas repletas de significados e de relações de poder. (POSSAS, 2004, p. 265-266).

Portanto, a partir da introdução da categoria gênero, podemos dizer que se atinge um ponto determinante da desnaturalização das diferenças entre homens e mulheres, uma vez que se percebia que a relação entre os sexos não é, portanto, um acontecimento natural, mas faz parte de um contexto interativo em processo incessante de [re]construção e modelação social, de acordo com as diferentes normatizações histórico-sociais incorporadas pelas estruturas.

Na expressão de Simone de Beauvoir,

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Nenhum destino biológico psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. (1980, p. 9).

Dessa forma, podemos identificar as desigualdades de gênero como um processo de construção social simbólica, deixando claro que a divisão social dos sexos não pode partir de uma premissa natural e/ou biológica, mas que deve ser analisada como produto de construções sociais hierarquizadas e, como tal, construídas historicamente e conformadas socialmente, através da constituição de *habitus* que possa agir de forma estruturante nos indivíduos como esquema de percepção internalizado, possibilitando e/ou orientando a ação dos indivíduos na estrutura. “O *habitus* é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital que indica a disposição incorporada, quase postural, os princípios que geram e organizam práticas de um agente em ação”. (BOURDIEU, 2009b, p. 61).

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas” como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2009a, p. 17).

Portanto, fica claro que o corpo, como realidade social sexuada, é constructo do mundo social e incorporado pelo *habitus*, orientando a ação depositária de princípios de visão e de divisão sexualizante, levando a uma conformação estrutural que passa a ser

incorporada e, quando identificada, funciona como esquema de percepção interlizado nos indivíduos e, conseqüentemente, na estrutura.

Em relação ao reconhecimento de que a categoria gênero possa ter representado um sensível avanço no que até então era tratado apenas essencialmente como história das mulheres e tenha sido partilhado por grande parcela de historiadores, mesmo que por interpretações distintas, ou seja, desde aqueles que viam na sua incorporação uma forma mais neutra, mais “científica”, e, portanto uma alternativa à forma politizada como se vinha construindo o conhecimento sobre as mulheres, bem como, àqueles que saudavam seu caráter relacional. Tal consideração não deixou de gerar polêmicas acirradas e que podem ser resumidas, segundo Gonçalves (2006), nas respectivas abordagens acerca de gênero.

A primeira traz a ideia de que a categoria gênero havia sofrido um processo de absorção e passara a ser sinônimo de história das mulheres²³. A segunda perspectiva, expressa que a utilização da noção de gênero não substituía a constituição do campo reconhecido como história das mulheres, mas que segundo Soihet,

Deve ser compreendida como a história da construção social das categorias do masculino e feminino, por meio de discurso e práticas. [Deve ser considerada], porém, distinta da história das mulheres, não podendo excluir a necessidade de uma história social das mulheres... [cujo principal desafio é] superar a “penúria de fatos” sobre sua vida ampliando os limites de nossa memória do passado. (1997, p. 78)

A terceira está mais relacionada às dificuldades de incorporação da categoria no fazer historiográfico e a ideia de que ela se tornara sinônimo de história das mulheres, de que muitos trabalhos que se apresentavam como focalizados nos aspectos de gênero acabavam por não reconstituir a contraparte das representações do masculino.

Assim, devemos entender a substituição de “história das mulheres” por gênero como um avanço no debate referente à categoria, uma vez que implicava em reconhecer que qualquer tipo de informação sobre as mulheres consistia também, necessariamente, em

²³ “Enquanto nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é empregado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos do tema”. MATOS, Maria Izilda S de. Outras histórias: as mulheres e estudos de gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. Gênero em debate: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997, p. 97.

informações sobre os homens, que o estudo de um implicava no estudo do outro. Isto consiste em aceitar que as mulheres e os homens fazem parte um do mundo do outro, rejeitando a validade interpretativa de esferas separadas. Também não podemos esquecer que o elemento gênero traz em seu bojo a esfera das relações de poder que estão inseridas e em ebulição no campo do debate e das práticas sociais como constructo da dominação masculina simbólica e/ou concreta dentro das estruturas.

Partindo dessa premissa, o gênero se torna uma maneira de indicar certas “construções sociais”, a criação totalmente social da ideia dos papéis de ambos na sociedade. Diante do debate, todos os esforços e tentativas apontam para um elemento comum: a análise das relações entre gênero e poder. Para Scott (1989, p. 88), o conceito de gênero fundamenta-se na integração de duas proposições. Primeira: o gênero é um elemento constituído de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos. Segunda: o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. O gênero, portanto é um *campo* por meio do qual o poder também é articulado.

A “divisão do mundo” fundada nas “diferenças biológicas particularmente aquelas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução opera como a mais fundamentada das ilusões coletivas”. (BOURDIEU, 1983, apud SCOTT, 1989, p. 16). Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda uma vida social correspondente a um estado de relações de poder.

Para Maurice Godelier “não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas, sobretudo a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo”. As diferenças entre os corpos que são ligadas ao sexo, são constantemente solicitadas para testemunhar as relações e os fenômenos sociais que não têm nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, Isto é, legitimar. (citado por Scott 1989, p. 17).

O gênero pode ser entendido também, de forma a compreender as complexas relações na interação humana na sociedade. O conceito de gênero ajuda a diferenciar homens e mulheres nas práticas sociais em diferentes esferas: pública e privada. O conceito de gênero demanda a uma denúncia muito importante para o debate acerca da relação masculino/feminino na esfera das relações de poder, uma vez que identifica a oposição

entre homens e mulheres, portanto, sendo um elemento constitutivo e significativo à relação de poder. “O conceito de gênero foi criado com a finalidade de deslocar o foco das relações entre os homens e mulheres para o social, antes concebida no âmbito biológico, por conseguinte tidas como naturais. Supera-se a discussão primeira de igualdade e de diferenças”. (SCOTT, 2002, p. 24).

A teoria de gênero busca a compreensão das identidades de homens e mulheres e dos planos em que se relacionam socialmente, os quais demarcam diferentes modalidades do exercício da cidadania. É sob essa perspectiva que são abordadas as percepções de homens e mulheres quanto às suas relações sociais e sobre alguns atributos que são considerados essencialmente femininos, como a dependência, e masculinos, como a liberdade. (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 226).

Portanto, gostaria de evidenciar que nas relações de gênero estão inseridas as dimensões sociais que produzem e reproduzem diferenças na posição de homens e mulheres no processo histórico. Partindo dessa premissa, as relações de gênero são construídas e pensadas juntamente com outras relações sociais, como classe, etnia, geração, etc.

Devemos pensar a relação de gênero associada a outras relações sociais, que também produzem e reproduzem aspectos de discriminação e exploração. As diversas instituições sociais (família, mercado, Estado, etc.), estão atravessadas por essas desigualdades de gêneros. Pacheco afirma que,

É uma perspectiva que as regras, os recursos e as hierarquias de comando e de controle de qualquer instituição devem ser analisados, para se analisar como o gênero é constituído como uma relação de desigualdade em seu interior. A distribuição desigual de recursos e responsabilidades em distintos contextos institucionais, e a regras culturais definidoras de desigualdades nessa distribuição significam que os homens têm mais autoridade e controle que as mulheres e, portanto maior capacidade de mobilizar uma variedade de recursos econômicos e sociais em busca de seus interesses. (1998, p. 45-53).

Como havíamos dito anteriormente, diversos setores de instituições sociais corroboram e conformam com práticas constituídas que passam a ser interiorizadas nas relações de poder dentro do *campo*.

No Brasil podemos identificar a construção de discursos sobre a categoria de gênero a partir das relações entre o movimento feminista e o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre as mulheres. O debate teórico acerca do feminismo no Brasil, no final da década de 60, foi estruturado no viés da esfera da produção. Aos poucos se foi percebendo maior sensibilidade para os fatores simbólicos e culturais que também explicam a subordinação feminina. Toda a década de 70 é apontada por transformações sociais e políticas, pois se trata de um período marcado por uma centralização política, portanto propício a movimentos contestatórios políticos e sociais, deste modo, determinante na esfera das implicações referentes ao “estudo sobre as mulheres ou sexismo²⁴”, porém, de cunho estritamente empírico.

Como dito anteriormente o estudo das relações de gênero se constitui de modo empírico, no levar dos acontecimentos circunstanciais sócio-políticos, ou seja, mais preocupado com a resposta a interrogações do que com definições teóricas, isto é, nesse momento a discussão sobre o problema de gênero ainda se encontrava no limiar da perspectiva empírica dos grupos que se formavam, portanto, não havendo ainda, uma considerável representatividade no âmbito da formulação de categorias conceituais a partir de embates acadêmicos. No entanto, a condição de invisibilidade sociológica da mulher em contraste com sua visibilidade social (OAKLEY, 1974 apud RUA & ABRAMOVAY, 2000, p. 31), passou a incomodar, instigando a imaginação sociológica.

Porém é apenas nos anos 90, que, quando a temática gênero, no âmbito acadêmico já não está em questão, esboça-se uma tendência a assumir esta identificação buscando enfatizar o viés crítico e o impulso inovador dos estudos.

2.1.1 Relações de poder: indicativos da noção de patriarcalismo²⁵ e sua representação na distinção dos gêneros.

De acordo com a teoria patriarcal para uma análise das relações de dominação que antecederam à época de formação do sistema capitalista. Aguiar (1997, p. 161), afirma que

²⁴ Forma inicial de debate sobre os estudos de gênero no Brasil.

²⁵ O termo patriarcal refere-se à superioridade do papel masculino na ordem social, que confere ao homem o poder de decisão em todas as instâncias da sociedade. O termo tem sido abordado por inúmeros autores nos estudos sobre gênero. Sobre o uso do conceito de ideologia patriarcal, em relação ao trabalho feminino rural, ver LAVINAS, Lena (1987).

“pelo poder patriarcal (*Pátria potestas*) o único a ter direito à propriedade sobre os bens da família é o pai”.

O poder patriarcal é identificado como sendo um poder que tem sua estrutura normativa fundamentada na tradição, quando a tomada de decisão ocorre baseada e determinada nos laços representativos que o ser simbolicamente dominante impõe, passando a ser reproduzida de forma mecanizada e conformada, seja na esfera da aceitação ou da contestação dos membros do *campo*, pois o que vai prevalecer é o determinante estrutural, ou seja, o elemento determinante básico estrutural da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além da devoção à tradição. Segundo Aguiar (1997, p. 182), citando Weber (1947), “a modalidade por excelência, da relação de poder inquestionável é a do poder patriarcal, uma vez que, historicamente, não havia possibilidade de que a autoridade paterna fosse questionada nem por intermédio da justiça”.

As relações de poder na dominação patriarcal fundamentam-se na autoridade de pessoal, contrastando-se com a sociedade capitalista, onde os funcionários se organizam de acordo com um sistema de normas abstratas e impessoais [dominação legal e/ou burocrática]. [...] No sistema patriarcal, a autoridade é garantida pela sujeição pessoal cuja forma de dominação, assemelha-se à escravidão. [...] As mulheres, por vezes podem compartilhar com o patriarcado desse tipo de autoridade baseada na tradição, quando funcionam como agente econômico, provendo alimentos pelo cultivo da terra e pelo processamento de seus produtos. (WEBER, 1947 apud AGUIAR, 1997, pp. 161-191).

No Brasil não se deu de forma muito distinta, principalmente devido aos estreitos laços econômicos mantidos com a Europa, provenientes do pacto colonial, favorecendo a relação cultural entre a elite rural brasileira e a corte metropolitana portuguesa. Portanto, a nossa formação econômica e social gerou a constituição de uma sociedade patriarcal e escravocrata, característica na Europa, na qual a mulher ocupava lugar inferior nas relações sociais externas, como na própria estrutura institucional da família. Condenada a segundo plano nas decisões senhoriais.

No regime patriarcal, o homem tendia a transformar a mulher num ser diferente dele, criando jargões do tipo “sexo forte” e “sexo frágil”. No Brasil colonial, a diferenciação parecia estar em todas as esferas, desde o modo de se trajarem até nos tipos que se estabeleciam. A sociedade patriarcal agrária extremava essa diferenciação, criando um padrão duplo de moralidade, no qual o homem era livre e a mulher, um instrumento de satisfação sexual. Esse padrão duplo de moralidade permitia também ao homem desfrutar do convívio social, dava-lhe oportunidades

de iniciativa, enquanto a mulher cuidava da casa, dedicava-se aos filhos e dava ordens às escravas. (FREIRE, 1977, p. 93).

Nossa sociedade herdou do período colonial, portanto, o *habitus* que vai constituir a estrutura das relações de gênero no Brasil. Vale salientar que esse *habitus* vai servir de referência para o desenvolvimento das ações sociais, que serão o reflexo no processo de legitimação social da fragilidade, logo, a inferioridade feminina, dentro do contexto patriarcal. No sistema patriarcal brasileiro, a idolatria à fragilidade da mulher, a etiqueta, os costumes, tudo parecia denotar o gosto dos homens pela diferenciação e, em última instância, reforçar os conceitos de sexo nobre, conseqüentemente, forte e dominador.

Seja no mundo do trabalho, no próprio seio da educação familiar, ou dentro dos movimentos sociais, por conseguinte na estrutura do assentamento, as relações de gênero estarão sempre no embate das discussões teóricas, devido à relevância simbólica e dominadora que a figura masculina adquiriu ao longo da história, caracterizando assim, a constituição de um poder simbólico de dominação estruturante no *campo*, contudo podendo ser estruturado de acordo com o dinamismo nas ações sociais que por ventura esteja sendo desenvolvida no *campo*, através relações de poder.

2.1.2 Relações de poder: empoderamento e poder simbólico na perspectiva de gênero.

Ao analisarmos o debate acerca da questão de gênero teremos que recorrer ao tema de empoderamento nas relações sociais para identificarmos como se dá a construção de poder de determinados grupos em detrimento a outros, no nosso caso especificamente, na perspectiva de gênero em assentamento do MST. De acordo com Ferdinand C. Pereira²⁶

Empoderamento significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes. (PEREIRA, 2006, p. 1).

²⁶ Fonte coletada do artigo científico da revista eletrônica *Sapiência* Nº 8, Ano III, ISSN 1809-0915, de Junho de 2006. Site: <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>

Com isso, podemos afirmar que o processo de empoderamento pode possibilitar tanto a obtenção da emancipação individual do gênero, quanto à consciência coletiva necessária para a superação da dependência e dominação social de um grupo sobre outro, uma vez que está associado à aquisição de poder. Dito de outra forma, as mulheres assentadas só poderão ser reconhecidas mediante superação da suposta condição de “desempoderamento” vivida por elas, pois não se pode desenvolver sem poder.

Ao discorrermos sobre a temática de empoderamento, precisamos evidenciar que existem determinadas formas de poder que vão servir de condicionantes na estruturação de condutas dominantes de empoderamento entre os sexos, entre eles o que compreendemos ser um dos principais condicionantes na estruturação das relações de gênero.

A noção foucaultiana evidencia a elucidação da multiplicidade de poderes que se exercem na esfera social. É uma trama de poder microscópica, capilar que não é o poder político nem os aparatos de Estado nem o de uma classe privilegiada, mas o conjunto de pequenos poderes e instituições situadas em um nível mais baixo. Não existe um poder único, pois na sociedade há múltiplas relações de autoridade situadas em diferentes níveis, apoiando-se mutuamente e manifestando-se de maneira sutil. (GALLICHIO, 2002, p. 67).

Podemos evidenciar esses tipos de poderes, que expressam o condicionante do empoderamento de determinados grupos, nas mais diversas instituições, seja num processo naturalizado tradicionalmente pela via cultural, como nas relações de gênero na família, na relação entre educadores e educandos, relações de classe, etc., e/ou pela imposição institucional das organizações, como o processo de hierarquização dos aparatos de Estado, das Forças Armadas, etc. Temos poderes que são constituídos no que concerne ao plano econômico; o que se refere como o todo sendo maior do que as partes (na relação entre estrutura e ação); a virilidade masculina em detrimento à fragilidade feminina; a soberania da raça branca sobre a negra e indígena, dentre outros.

Portanto, esse conjunto de crenças, valores e atitudes passam a corporificar o processo de empoderamento de determinados grupos sociais. “As relações de poder se encontram estreitamente ligadas às familiares, sexuais, produtivas; intimamente entrelaçadas e desempenhando um papel condicionante e condicionado”. (GALLICHIO, 2002, p. 68).

Para Foucault (1979, prefácio, X), não existe uma teoria universal do poder. Portanto, como havíamos dito anteriormente, não partiremos da premissa da análise de construção de um poder universal, que esteja ligado exclusivamente às relações de poder do aparato de Estado, não comungaremos do exercício de empoderamento (dominantes e dominados), como sendo descrito, “exclusivamente”, pelas regras e normas determinadas pela relação única de poder entre capital, trabalho e Estado.

Sabemos do processo de exploração que se desenvolveu a partir da separação entre capital e trabalho com a consolidação das revoluções burguesas, no campo econômico (industrial) e no campo político (inglesa – puritana, gloriosa e francesa), porém, gostaríamos de evidenciar que entendemos que a noção de poder não pode ficar condicionada às regras universais da relação de poder na perspectiva exclusiva econômica

O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (FOUCAULT, 1979, prefácio, X).

Segundo o mesmo autor, nesse caso o poder é concebido não como um estado mental, mas um conjunto de práticas e discursos construídos historicamente que disciplinam o corpo e a mente de indivíduos e grupos (1979, p. 295). Portanto, funcionando como processo de legitimação da dominação dentro das organizações sociais e, isso implica na perspectiva de gênero dentro dos assentamentos rurais, dentre eles os do MST. “A dominação pode também depender de mero “costume”, do hábito cego de um comportamento inveterado. Ou pode fundar-se, finalmente no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito”. (WEBER, 1982, p. 128).

Para Foucault (1979, pp. 1-15), a consolidação da verdade que legitima o poder funciona como uma soma de procedimentos que são regulados a manter a funcionalidade e circulação dos discursos e está ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que a reproduzem e são induzidos por ela. Verdade que pode ser percebida na estruturação do MST na perspectiva de gênero, de acordo com as práticas e

discursos corporificados que foram conformados historicamente. De acordo com Rua e Abramovay (2002, p. 35-36),

- 1) A existência de sólidos obstáculos culturais e sociais que inibem o pleno exercício da cidadania pelas mulheres nos assentamentos rurais;
- 2) Os obstáculos ao pleno exercício da cidadania da mulher rural se expressam na esfera da atividade produtiva, afetando na participação do cadastramento de beneficiários de terras, o acesso ao crédito e serviço de assistência técnica e de capacitação. Esses óbices enfrentados pela mulher na esfera da atividade produtiva manifestam-se em diversas dimensões: (a) o seu trabalho produtivo não é reconhecido como componente integrante da produção, mas apenas como atividade subliminar, de ajuda ao trabalhador principal – que seria o homem; (b) o seu trabalho reprodutivo não é considerado trabalho, mas algo que se situa numa esfera difusa entre, de um lado, o ócio e o lazer, e de outro, os imperativos de sobrevivência – gostaria de ressaltar que essa questão do trabalho reprodutivo é um problema de toda sociedade e não exclusivamente do MST, onde apenas o trabalho associado a retorno financeiro é identificado como produtivo; (c) a atribuição de valor às mesmas atividades é diferenciada segundo o sexo de quem as desempenha; (d) o acesso da mulher a determinadas atividades é obstaculizado pela convicção de que ela não é física ou psicologicamente capaz de desempenhá-las, embora seja reconhecido, genericamente e abstratamente, o direito de realizá-las.
- 3) A escolaridade enquanto questão de gênero é uma questão vencida no Brasil²⁷. Mas isso não é condição suficiente para a superação das assimetrias nos assentamentos rurais.
- 4) Tanto os(as) assentados(as) como os agentes institucionais e os dirigentes dos movimentos sociais envolvidos com os assentamentos rurais exibem atitudes caracterizadas por desigualdades de gênero.

²⁷ Há vários anos tem-se registrado que no Brasil, como regra, as meninas não enfrentam obstáculos ao estudo em razão do seu sexo. Ou seja, no que tange especificamente às relações de gênero, o acesso da mulher à educação tornou-se uma questão resolvida em quase toda sociedade brasileira. Isso implica inclusive, aos assentamentos rurais. (RUA e ABRAMOVAY, citando ROSEMBERG e PIZZA, 2000, p. 70).

Portanto, esta verdade mantém seu suporte de funcionalidade atuando nas mais variadas esferas sociais, sob a égide da infra-estrutura, determinação econômica, material ou simbólica. (CAPPELLE, M.C.A., 2005, pp. 360-361).

Foucault (1979, prefácio, XII), procura perceber o poder em seus aspectos afastados das concepções regulares na qual geralmente é identificado e questionado teoricamente, procura perceber sua manifestação nas formas mais sutis, ou seja, de forma capilar. Procura observar como a punição e o poder de punir materializam-se em instituições locais e regionais e nos discursos, podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder. (CAPPELLE, M.C.A., 2005, p. 360).

O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção em suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos. (FOUCAUT, 1979, prefácio, XII).

Como já havíamos comentado, falar de relações de gênero é falar de relações de poder. Mesmo com o avanço na temática de gênero, as condições femininas ainda encontram-se muito limitadas, no que diz respeito a se constituírem como sujeito, nas mais diversificadas práticas sociais; têm suas vidas regradas, não exercendo, na maioria das vezes o poder, mas o reproduzindo para àqueles que de fato o exercem.

No que se refere a essa relação de poder no âmbito decisivo do assentamento, é possível identificarmos a presença de mulheres assentadas em maior escala nas instâncias participativas do que nas instâncias decisórias do assentamento. Isso se dá por alguns motivos que são imputados simbolicamente pela estrutura que podem ser observados no próprio cotidiano feminino como – estar condicionada a privacidade do lar; sexo frágil e dependente; medo e obediência ao companheiro; dificuldade e/ou limitação ao ser ouvida; dificuldade de falar em público; horários excludentes e discriminação, entre outras.

Portanto, nas relações de gênero temos identificado que são relações desiguais, assimétricas e, geralmente mantém a mulher subjugada aos interesses dos homens e sob a égide do domínio tradicional patriarcal. “Em virtude da crença na santidade das ordenações

e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Seu tipo mais puro é a dominação patriarcal”. (WEBER, 1982, p. 131).

Não podemos esquecer que o processo de empoderamento da mulher consiste no desapoderamento do homem, desafiando assim, relações tradicionais de poder, pois levará esses homens, que estão inseridos no contexto histórico de dominação a perderem privilégios de hierarquia social dentro do grupo que estão inseridos na sociedade patriarcal. Isso também fica evidenciado na dinâmica do MST quando do privilégio do homem às decisões mais concretas dentro do assentamento, principalmente no que concerne a viabilização de ações práticas desenvolvidas pelas mulheres, como a negociação de crédito, a participação nas decisões produtivas, a compra de equipamento, etc., ou seja, discussão direta dos afazeres na divisão social do trabalho (homem e mulher), respectivamente (público e privado). “A existência de sólidos obstáculos culturais e sociais que inibem o pleno exercício da cidadania pelas mulheres nos assentamentos rurais”. (RUA & ABRAMOVAY, 2000, p. 35). Diversos fatores podem ser atribuídos a esses obstáculos, conforme já mencionado nas páginas 56 e 57 deste capítulo pelas mesmas autoras. Podemos identificar alguns como a baixa participação das mulheres nas instâncias decisórias quanto às atividades consideradas “produtivas” e a suposta limitação das mulheres ao espaço privado do assentamento, dentre outros, que serão desenvolvidos mais adiante.

A situação de homens e mulheres é distinta, no entanto o empoderamento [mulheres] deve ser entendido como a criação de possibilidades para uma maior igualdade para os diversos atores sociais – é analisado como uma necessidade básica para as mulheres. Isto abrange a formação de alternativas provenientes delas próprias, [...] seja porque em algumas localidades estão localizadas em grupos, seja pela consciência de sua situação e seu maior grau de escolaridade (RUA & ABRAMOVAY, 2000, p. 34).

Uma vez que a subordinação, a inferioridade e a dependência da mulher em relação ao homem, constituídas historicamente e conformadas socialmente dentro do modelo social patriarcal, portanto, figurando como uma “regra de fato”, tornando difícil alguma possibilidade de ver a mudança entre as relações de gênero como um processo linear e/ou que se desenvolva dentro da própria situação de subordinação. “O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência da discriminação de gênero. Isto exige

que a mulher mude a autopercepção negativa, assim como suas crenças relativas a direitos e capacidades”. (DEÉRE & LEON, 2002, p. 55).

Outro autor que nos demanda um estudo específico sobre poder é Pierre Bourdieu, quando aborda em sua análise as relações de poder nas esferas da realidade social e/ou campo social. O autor tenta deixar claro que o seu propósito é demonstrar que o grupo dominante não domina completamente e tampouco força seus dominados a conformação da dominação.

Bourdieu (2009b, p. 7-8), defende a existência de um poder simbólico, que é, “com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, na qual a relação de poder se desenvolve dentro do *campo* – local de tensão, onde se desenvolvem as práticas sociais e culturais relacionadas à disputa de poder ou hegemonia de poder – Segundo Bourdieu (2009b, p. 59-74), o campo consiste no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, com uma dinâmica que obedece a leis próprias, animadas sempre pelas disputas ocorridas no seu interior, e cujo móvel é invariavelmente o interesse em ser bem sucedido nas relações estabelecidas entre seus componentes (seja no nível dos agentes, seja no nível das estruturas).

É no campo onde os grupos dominantes são portadores de uma espécie de capital simbólico, que se encontra fecundo nos grupos ou instituições sociais, sendo assim, expandido e reproduzido pelos agentes e estruturas, ratificando o exercício do poder pelos detentores desse capital, pois esse tipo de capital [simbólico], se difere de outros tipos de capital, por não ser prontamente identificável como tal e os efeitos de sua duração também seguirem a lógicas diferentes, concebendo assim uma forma de poder ligada à condição de se ‘fazer perceber’ e se ‘fazer acreditar’. O capital simbólico é de certa forma, uma medida do prestígio e/ou do carisma que um agente social ou instituição social possui em determinado campo.

Deste modo, a partir desse poder quase invisível de distinção o capital simbólico permite que um agente desfrute de uma posição de proeminência no espaço do *campo*. Como ele é um tipo de capital cuja posse permite o direito de um (re)conhecimento imediato da dominação do elemento que o possui sobre os demais elementos do *campo*, o

mesmo se torna assim o instrumento principal para o exercício da violência simbólica, ao impor sua força sobre os agentes que não o possuem ou o possuem de formas limitadas em um dado *campo*, onde se estabelecem as tensões.

No caso da violência simbólica esta,

Institui-se por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural. (BOURDIEU, 2009a, p. 47).

Isso implica dizer que é um conceito, na obra de Bourdieu, que tem o objetivo de elucidar as relações de dominação que não pressupõe a coerção física ocorrida entre as pessoas e entre os grupos presentes no mundo social. Portanto, corresponde a um tipo de violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre. Ato de conhecimento e de desconhecimento prático, ato este que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que confere seu “poder hipnótico” a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, seduções, ameaças, cesuras, ordens ou chamadas de ordem.

Dessa forma os símbolos – “são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 2009b, p. 10). Portanto, são responsáveis pela corporificação de práticas dominantes, bem como, a integração de valores sócio-culturais, levando a conformação dentro das relações de poder da reprodução social das práticas dominantes, também identificadas nas relações de gênero. [...] Produto [produção simbólica] coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. (BOURDIEU, 2009b, p. 10).

Continua afirmando que “a cultura (produções simbólicas) dominante contribui para a integração real da classe/grupo – (*grupo*), grifo meu – (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes/grupos); para a integração fictícia da sociedade e/ou grupo no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes/grupos

dominadas(os); para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 2009b, p. 10).

Para Boudieu esses sistemas simbólicos funcionam como sistemas de comunicação, onde o poder passa a exercer uma espécie de conhecimento capaz de estabelecer uma conectividade dentro do campo entre a construção de uma realidade, que tende a estabelecer uma ordem, e, conseqüentemente, certo sentido e controle das práticas sociais dentro das estruturas, isto é, dentro da nossa análise homens e mulheres passam a ter uma visão em conjunto da noção de espaço e tempo, bem como da causa que estão inseridos(as) com um único e exclusivo propósito, 'a luta pela terra', levando esses agentes sociais a uma concordância dentro das tensões estabelecidas no campo, implicando aí no agravante a reprodução imperativa da dominação falocêntrica dentro do MST.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de um grupo/classe sobre o outro (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a dominação dos dominados. (BOURDIEU, 2009b, p. 11).

Com isso, Bourdieu aproxima-se da visão estruturalista, uma vez que passa a analisar de forma isolada os sistemas simbólicos, dando um caráter metodológico estruturalista a forma na qual vai apreender as produções simbólicas. Isso implica dizer que as estruturas estruturadas (língua, arte, cultura, valores, conduta e o discurso) passam a agir de forma a legitimar a dominação e explicar a relação entre às produções simbólicas e o real sentido social.

Para Misoczky (2001, p. 25), a noção de campo de poder, segundo Boudieu, pode contribuir para problematizar o tema da ação social e das estruturas nos estudos organizacionais, porque o autor desenvolve uma filosofia da ação cujo ponto central é a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas dos campos sociais e as estruturas incorporadas (o que o autor denomina de *habitus*).

O *habitus*, como sistema de disposição para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas, é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. (BOURDIEU, 2004, p. 98).

Significa dizer que funciona como leis regulamentadoras de um conhecimento prático adquirido pela socialização desses valores estabelecidos e praticados em determinado campo e/ou espaço social.

Portanto, percebemos que ao considerarmos as relações de poder na perspectiva de Bourdieu, devemos compreender as estruturas objetivas presentes nos campos sociais e as estruturas incorporadas (*habitus*) nos sujeitos.

Uma vez apresentadas algumas concepções de poder, iremos nos deter ao processo de empoderamento e participação nos assentamentos.

Falar em participação requer tomarmos a concepção de cidadania – conjunto de direitos civis, políticos e sociais – que passa a agir como espécie de status. “Os direitos são significativos porque atribuem às pessoas capacidades especiais em virtude de um status legal ou convencional (RUA e ABRAMOVAY, 2000 apud BARBALET, 1989). Isto consiste em que o status proporcione aos atores sociais certas capacidades e oportunidades para uma dada ação e o exercício de certo poder.

De acordo com Marshall (1959, p. 92), a cidadania requer “um sentido do direito de inclusão numa comunidade, baseado na lealdade a uma civilização que é patrimônio comum”. Partindo dessa premissa, a cidadania seria algo que admitisse a participação igual de todos na ação prática da comunidade.

O ideal de cidadania universal, motor do movimento de emancipação do indivíduo na vida pública moderna implica, então, que cada um transcenda as suas particularidades e diferenças, isto é, suas experiências, perspectivas e interesses próprios. A universalidade, ao enunciar regras e leis para todos, coloca-se em oposição à particularidade. O significado de cidadania se constroi, portanto, em torno da polaridade inclusão-exclusão, universal-particular. Por isso, grande parte das lutas sociais contemporâneas tem sido pela admissão dos sujeitos sociais na esfera do exercício da cidadania, como portadores de direitos universais. (RUA & ABRAMOVAY, 2000, p. 226).

Porém, a teoria de gênero, como mencionada anteriormente, busca compreender as identidades de homens e mulheres em suas relações sociais, onde se deparam com diferentes modalidades no exercício da cidadania.

Esse debate sobre a perspectiva de direitos entre homens e mulheres perpassa pela divisão social entre o “público e o privado”, que se constitui inicialmente, de forma biológica, e se consolida socialmente, e/ou, na história, pois “a figura mais próxima ao ‘cidadão’ contemporâneo foi o homem”. (ORTEGA; SÁNCHEZ e VALIENTE, 1999, p. 132). De forma sucinta, isto consiste em dizer que um dos passos historicamente preponderantes na sociedade patriarcal para a divisão dos direitos e deveres, pautados pela distinção dos sexos, está na atribuição da ocupação dos espaços que é dada a homens e mulheres, ou seja, respectivamente, público e privado. Condicionando com isso, uma estruturação vinculada ao imperativo masculino na esfera das decisões.

A noção dos reais direitos e deveres dá aos atores sociais uma maior capacidade de atuação no exercício da cidadania, promovendo com isso, a transformação social de indivíduos em verdadeiros atores sociais, fazendo com que esses atores sintam-se integrados a partir do compromisso com o exercício dos direitos e deveres. Lembramos que essa transformação só pode ocorrer mediante a percepção desses sujeitos, no caso do nosso trabalho, as mulheres assentadas, como sujeitos ativas que fazem parte de um processo histórico de conquista de autonomia, de construção da capacidade de participar das decisões em diferentes campos; públicos e privados.

O ato de cidadania e a noção exata dos direitos geram organismos de decisão coletiva, viabilizando uma maior possibilidade de ‘empoderamento’ tanto por parte de homens como por parte de mulheres. “O empoderamento é a possibilidade de admitir que as pessoas adquiram controle de suas vidas, desenvolvam a habilidade de realizar determinadas coisas e definam suas próprias agendas”. (LEÓN, 1997, p. 7).

De acordo com o conceito, o ‘empoderamento’ incide diretamente nas relações de poder, e um dos pontos cruciais desse conceito é a capacidade dos indivíduos em atuar no âmbito público e, com isso, fazer-se perceber no universo privado, bem como público, de forma mais concreta no grupo/contexto social no qual está inserido, nesse caso o assentamento do MST.

Portanto, segundo Rua e Abramovay, (2000, p. 227), o poder, por sua vez, não é um atributo dado a nenhum ator específico. Emerge antes como um produto da ação social e da interação das pessoas. É, portanto, relacional. Está presente e é comum a todos os espaços da vida coletiva.

No que concerne a participação das mulheres, fica evidenciado que a assimetria de direitos reconhecidos (objetivos e subjetivos)²⁸ dentro do assentamento compromete no envolvimento direto destas no processo de tomada das decisões, seja no que envolve o direito e uso da terra e/ou nos espaços de representação dos assentados.

Portanto, a participação das mulheres, nos assentamentos, geralmente, fica condicionada basicamente, a perspectiva privada, individual ou puramente familiar, normativa como reprodutoras dos anseios dos companheiros de luta.

2.2 A Dominação: Indicativos teóricos e suas implicações nas relações de gênero

De acordo com Weber (1982, p. 128), a dominação está ligada à possibilidade de se reconhecer um determinado mandato, caracterizando assim, a submissão que pode se encontrar das formas mais diversas.

A dominação pode depender diretamente de uma constelação de interesses, de considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Ou no puro afeto, na mera inclinação pessoal do súdito". Contudo, a dominação que se inclinar apenas nesses fundamentos tende a ter sua base instável, sendo necessário um alicerce que lhe dê sustentabilidade e legitimidade, no caso as *bases jurídicas*. "Nas relações entre dominantes e dominados, por outro lado, a dominação costuma apoiar-se internamente em *bases jurídicas*, nas quais se funda a sua "legitimidade", e o abalo dessa crença na legitimidade costuma acarretar consequências de grande alcance. (WEBER, 1982, p. 128).

Weber designa três tipos de dominação como "base da legitimidade", a dominação legal e/ou burocrática – que está fundamentada nas leis e/ou regras em forma de estatuto, onde seu princípio maior é que "obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve

²⁸ Entender por direitos 'objetivos' o condicionante legal, disponibilizado e respaldado pelas leis de políticas públicas ao status de cidadã e o exercendo de fato na relação de gênero, etnia, geração, classe, etc. No que diz respeito a direitos 'subjetivos', a compreensão de ser um agente social formador de história e capaz de transformar sua realidade social e do grupo sem perder ou ter que reproduzir os atos de grupos dominantes.

obedecer. Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: a lei ou regulamento de uma norma formalmente abstrata”. (WEBER, 1982, p. 129). Próprio das instituições sociais hierarquizadas e pautadas pela burocracia racional.

Outro tipo de dominação é a tradicional e/ou patriarcal que é evidenciada pela crença na superioridade ou até mesmo santidade das normas e/ou dos poderes patriarcais transmitidos por gerações, passando a ter com isso uma característica coletiva e comunitária.

O tipo daquele que ordena é o senhor, e os que obedecem são súditos, enquanto o quadro administrativo é formado por servidores. Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. O conteúdo das ordens está fixado pela tradição, cuja violação desconsiderada por parte do senhor poria em perigo a legitimidade do seu próprio domínio, que repousa exclusivamente na santidade delas. (WEBER, 1982, p. 131).

Esse tipo de dominação está mais evidenciado dentro das relações de gênero no MST, uma vez que percebemos certa restrição quanto ao desenvolvimento de práticas que venham a retificar a condição secundária da participação efetiva da mulher nas decisões prioritárias, tanto do assentamento, como de ordem familiar.

Gostaríamos de deixar claro que esse poder condiciona homens e mulheres às normas da tradição, porém, por se caracterizar historicamente como patriarcal a objetividade da relação de dominação vai sobrepor os homens em detrimento das mulheres. “Por conseguinte isso se dá, de fato, através do reconhecimento de um estatuto²⁹ como válido desde sempre por sabedoria”. (WEBER, 1982, p. 131).

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (BOURDIEU, 2009a, p. 22).

²⁹ Identificar esse estatuto como sendo princípio normativo abstrato, ou seja, normas que são internalizadas e, conseqüentemente, externalizadas e reconhecidas pelos membros da comunidade como algo intransponível, que, caso seja violada a comunidade correrá o risco de romper com sua estabilidade estrutural.

O terceiro tipo de dominação é o carismático que está incorporado à devoção afetiva da figura do senhor e seus dotes carismáticos – faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. Como a dominação tradicional, a carismática também é de caráter comunitário. Segundo Weber (1982, p. 135), este tipo de dominação está associada à percepção do “novo, o extraordinário, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder por suas qualidades excepcionais e não em virtude de sua posição estatuída ou de uma dignidade tradicional; e, portanto, também somente enquanto essas qualidades lhes são atribuídas, ou seja, enquanto seu carisma subsistir”. (WEBER, 1982, p. 135).

O grande problema no que concerne às relações de gênero dentro do MST é que os dois últimos tipos de dominação parecem intrínsecos e a dominação passa a ser instituída socialmente pela via tradicional – valorizando e reproduzindo os paradigmas patriarcais – e a dominação profética que tende a dogmatizar a figura do líder que, geralmente é homem e, quando não, tem a confiança da reprodução do seu estatuto na ordem normativa.

2.2.1 O imperativo da dominação masculina em sua construção simbólica

Identificaremos a dominação masculina como sendo um constructo social e simbólico; segundo a concepção de Bourdieu, o mundo social é criado pela masculinidade e, justificado pela superioridade androcêntrica. Dito de outra maneira, um mundo construído historicamente e legitimado socialmente – através de mecanismos simbólicos, principalmente a violência simbólica – de submissão e negação do ser feminino. “Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação” (BOURDIEU, 2009a, p. 17).

Com isso, a dominação masculina pode passar a ser vista como algo natural, podendo ser materializada nas ações dos agentes através de valores morais e sociais dentro do cotidiano dos indivíduos, possibilitando assim a produção e/ou reprodução de tais práticas sociais nas estruturas, através do *habitus*. Pois, o mesmo pode agir como mecanismo estruturante da masculinidade, porque está ao mesmo tempo estruturado no grupo social. “Com efeito, o ‘inconsciente’ não é mais que o esquecimento da história que a própria

história produz ao incorporar as estruturas objetivas que ela produz nessas quase naturezas que são os *habitus*” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Em cada um de nós, em proporções variáveis, há o homem de ontem; é o mesmo homem de ontem que, pela força das coisas, está predominantemente em nós, posto que o presente não é senão pouca coisa comparado a esse longo passado no curso do qual nos formamos e de onde resultamos. Somente que, esse homem do passado, nós não o sentimos, porque ele está arraigado em nós; ele forma a parte inconsciente de nós mesmos. Em consequência, somos levados a não tê-lo em conta, tampouco as suas exigências legítimas. Ao contrário, as aquisições mais recentes da civilização, temos dela um vivo sentimento porque, sendo recentes, não tiveram ainda tempo de se organizar no inconsciente. (DURKHEIM, 1938, p. 16 apud BOURDIEU, 1983, p. 65-66).

Portanto, a internalização da naturalização de práticas corporificadas – nesse caso a dominação masculina –, de certo modo, que pode ser tida como fato consumado, exercida pelos agentes sociais do *campo* em forma de *habitus* [re]produtor de tais práticas na estrutura (externalização), não pode senão invocar a ‘prodigiosa’ harmonia preestabelecida pela ordem da tradição patriarcal. Gostaríamos de deixar claro que não estamos negando o dinamismo social entre os agentes de um determinado *campo*, pois entendemos que as tensões estabelecidas dentro desse *campo* serão determinantes para a produção ou reprodução do *habitus*. Apenas gostaríamos de enfatizar a força que o processo de interiorização da exterioridade pode exercer na prática desses agentes na estrutura, bem como, o reflexo dessa estrutura nas ações sociais, uma vez que ação e estrutura estão sempre interligadas e são complementares.

Podemos identificar o pensamento de Bourdieu (2009a, p. 33), quanto ao processo de construção simbólica da dominação masculina no MST, quando o autor afirma que o trabalho de tal construção não está limitado a uma operação estritamente performativa de nomeação que oriente e estruture as representações dos corpos, mas associada a uma intensa transformação, tanto dos corpos, quanto das mentes, através de um constructo de práticas, que passa a impor, uma suposta definição dos diferenciais entre os sexos.

Dito de outra forma, as práticas pautadas na divisão social do sexo dentro do MST, foram internalizadas pelos agentes através de estruturas estruturantes que foram constituídas historicamente e são externalizadas em forma de *habitus* que age como esquema de percepção (tradição, crença, valores, mito, etc.), [re]produzindo e

corporificando práticas de dominação masculina (virilidade, dependência, etc.). No que se refere à somatização das relações sociais de dominação entende-se,

É à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua que as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio. (BOURDIEU, 2009a, p., 33-34)

Outro ponto determinante, dentro desse processo de soma das relações sociais, é o exercício da violência simbólica, uma vez que dentro de um determinado *campo*, no nosso caso, os assentamentos no MST, identificamos, dentro das estruturas objetivas, atividades que afirmam a supremacia masculina, quase como algo intransponível. Um exemplo claro é a distinção entre o público (homem) e o privado (mulher), sendo respectivamente, associados um à liberdade e o outro a dependência.

Lembramos que na página 56 e 57 deste mesmo capítulo, descrevemos outros relatos que ratificam a nossa afirmação, como – os obstáculos culturais e sociais que inibem o exercício de cidadania por parte das mulheres assentadas; dificuldade ao acesso à vida pública por parte das mulheres; distinção entre as atividades consideradas produtivas e improdutivas entre homens e mulheres; distinção nas possibilidades de desenvolvimento entre os assentados(as), distinção entre participação e poder de decisão entre os assentados (as), dentre outros³⁰.

Com isso, entendemos que o processo de continuidade e absorção naturalizado dessas práticas tendem a reproduzir o exercício da violência simbólica, vista nesse caso, “por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, sobre o sentido das práticas” (BOURDIEU, 2009a, p. 45). Em outras palavras, as mulheres assentadas passam a aplicar à realidade, principalmente no que diz respeito às relações de poder, toda essa incorporação, fundada na oposição entre os sexos, a ordem simbólica dominante, fortalecendo assim o exercício da violência simbólica. Segundo Bourdieu (2009a, p. 46), “os

³⁰ De acordo com RUA, M. G. & ABRAMOVAY, M. (2002, p. 35-36).

dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo assim ser vistas como naturais”.

Bourdieu aponta também para um detalhe que insiste em recorrer ao se analisar a violência simbólica. Não se deve ver e/ou comparar tal violência a partir da oposição da violência física, ou tenderemos a minimizar a realidade dos atos de violência física – onde mulheres são espancadas, violentadas, exploradas, etc. – contudo, não podemos também compreender o ‘simbólico’ de forma simplista, como oposto ao real, uma vez que essa violência estruturada no *campo* passa a agir de forma estruturante, através da incorporação do *habitus* pelos agentes nas relações de poder e, conseqüentemente, de dominação. De acordo com isso, fica evidenciado, nas palavras de Bourdieu que,

O efeito da dominação simbólica (seja ela étnica, de gênero, de cultura, de língua, etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção – valores, tradição, cultura, língua, etc. –, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões das consciências e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, ‘espontânea e extorquida’, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos *efeitos duradouros* que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às imposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe. (2009a, p. 49-50).

Isto implica dizer que existe um poder que age como uma força simbólica na estrutura do assentamento, poder esse que é impulsionado por uma predisposição histórica – cultural e social – pautada na tradição androcêntrica patriarcal, baseada na dominação pela virilidade, uma vez que a terra, como foi descrita na página 6 do primeiro capítulo, “não se ganha, se conquista”, portanto, dando a conotação de força física (no sentido braçal) à estruturação do campo, sendo assim reproduzidas pelos agentes em forma de ações sociais. Dito de outra maneira, os condicionantes históricos – social e cultural – agem diretamente como mecanismos estruturados e estruturantes de dominação pautados na tradição e manutenção da ordem em vigor, a ordem androcêntrica dentro do assentamento do MST.

Portanto, de acordo com Lahire (2002, p. 47), nossa intenção é tratar a questão do passado incorporado às práticas de gênero, porém evitando negligenciar ou anular o papel do presente (da situação) fazendo como se todo nosso passado agisse “como um só

homem”, em cada momento de nossa ação, deixando pensar que seríamos em cada instante – e iniciássemos a cada momento – a síntese de tudo que vivemos anteriormente e que se trataria de reconstruir esta síntese, este princípio unificador, esta formula (mágica) geradora de todas as nossas práticas.

CAPÍTULO 3

ASSIMETRIA DE GÊNERO NO MST: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA DICOTOMIA EM ASSENTAMENTO RURAL

3.1 Uma análise da assimetria de gênero em estabelecimentos agropecuários de Atalaia/AL

Neste capítulo buscaremos demonstrar o quanto ainda encontra-se acentuado o grau de assimetria entre os gêneros, no que concernem às atividades ligadas a diversos setores produtivos e reprodutivos, de forma a mensurar a dicotomia existente nas relações de gêneros no assentamento. Teremos como parâmetro de análise um assentamento ligado ao complexo de assentamentos situados na região de Atalaia, no estado de Alagoas, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Tentamos buscar o entendimento de como se dá a relação de gênero em um assentamento tendo em vista que os movimentos sociais do campo sempre trazem consigo o discurso da luta pela igualdade de gênero. Para isso procuramos observar em um assentamento dimensões que podem ou não apontar para o desenvolvimento de assimetrias de gênero tais como: relação de trabalho, a noção de público e privado, direitos e possibilidades, organização e liderança, participação e decisão, renda, atividades produtivas e reprodutivas, capacidade e oportunidade, educação e conhecimento sobre a temática de gênero.

O que mais nos impressionou no desenvolvimento da pesquisa é que hipoteticamente, entendíamos existir uma discrepância entre os gêneros, porém querendo identificar se houve avanço dentro dessa realidade, no entanto vimos que dentro da atual conjuntura dos assentamentos a desigualdade de gênero continua acentuada em quase todos os setores que buscamos coletar dados e/ou números, que iremos demonstrar no decorrer deste capítulo.

Outro detalhe importante é que as ações dos assentados(as) estão estruturadas e são estruturantes, ou seja, tanto homens quanto mulheres possuem certa noção das desigualdades de gêneros no assentamento, contudo, identificamos de forma intrínseca à

figura do homem, a existência de um poder simbólico³¹, que passa a agir através de sistemas simbólicos – valores, tradição, costume e crença na virilidade masculina – no processo de interiorização e exteriorização das práticas dos agentes sociais. De acordo com Bourdieu, precisamos entender por poder simbólico como sendo, “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (2009b, p. 7-8); para o mesmo toda essa dicotomia se desenvolve dentro de um suposto *campo* – local de tensão, onde se desenvolvem as práticas sociais e culturais relacionadas à disputa de poder ou hegemonia de poder.

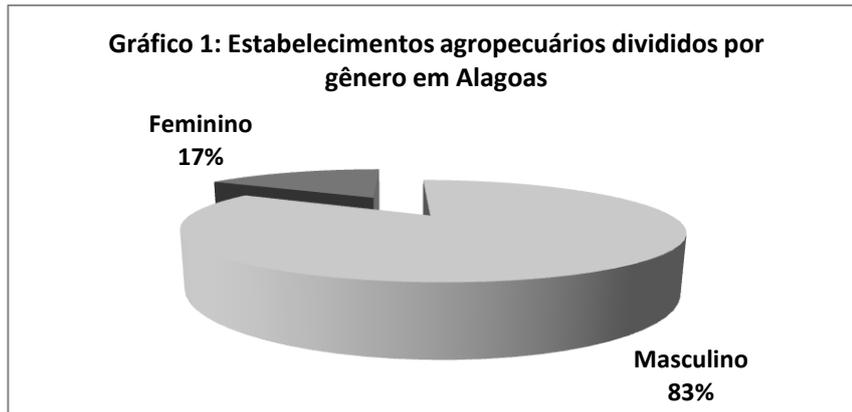
As ações sociais de dominação, como ação mediada pela reação dos agentes envolvidos em determinada prática social, são reforçadas pelo *habitus* que funciona como mecanismo de predisposição a manutenção ou regulamentação de certas práticas de ordem social, como visto no capítulo 2 deste trabalho, onde buscamos discorrer com mais precisão sobre as temáticas de empoderamento, relações de poder e dominação que dão sustentabilidade acerca da nossa discussão.

Antes de abordarmos diretamente o espaço material de nossa pesquisa gostaríamos de demonstrar, para se ter uma ideia da desigualdade entre os gêneros, no que concernem as estruturas do campo, como isso vem se dando, de uma forma genérica no âmbito rural em Atalaia, no estado de Alagoas, onde trabalhamos com um assentamento rural do MST.

Os números que se apresentam a seguir demonstram o quanto se faz necessário uma análise profícua sobre a temática de gênero em segmentos rurais, principalmente em assentamentos, onde percebemos uma contundente desigualdade entre homens e mulheres no campo.

Os dados do último censo agropecuário realizado pelo IBGE (2006), já nos evidenciam a desigualdade existente entre os gêneros, confirmando assim o predomínio do imperativo da dominação masculina no campo. Poderemos observar a partir dos gráficos que se seguem como essa dominação se materializa.

³¹ Toda noção de poder simbólico em Bourdieu, encontra-se mais detalhado no capítulo segundo desta dissertação.

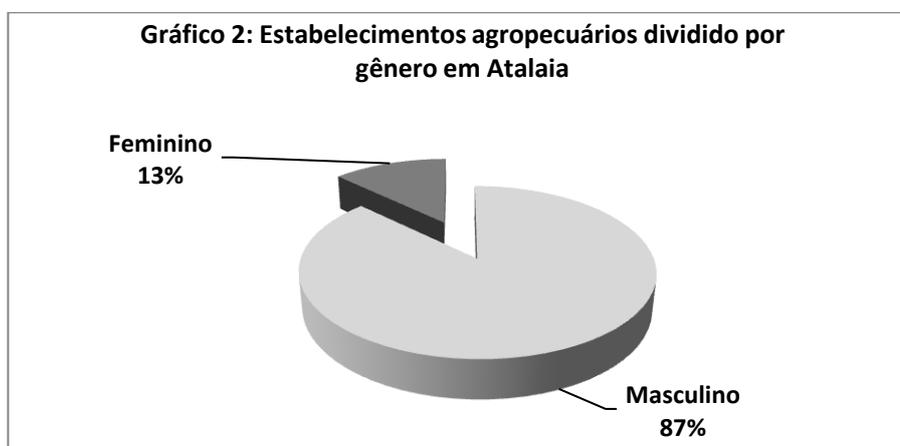


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Como podemos observar é intensa a distinção entre homens e mulheres na distribuição por unidade de estabelecimentos agropecuário em Alagoas. Os percentuais trazidos no gráfico na verdade traduzem os seguintes números absolutos:

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários em Alagoas - 123.331 unidades
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários em Alagoas- 102.765 unidades
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários em Alagoas - 20.566 unidades

Essa mesma desigualdade pode ser vista no município de Atalaia, inclusive com um pouco mais de intensidade, conforme gráfico abaixo:



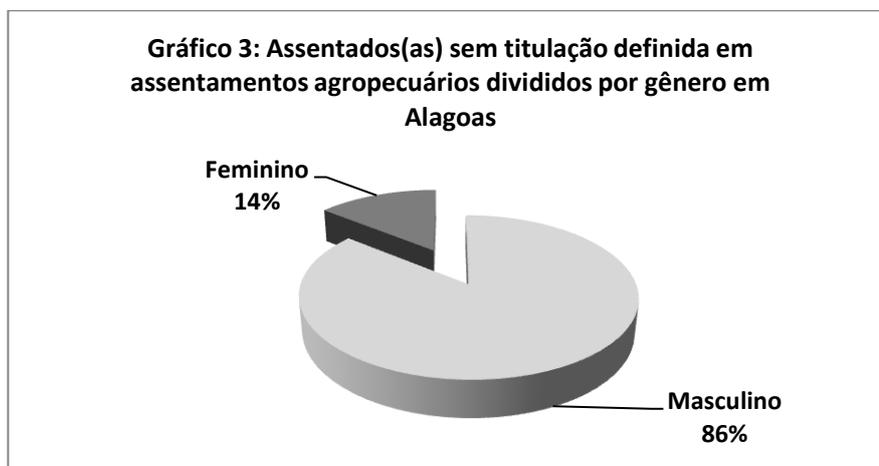
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Em números absolutos, os dados do gráfico acima podem ser lidos da seguinte forma:

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários em Atalaia - 438 unidades
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários em Atalaia - 382 unidades
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários em Atalaia - 56 unidades

Outro dado que observamos e, nos chamou bastante atenção, foi quanto à grande assimetria dos números de assentados(as) sem titulação definitiva dividida por gênero, uma vez que o discurso está pautado pelo avanço entre as distinções de gênero, como pudemos observar no capítulo 1 desta pesquisa, porém não é o que temos evidenciado em nossos estudos e observações.

Segundo o senso do IBGE, observem os dados em relação ao estado Alagoas:



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

Os percentuais trazidos no gráfico na verdade traduzem os seguintes números absolutos:

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários - 4.179 unidades
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários - 3.589 unidades
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários - 590 unidades

De acordo com o percentual o qual o gráfico nos remete podemos perceber o quanto é evidente a distinção entre homens e mulheres assentados(as) sem titulação definitiva na distribuição por unidade de estabelecimentos agropecuários em Alagoas. Mesmo percebendo que ambos – homens e mulheres – encontram-se em um processo de espera pela titulação definitiva, não podemos deixar de ressaltar que o maior número de homens a espera da titulação, materializa a desigualdade entre os gêneros que estão na expectativa da regulamentação de suas terras.

No caso do município de Atalaia não encontramos, segundo dados do IBGE, nada alarmante em termos de assimetria na perspectiva de gênero quanto ao número de assentados(as) sem titulação por estabelecimento agropecuário, conforme números absolutos que seguem.

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários – 1 unidade
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários - 1 unidade
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários - 0 unidade

O mesmo não acontece quanto ao número de arrendatários divididos por gênero, sendo grande os números que caracterizam a assimetria da posse dos trabalhadores(as) do campo no estado de Alagoas, como podemos observar no gráfico que segue.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

Como demonstrado, a assimetria entre homens e mulheres também se estabelecem quanto ao arrendamento de terras na distribuição por unidade de estabelecimentos

agropecuários em Alagoas, apontando para um imperativo masculino nas práticas que se referem às atividades que predominam no campo.

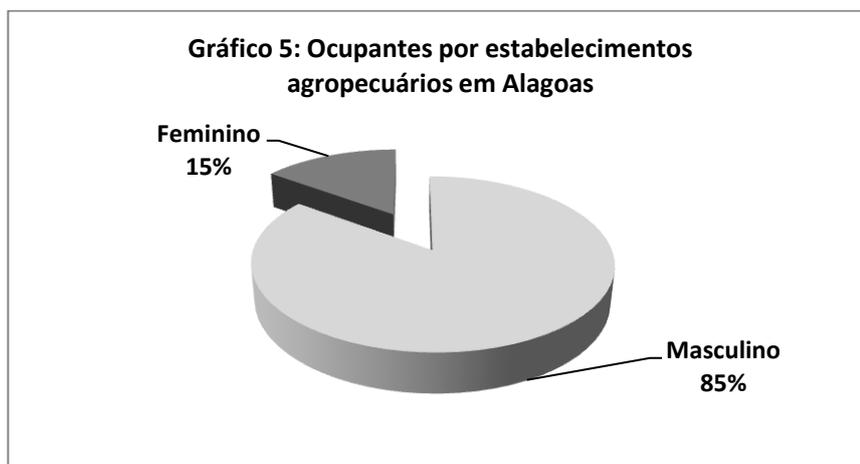
Os percentuais apontados no gráfico na verdade traduzem os seguintes números absolutos:

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários - 5.596 unidades
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários - 4.990 unidades
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários - 606 unidades

No caso de Atalaia o número também é acentuado quanto ao arrendamento de terras, uma vez analisado em percentual e proporção de igualdade de gêneros, conforme números absolutos abaixo:

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários - 24 unidades
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários - 24 unidades
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários - 0 unidade

Por fim, as desigualdades de gênero nos assentamentos de Alagoas e em especial em Atalaia, são ratificadas no número de ocupantes de terras por unidade, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

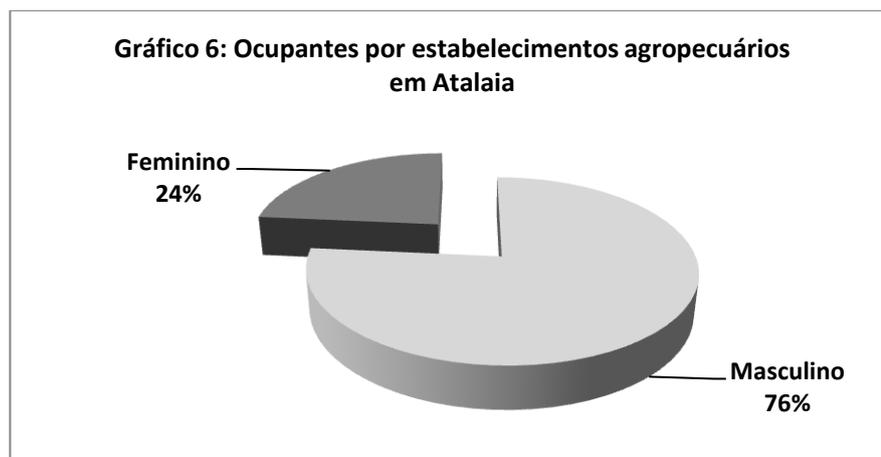


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

De acordo com os números do IBGE, o predomínio masculino também é bastante considerável ao que se refere à ocupação em assentamentos agropecuários de Alagoas, ratificando a acentuada distinção entre os gêneros nos aspectos do campo. Traduzindo em números absolutos os percentuais do gráfico, temos:

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários - 16.543 unidades
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários - 14.081 unidades
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários - 2.462 unidades

No município de Atalaia podemos identificar uma melhora no percentual, se comparado com o estado, porém não significativa a ponto de desmaterializar o imperativo da dominação masculina no campo, conforme gráfico que segue:

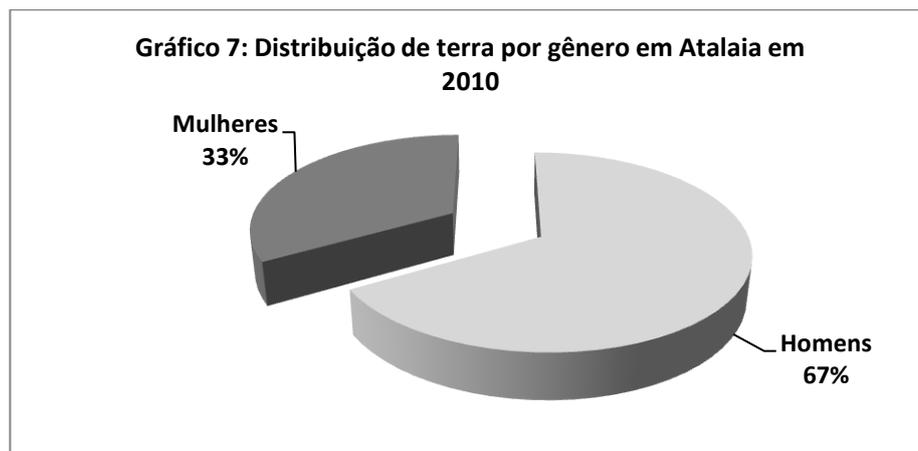


Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006

- Total masculino e feminino de estabelecimentos agropecuários - 34 unidades
- Total masculino de estabelecimentos agropecuários - 26 unidades
- Total feminino de estabelecimentos agropecuários - 8 unidades

A importância desses números do IBGE nos remete a identificarmos o quanto à discussão acerca da questão de gênero de uma forma geral, mas no caso do nosso trabalho, especificamente o campo, se faz necessário, uma vez que as distinções de gênero ainda se encontram de forma bastante acentuada.

No que se refere aos números do INCRA quanto à distribuição de terra, encontramos no município de Atalaia uma desigualdade quanto ao gênero beneficiado com o lote no que se refere a cônjuges. De acordo com o mesmo órgão em Relatório Acordão TCU 753/2008, dos 42 lotes de terra expedidos, 28 foram para homens e 14 foram para mulheres, demonstrando ainda certa disparidade, uma vez que a distribuição corresponde 67% aos homens e 33% para as mulheres. Como observado no gráfico abaixo,



Relatório Acordão TCU 753/2008 – INCRA

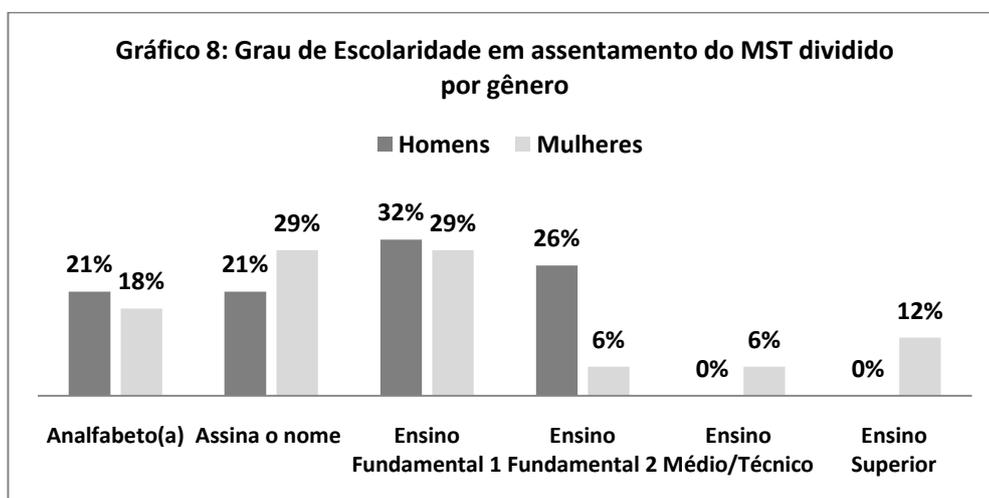
Acreditamos ser de grande importância, para diminuir as desigualdades de gênero no espaço rural, um processo de intensificação à aquisição de terras para as mulheres, uma vez que os homens ainda são favorecidos na distribuição e titulação da terra. Por mais que os programas do Estado de inclusão tenham contribuído numa tentativa de equidade entre os gêneros nos últimos anos, a maioria absoluta ainda é de homens. Entendemos que com a posse e o controle da propriedade da terra, as mulheres passariam a ser, consideravelmente, integradas dentro do processo fundiário, assumindo posições de caráter decisório, como a aquisição de crédito, máquinas, insumos agrícolas, controle produtivo, negociação da produção, etc., caracterizando assim, uma maior equidade entre os gêneros no espaço rural. Porém, deve ficar claro que entre a posse e o direito legal da propriedade da terra não pode haver lacunas que possibilitem a perda do controle da terra por parte das mulheres. “Apesar disso, continua a haver uma disjunção substancial entre os direitos legais da mulher no tocante a terra, e sua propriedade da terra propriamente dita”. (DEERE; LÉON, 2003, p. 143). Devemos entender que a posse da propriedade da terra pode não representar, de forma concreta, o direito legal de usufruto da mesma.

Portanto, os dados que remetemos até agora tiveram como intuito demonstrar, em alguns aspectos que nós consideramos relevantes, a grande distinção pautada na divisão sexual no que concerne a alguns aspectos estrutura fundiária. Queremos deixar aqui registrado que temos a consciência de que o problema da terra é muito mais complexo e amplo do que esses dados que nós remetemos acima, no entanto queríamos apenas ilustrar algumas das características básicas, de forma genérica, como a questão da divisão sexual na estrutura do campo ainda deve ser foco de muita abordagem, pois está evidenciado e notório nos trabalhos de pesquisas relacionados a gênero a grande desigualdade em torno desse aspecto, principalmente no campo.

A seguir iremos nos deter, especificamente, na abordagem do assentamento pesquisado, tendo como foco de análise a conjuntura dos aspectos referentes à distinção entre as relações de gênero em assentamentos rurais do MST, conforme havíamos mencionado no início deste capítulo. Iniciaremos agora um debate sobre a perspectiva de gênero e educação no assentamento do MST.

3.2 Gênero e educação no assentamento: um indicativo da superação da mulher ao acesso escolar

Gostaríamos de iniciar esta parte da nossa pesquisa demonstrando um gráfico que consideramos de essencial importância dentro da relação estrutural de qualquer estrutura social, não obstante em assentamento rural.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

O gráfico acima consiste na representação em percentual dividido pelo nível de escolaridade de homens e mulheres assentados(as), considerando o total de questionados, divididos por gênero³².

Alguns indicativos também são favoráveis no que concernem à superação da relação de gênero dentro do assentamento, a educação é um deles. Podemos dizer que a questão de gênero no assentamento está superada na perspectiva de acesso à educação, uma vez que o grau de educação das mulheres chega a ser superior aos homens em alguns itens. Contudo, os indicativos de escolaridade continuam acentuadíssimos tanto entre os homens quanto entre as mulheres, uma vez que o acesso a escola ainda continua restrito conforme demonstrado no gráfico acima.

Como podemos observar já possuímos uma maior equidade entre homens e mulheres no que se refere à educação no assentamento. Isto é, no que consiste especificamente às questões de gênero, a entrada da mulher na educação é quase uma questão resolvida no Brasil, inclusive nos assentamentos rurais.

Porém, o que temos observado no meio rural são baixíssimos índices de escolaridade de ambos os gêneros. Traduzindo em números, 42% dos homens questionados estão inseridos entre os analfabetos (21%) e os que apenas assinam os nomes (21%), estando o restante dos homens divididos entre o ensino fundamental 1 e 2, ou seja, não figuram entre os ensinos médio e superior.

No caso das mulheres os números apontam para uma melhora, porém muito aquém para se pensar numa possível elevação do grau de instrução do assentamento. Observando em números, 47% das mulheres estão entre as analfabetas(18%) e as que apenas assinam os nomes (29%). Vale ressaltar que o número bruto não representa a realidade, uma vez que o percentual de mulheres que englobam o grau de analfabetismo é menor do que o dos

³² Gostaríamos de evidenciar que alguns assentados(as) se colocaram no direito de não responderem as perguntas. Neste caso, especificamente do questionamento sobre o grau de escolaridade, três assentadas se reservaram ao direito de não responderem. Acreditamos ser por motivo de vergonha e/ou insegurança devido ao baixo grau de escolaridade, pois ao serem indagadas a responderem tópicos que demandavam a utilização da escrita também não o fizeram. Achamos relevante esta informação, pois, com isso, passamos a ter em números absolutos um aumento nos percentuais que atribuem um maior nível de escolaridade às assentadas. Como no caso do nível superior feminino, com 12%.

homens, também é maior o índice de mulheres que assinam o nome. O restante está distribuído entre os ensinos fundamentais 1 e 2 (35%), médio (6%) e superior (12%).

No entanto, mesmo com o avanço na perspectiva de gênero em termos de educação em assentamento rural, identificamos que de forma equivalente, mulheres e homens são pouco instruídos(as). O máximo que se pode observar é uma pequena vantagem percentual das mulheres sobre os homens quando se trata de lograrem completar seus estudos.

Como vimos, os problemas existentes na educação atingem ambos os sexos e ao nosso modo de perceber, são resultados, de certa forma, pela necessidade de complemento de capital social no campo, de outra, da necessidade de sobrevivência das famílias que transferem responsabilidades produtivas precoces para o imperativo masculino, fazendo com que esses meninos afastem-se cada vez mais cedo das salas de aula, ou seja, a evolução na questão de gênero em assentamento rural pode estar mais associada a um processo evasivo masculino das salas de aula, mediados pelo subproduto estrutural da necessidade de manutenção da família, do que uma ruptura de paradigmas da divisão entre os sexos, como na relação público e privado, por exemplo.

Contudo, devemos deixar claro que a escolaridade é um fator indispensável, porém não é o determinante para as transformações necessárias nos assentamentos rurais, uma vez que a instituição escola, pode também representar um mecanismo reprodutor das práticas estabelecidas. Dito de outra maneira, as estruturas encontram-se estruturadas e podem ser reproduzidas culturalmente através de um *habitus* corporificado.

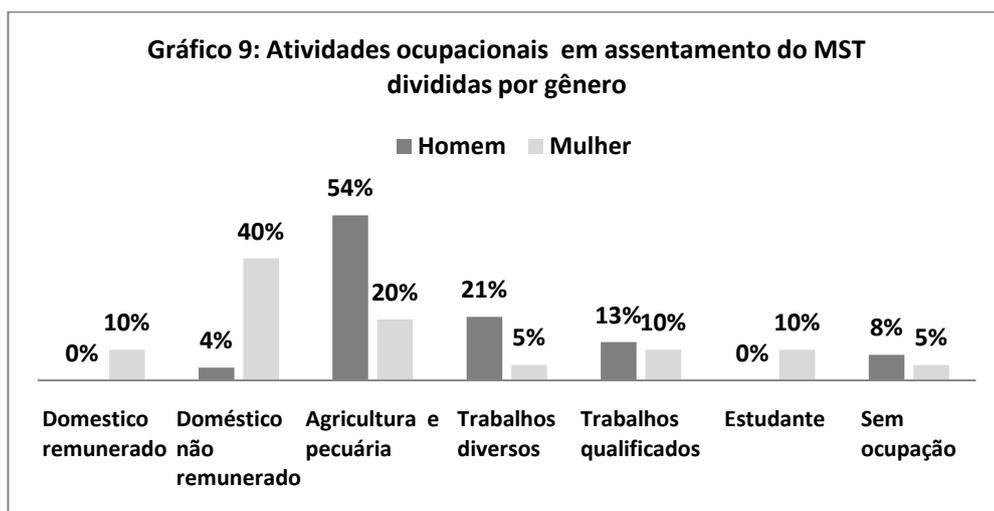
Contudo, também podemos identificar e, devem ser fortalecidas na educação do assentado(a), práticas que despertem para a produção de conhecimento que permitam o desenvolvimento de equidade entre os gêneros no assentamento. Desta forma, possibilitasse o surgimento de uma premissa de reorganização das estruturas, mediante as ações sociais dos agentes em forma de ciclo entre ação e estrutura, mediada por um novo *habitus* constituído. Ou seja, a estrutura produz *habitus* que são internalizados pelos indivíduos e esses agem – em forma de *ação social*, que incide em uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou pelos agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso (WEBER, 1994, p. 3). – isto implica dizer que, esses indivíduos estariam incorporando as estruturas em forma de *habitus* e os externalizam em

forma de ações sociais. Levando assim, a constituição de uma nova sociogênese que possa vir a superar as desigualdades de gênero em assentamento rural.

3.3 Gênero e atividades ocupacionais em assentamento do MST: o reconhecimento do trabalho produtivo masculino e a invisibilidade do trabalho reprodutivo feminino

Uma grande indagação nos estudos de gênero que envolve o mundo do trabalho e, no assentamento não é diferente, é a dicotomia dos conceitos de trabalhos produtivos e reprodutivos, bem como, a desvalorização dos trabalhos tidos como secundários – principalmente, o doméstico não remunerado.

Pautado na honra tradicional da virilidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por mais que busque demonstrar a superação da assimetria, deixa transparecer a acentuada divisão das atividades dentro do assentamento no que se refere à dimensão do gênero. Identificamos que em sua estrutura cabe aos homens a tarefa considerada “primordial”, a manutenção da família, enquanto às mulheres os afazeres do lar, considerados “secundários”, condicionando-a a quase “invisibilidade” dentro da construção social produtora do assentamento no MST, contribuindo para a conformação simbólica do imperativo masculino dentro da estrutura.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

Mais uma vez, o gráfico acima nos remete à representação em percentual quanto à distribuição de homens e mulheres assentados(as), considerando o total de questionados, divididos por gênero nas mais variadas atividades desenvolvidas em assentamentos rurais.

De acordo com o gráfico, buscamos indicar as atividades ocupacionais dos assentados divididas por gênero, com o intuito de demonstrar como as mulheres assentadas, mesmo com melhorias no grau de escolaridade continuam presas aos afazeres do lar. Com isso, só podemos ratificar que por si só, o avanço no grau de escolaridade não é o suficiente para desestruturar a assimetria de gênero no assentamento.

Entender trabalhos diversos como sendo àquele atribuídos a atividades de artesanato, pedreiro, pintor, cabeleireiro, etc.. Quanto a trabalhos qualificados àqueles que incluem uma maior destreza educacional, que demandam no mínimo o ensino fundamental completo ou médio como: auxiliar de enfermagem, agente de saúde, professor(a), funcionário(a) público(a), etc.. Quanto aos sem ocupação enquadram-se os aposentados, inválidos e desocupados.

De acordo com o gráfico evidenciamos que em duas modalidades os homens sequer figuram nas estatísticas: na ocupação de doméstico remunerado e estudante. Em contrapartida acentua-se nas ocupações que envolvem maior demanda de força no campo, a agricultura e a pecuária, portanto, atividades consideradas “primordiais” na estrutura do assentamento rural. Deste modo, evidenciando de forma assimétrica uma divisão por sexo das atividades ocupacionais produtoras dentro do assentamento o homem fica com o trabalho mais evidente, enquanto a mulher com o trabalho “invisível”. Essa concepção pode ser percebida em trechos do canto de Zé Pinto – *Mulher na luta* em Caderno de Canto do XI Encontro Estadual do MST/AL,

Vai pra beira do riacho com a trouxa na cabeça, pra ganhar uma mixaria lava roupa todo dia, se resfia e nem se queixa com o sol quente na cabeça[...] Bota a lenha no fogo, faz o leite do menino. Varre a casa, limpa a mesa e arruma a prateleira enquanto ele está dormindo. É a mulher dona de casa, sem tempo pra descansar faz o almoço, faz a janta e a noite lá pras tantas ela ainda sem deitar.

Não se pode esquecer que nas relações de poder que se estabelecem dentro do *campo*, esse jogo reprodutivo das evidências pode ser evidenciado como natural e, com isso,

ser internalizado pelos agentes sociais e reproduzidos na estrutura pelos mesmos como algo que, de acordo com as tensões que se estabeleçam, possa atingir o status de verdadeiro e intransponível. Ou seja, passa a ser naturalizado, em nome da garantia da ordem estrutural do assentamento, e isso consiste na ordem da dominação masculina, até que um novo *habitus* seja constituído pelas novas tensões relacionais que se desenvolvam no *campo*, moldando uma nova ordem estrutural.

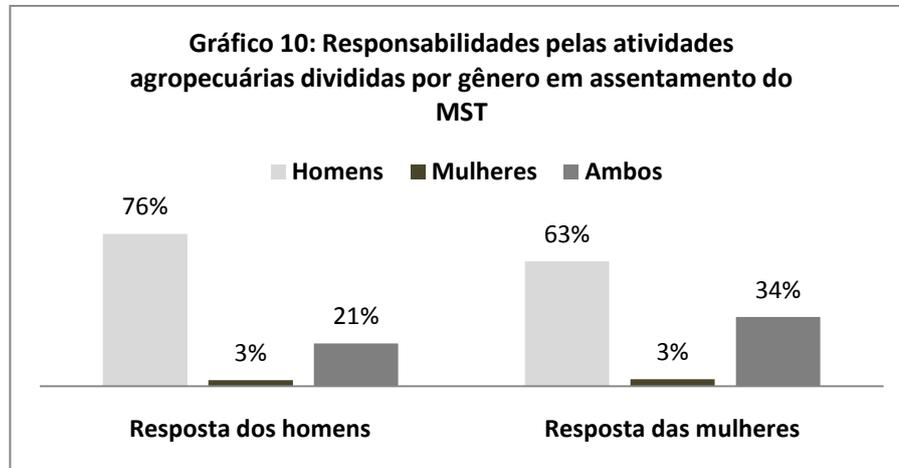
Devemos lembrar que a dominação masculina é historicamente constituída pela tradição patriarcal, invocando no homem a figura do grande líder, pautado na virilidade das lutas engendradas contra o latifúndio e o Estado opressor, passando a exercer a representação da dominação carismática. “Sem dúvida, a autoridade carismática é uma das grandes forças revolucionárias da História, porém em sua força totalmente pura tem caráter eminentemente autoritário e dominador”. (WEBER, 1982, p. 136).

Temos que lembrar que esse carisma passa a ser concebido de forma tradicional, ligado a valores culturais que são produzidos e reproduzidos dentro das relações de poder, porém só conseguem se manter mediante a adoração dos súditos, que tendem a ritualizar sua dominação, aparentando aos demais a necessidade de manutenção de sua ordem, onde o descumprimento está associado à punição ou desestruturação do que, teoricamente, vem e/ou está funcionando bem, nesse caso, a simbologia da dominação masculina frente as decisões do assentamento.

O imperativo da dominação masculina ao qual o assentamento é submetido perpassa, como dito em capítulo anterior, de acordo com Weber (1982, p. 128), por interesses diversos na ordem das relações de poder, e/ou simplesmente no puro afeto ou inclinação pessoal dos dominados(as). Isso também pode ser evidenciado ao tratarmos do setor produtivo agropecuário do assentamento, devido a fatores que remontem a constituição histórica entre público e privado, e/ou simplesmente que faça alusão a força física masculina no que diz respeito às atividades produtivas do assentamento, bem como, a responsabilidade da manutenção econômica do lar e da família estarem quase sempre a cargo do homem.

Essa definição, que se constitui a priori no campo simbólico, leva a conformação cultural tanto de homens quanto de mulheres dentro do espaço onde se desenvolvem as

relações de poder, pois o que é simbólico hoje, amanhã tende a se estabelecer como regra ou norma social.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

No gráfico acima os percentuais correspondem à totalidade das respostas que homens e mulheres deram separadamente dividida por gênero quanto à representatividade dos(as) – *homens, mulheres e ambos* – na atribuição das responsabilidades pelas atividades agropecuárias em assentamento do MST.

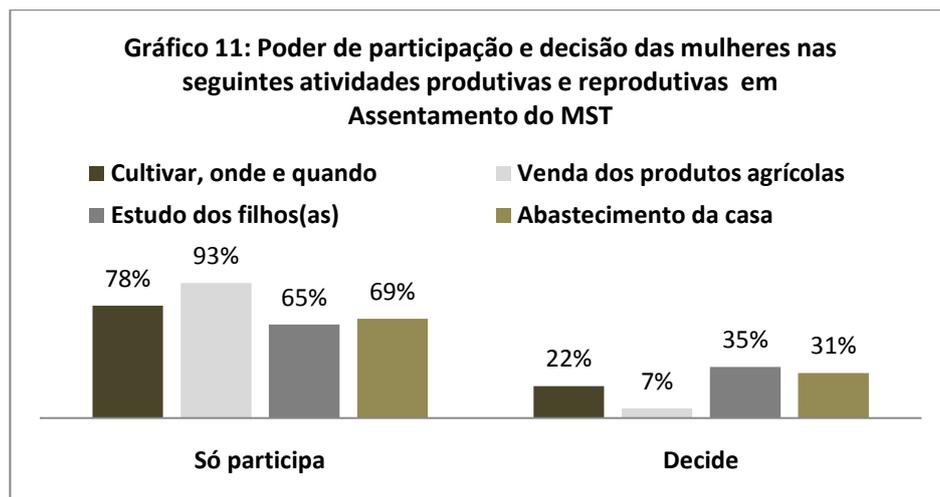
De acordo com o gráfico acima podemos observar que tanto mulheres quanto homens apontam para o imperativo da dominação masculina no setor de produção agropecuária, deixando clara a disparidade entre os gêneros e, o mais importante o reconhecimento dos assentados(as) sobre tal distanciamento, pois a pergunta era a seguinte: a cargo de quem se atribui as responsabilidades pelas atividades agropecuárias no assentamento? Cabendo a homens e mulheres responderem individualmente ao questionamento, de acordo com a visão que o agente tem da sua realidade e da realidade de seu assentamento.

Para entendermos melhor a questão da invisibilidade do trabalho feminino, me remeto ao gráfico 9, onde o índice de atividade não remunerada exercida pelas mulheres é acentuado, portanto um dos principais fatores do não reconhecimento das atividades, principalmente, no que se refere aos afazeres do lar, a serem consideradas “visíveis”, pois não submetem à família nenhuma renda mensal, para ajudar no sustento da casa. De acordo

com Rua e Abramovay (2000, p. 152), “no meio rural, um indicador dessa invisibilidade é o elevado número de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração”.

De acordo com o gráfico abaixo fica claro a submissão das mulheres, não só em atividades consideradas produtivas como: o cultivo e a venda de produtos agrícolas, bem como, atividades consideradas reprodutivas como: decisões sobre os filhos(as) e o abastecimento da casa, ambas sofrem um imperativo masculino.

Gostaria de ressaltar que este questionamento foi feito apenas às mulheres e o percentual de ambos os eixos – *só participa e decide* – representa a totalidade de assentadas por atividade de produção e reprodução, ou seja, foram feitas as quatro perguntas a todas as assentadas.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

Como podemos perceber até as decisões de atividades consideradas reprodutivas como – estudo dos filhos e abastecimento da casa – sofrem um imperativo da dominação masculina no poder de decisão, mesmo que em menor escala, isto implica dizer que dentro das relações de poder no assentamento, a estrutura androcêntrica ainda é um grande agravante assimétrico quando se trata de participação e decisão entre as atividades produtivas e reprodutivas.

Não se pode esquecer que, apesar de serem responsáveis, na quase totalidade das vezes, pelo trabalho doméstico, as mulheres tem um peso decisivo nas lavouras, na labuta

do solo, plantação, colheita, conforme assentada: *“ajudando a plantar, colher e debulhar o feijão; raspar mandioca, tirar o leite dos bichos, fazer queijo, cuidar das galinhas e dos porcos, etc.”*. Porém, o fato de não serem remuneradas, termina por condicionar seu trabalho a mera ação complementar do companheiro, uma vez que esse, na maioria das vezes, é o responsável pelas decisões, aplicação e manutenção da renda e, conseqüentemente da família assentada, reforçando de certa forma um determinismo estrutural que aumenta o condicionante de invisibilidade das atividades das mulheres.

Desse modo, a nossa preocupação permeia o fato do trabalho feminino está vinculado a uma “ajuda” ao trabalho masculino, e não, como atividade participativa no processo produtivo do assentamento. Segundo assentado: *“aí as nossas mulheres entram na diária, ajudam a semear ‘que é uma coisa que elas podem fazer’, né? Na limpeza, aí pega elas, um monte de serviço,... no serviço de casa, de carpir... Com isso, observamos que os trabalhos sofrem uma divisão sexual de proeminências, quando é caracterizado o tipo de trabalho que as mulheres podem e/ou devem desempenhar em assentamentos. “Mas elas encaram isso como uma ajuda que elas dá pro companheiro... Acham que é ajuda porque na hora de vender ela não vai lá vender e pegar o dinheiro”*. (professora assentada)

Não podemos esquecer que outra relevante dimensão de poder, está na representatividade simbólica do dinheiro, ou de quem, a partir dele controla as instâncias do grupo social, com isso passamos a ter o trabalho ‘produtivo’ como referenciado, encontrando-se este, na maioria das vezes, de posse do homem, elevando assim seu *status* dentro das relações de poder. De acordo com Maria José de Rezende (2000, p. 105) citando Weber, “a dimensão social funda uma maneira de estratificação baseada no *status*, sendo o seu elemento definidor a honra e o prestígio que as pessoas e/ou grupos desfrutam, ou não desfrutam, a posição que ocupam na sua profissão, no seu estilo de vida, etc.” De acordo com assentadas: *“É difícil ver uma mulher mexer com isso (banco, crédito)” “ [...] geralmente é o homem que controla o dinheiro”*. *“Dinheiro e crédito é o marido né? E quem conversa com o técnico também é ele”*.

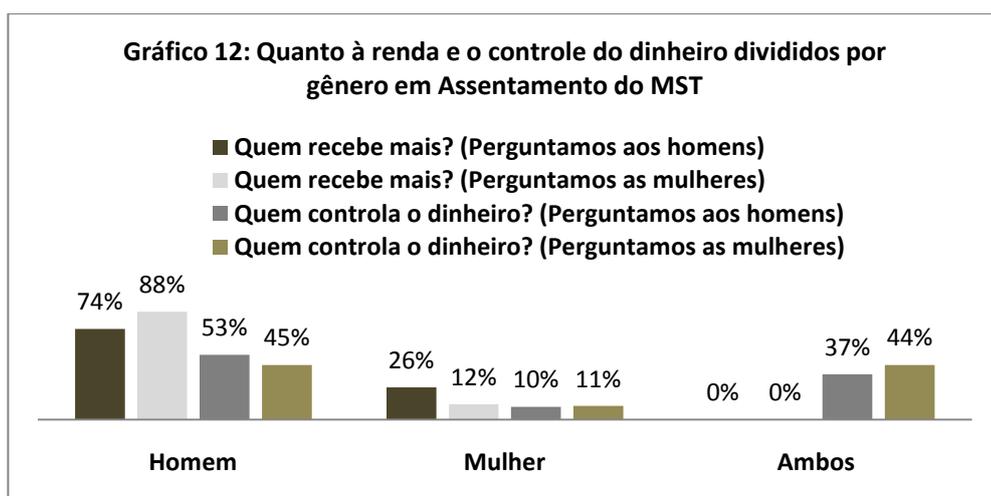
Neste sentido, fica sendo apenas o trabalho considerado produtivo a ser o único capaz de promover o aumento do *status* simbólico de emancipação, subjugando aqueles que

despontam para o trabalho ‘reprodutivo’, nesse caso, em assentamentos rurais, as atividades desenvolvidas pelo sexo feminino.

A relação do trabalho produtivo com o status simbólico parece ser reforçado pelo aspecto do acesso à renda, já que o ingresso de renda nos assentamentos geralmente vem a partir da comercialização das produções agrícola e/ou da pecuária, atividades que como vimos anteriormente são dominadas pela presença masculina. Nesse sentido, o acesso à renda torna-se mais um fator que ratifica a dominação de homens sobre mulheres. Gostaríamos de ressaltar que não desconsideramos o trabalho feminino, porém posto como tal, colocado como atividade suplementar ao trabalho desenvolvido pelos homens, nos leva a identificarmos, dentro da atual conjuntura estrutural dos assentamentos, como “atividades menos evidentes” e/ou “invisíveis”.

Dessa forma, nos leva ao entendimento de que quanto à questão da renda, os homens continuam numa posição privilegiada em relação às mulheres tanto na dimensão da percepção quanto do controle da renda.

No gráfico que segue os percentuais representam a totalidade dos três eixos – *homem, mulher e ambos* – divididos por colunas que concebem a mesma pergunta para ambos os gêneros sobre a questão da renda e do controle do dinheiro na família assentada.

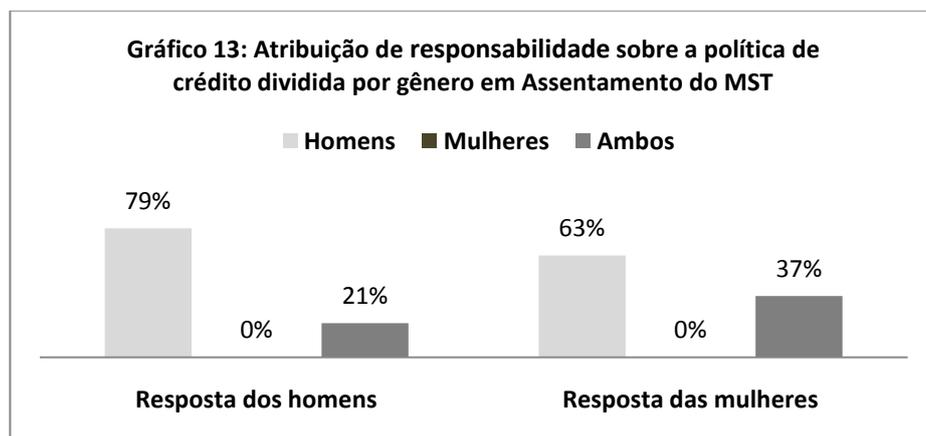


Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

Observamos dois pontos cruciais neste questionamento, um avanço no controle do dinheiro por parte de ambos, porém não podemos deixar de ressaltar que grande parte desse controle exercido por ambos no dinheiro familiar é para o abastecimento do lar e seus derivados, outros provenientes de manutenção (escola, roupa, calçado, etc.), portanto, não representando diretamente a equidade entre as decisões tomadas, uma vez que as mesmas, como visto no mesmo gráfico, sofrem um imperativo de ordem masculina.

Outro detalhe está na distinção salarial entre homens e mulheres que continua acentuada, mesmo as mulheres tendo um melhor grau de escolaridade, mas isso está ligado a outro ponto que iremos discutir mais adiante sobre direitos e possibilidades dentro da estrutura do assentamento.

Um dado importante que podemos tomar como ponto de análise das distinções pautadas na participação é a atribuição da responsabilidade da política de crédito que envolve o assentamento, no que se refere à participação de mulheres e homens nas decisões produtivas do assentamento, e não obstante ao imperativo de práticas dominantes masculinas, evidenciando o alto grau de reprodução das assimetrias no que se refere às decisões pautadas na divisão dos sexos, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

Neste gráfico 13 o percentual é representado pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente quanto à atribuição de responsabilidades junto à política de crédito no assentamento.

Como podemos observar neste gráfico as mulheres sequer aparecem nas estatísticas quanto à responsabilidade nas atribuições da política de crédito, isto consiste em continuarem na “invisibilidade” e distanciadas das atividades públicas ou atividades consideradas ‘produtivas’, ou seja, continuam na sua grande maioria ligada aos serviços ‘reprodutivos’ do assentamento, sujeitas às atividades consideradas suplementares dos companheiros, e isto implica dizer, que estão condicionadas tanto a vida privada do lar e, conseqüentemente, a dependência do companheiro, caracterizando assim, ainda uma forte relação de dominação masculina fixada na estrutura do assentamento.

Contudo, um dado importante indicado no gráfico 13 é o que se refere à participação de ambos nas responsabilidades de crédito do assentamento, porém esta participação sofre uma ressalva, ou seja, geralmente encontra-se limitada a decisão do companheiro, uma vez que é ele quem possui maior renda e controle do dinheiro da família assentada, bem como estando mais relacionado com a vida pública, portanto apto a assumir tal compromisso. Ao questionarmos o real poder de decisão são unânimes em responder que *“a última palavra é sempre do marido”*(assentada). *“Fazer almoço, cuidar da casa e dos filhos... Serviço de mulher é esse”* (assentado).

De acordo com os levantamentos e estudos identificamos o quanto, no que concerne às atividades em assentamentos, encontramos um alto grau de subordinação e invisibilidade do trabalho feminino presente na nossa realidade rural.

Embora as mulheres trabalhem lado a lado com seus homens nas lavouras principais, o seu trabalho é visto como somente uma ajuda. Ainda que respondam por significativa parcela da produção para autoconsumo, esta é pouco valorizada em termos de geração de renda e a jornada de trabalho correspondente é subestimada ou ignorada por assentados de ambos os sexos. (RUA & ABRAMOVAY, 2000, p. 186).

Como pudemos perceber, qualquer que seja a atividade desenvolvida pelos assentados(as), mesmo que as tarefas possam ser desempenhadas entre homens e mulheres, são atribuídos maiores valores e resultados às empreendidas pelos homens, inclusive ao se tratar das próprias mulheres, como observado no gráfico 11, quando assumem que até as tarefas consideradas ‘reprodutivas’ sofrem um imperativo de dominação masculina.

Com isso, evidenciamos que a estrutura passa a exercer uma grande força sobre os agentes do assentamento que simultaneamente passam a internalizá-la, absolvendo como base natural e externalizando essas práticas de dominação simbólica concomitantemente na estrutura por meio das ações sociais dos próprios agentes, formando um poder simbólico que se reproduz em forma de *habitus* por meio do ciclo entre ação e estrutura, caracterizando com isso, uma predisposição a conformação da invisibilidade do trabalho feminino e uma conformação simbólica do imperativo masculino por parte de homens e mulheres no assentamento.

O peso particular das experiências primitivas resulta, de fato em sua essência, do fato de que o *habitus* tende a garantir sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança através da seleção que faz entre as informações novas, rejeitando, em caso de informação fortuita ou forçada, as informações capazes de questionar a informação acumulada e, sobretudo, desfavorecendo a exposição de tais informações. (LAHIRE, 2002, p. 48).

Como visto, o *habitus* tende a se proteger criando um mecanismo entre a estrutura e a ação, mantido através de seus sistemas simbólicos – valores, crença, mito – sistemas que possibilitem sua manutenção e reprodução dentro das relações de poder estabelecidas e, esses sistemas são atribuídos às práticas cotidianas de assentados(as), a fim de garantir simbolicamente em consenso a “visibilidade” masculina sob a “invisibilidade” da mulher nas relações produtivas do assentamento rural.

Portanto, na divisão do trabalho pautada no gênero, podemos afirmar que a mulher ainda encontra-se na grande maioria condicionada ao limite do lar – mesmo executando diversas tarefas que entendemos como ‘produtivas’ – labuta do solo e colheita. Porém, não tendo seu trabalho reconhecido como produtor de bens e gerador de recursos, bem como, vista no limite da esfera privada – doméstica não remunerada – passando com isso a dispor de pouco ou quase nenhum poder de decisão, como vimos acima, aumentando, cada vez mais, o caráter de invisibilidade do sexo feminino, conseqüentemente, conformando no assentamento o sexo masculino como forte e dominador, evidenciando assim o aumento do seu *status* na estrutura e sua reprodução entre os agentes sociais.

Entendemos que as relações ligadas às atividades ‘produtivas’ e ‘reprodutivas’ no assentamento sofrem um imperativo masculino porque se encontram estruturadas e são estruturantes na dinâmica do assentamento e reproduzidas pelo *habitus* através das ações

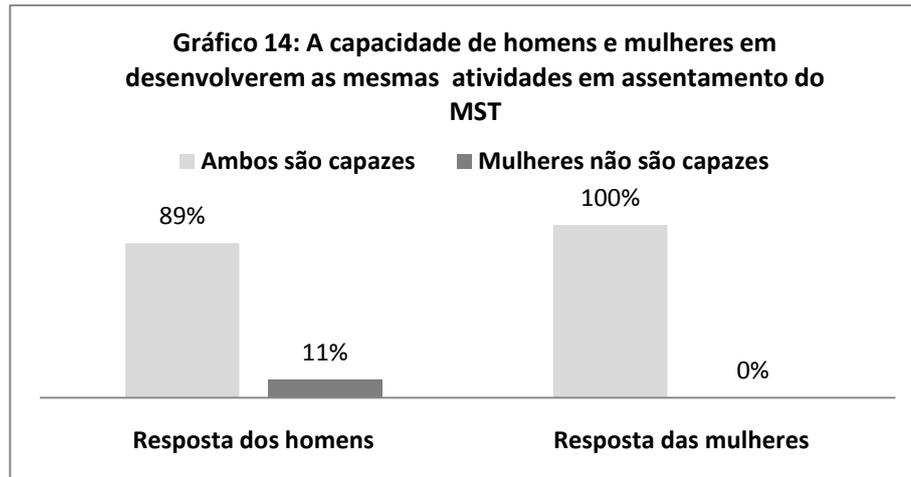
sociais dos agentes que submetem culturalmente a manutenção da ordem tradicional vigente.

Insisto em dizer que um dos fatores preponderantes para a não desmistificação de tal predisposição está relacionado à questão da perspectiva de gênero ser tratada como aspecto secundário ou terciário no que se refere à luta pela terra por parte dos assentados e das assentadas.

Quando afirmamos que o imperativo da dominação masculina é um condicionante estrutural e produzido pelo *habitus*, através dos agentes sociais, não é aleatoriamente, pois, identificamos que ambos os gêneros só [re]produzem socialmente, no que concernem às atividades ‘produtivas’ e ‘reprodutivas’, o que absolvem culturalmente ao longo de sua trajetória de vida e da realidade do espaço que estão inseridos.

Um bom exemplo disso é quando questionados sobre a capacidade de homens e mulheres em exercerem todo e qualquer tipo de trabalho, onde observamos praticamente uma unanimidade entre homens e mulheres em afirmar que ambos os sexos são providos de capacidade em desenvolver tais habilidades, gerando um grande paradoxo entre produção e reprodução de práticas na estrutura, uma vez que a ação social dos agentes produz na estrutura o imperativo da masculinidade através do *habitus* e a estrutura corporifica e reproduz tais práticas por meio de um poder simbólico, gerando assim um ciclo entre ação e estrutura. Sabemos que o *habitus* se constitui na tensão das relações de poder dentro do *campo*, portanto, passivo de transformações, no entanto, dentro da atual conjuntura de assentamento rural, não temos identificado materialidade a ponto de reestruturarmos o poder simbólico que foi se instituindo de forma histórica e cultural, nos moldes do patriarcalismo, dentro das relações de gênero.

No gráfico que segue o percentual é representado pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente quanto à capacidade de ambos os gêneros em desenvolver atividades no assentamento rural.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

Conforme comentado acima e observado no gráfico acreditamos que o imperativo masculino se trata de algo que já se encontra estruturado na estrutura e passa a ser exercido através de uma predisposição alimentada pelas ações sociais dos agentes, que continuam desenvolvendo práticas assimétricas, baseadas exclusivamente no contexto da luta histórico-cultural, uma luta que se constrói e, se estabelece através do viés da “coragem e da virilidade” – adjetivos constituídos simbolicamente de contornos masculinos. “Mas ser macho não significa somente ter êxito econômico. Ao macho estão sempre associados valores tais como força, razão e coragem, e o homem é considerado macho quando é capaz de disfarçar, inibir, sufocar os seus sentimentos”. (SAFFIOTTI, 1987, p. 25).

A força da estrutura fica evidenciada quando ao depararmos com o gráfico identificamos que os agentes sociais identificam a equidade entre os sexos, porém sofrem com a solidificação de práticas corporificadas exercidas por uma espécie de violência simbólica³³ externa aos indivíduos, constituída historicamente e conformada socialmente por um *habitus* adquirido. Contudo, não podemos deixar de evidenciar que tal reconhecimento por parte dos agentes – tanto homens quanto mulheres – no que se refere à capacidade de ambos os gêneros em desenvolverem atividades semelhantes, significa um importante passo em direção a uma possível mudança dentro das relações de gênero em assentamento do MST, identificando assim, uma possível reestruturação do *habitus* constituído.

³³ Conceito na obra de Bourdieu que tem o objetivo de elucidar as relações de dominação que não pressupõem a coerção física ocorrida entre as pessoas e entre os grupos presentes no mundo social, a qual corresponde a um tipo de violência que é exercida em parte com o consentimento de quem a sofre.

Portanto, mesmo identificando que se trata de um *campo* de tensões, ainda identificamos na atual conjuntura, o assentamento como um espaço fecundo de recriação da estrutura masculina. Podemos entender melhor essa colocação nas palavras de Bourdieu,

Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a “distância em relação ao papel”, a autoridade natural, etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens. (2009a, p. 78).

Não queremos e nem temos a pretensão de negar a constituição histórica do MST. É factual a legitimidade da luta contra o latifúndio e as diretrizes do capital, porém o que queremos enfatizar é como as diretrizes das relações de poder que envolvem os gêneros vêm criando seus contornos, ou seja, identificamos que dentro do processo relacional entre estrutura e ação, percebemos certa prevalência da estrutura, ou seja, a ação se encontraria condicionada pela estrutura, uma vez que para galgar algo o agente precisaria do aval daqueles que compõem a ordem estrutural ou se adaptar a uma dada identidade que se enquadre dentro dos padrões estabelecidos pela estrutura imperativa, neste caso a masculina. Não podemos esquecer que as estruturas só conseguem se manter estruturadas porque são estruturantes, conseqüentemente mediadas pelas ações sociais dos indivíduos que compõem o campo.

Como já havíamos mencionado anteriormente e, possivelmente, retomaremos esta discussão, tem prevalecido uma predisposição à manutenção da hegemonia masculina na estrutura do assentamento, mediada por um ciclo reprodutor entre agentes (ação social) e estrutura (ordem, valores, cultura, tradição, etc.), na estrutura do assentamento rural.

3.4 Público e privado no assentamento: uma relação de gênero entre a liberdade e a dependência

Ao pautarmos um debate a respeito da temática de gênero, não poderíamos deixar de situar a questão do público e do privado como pilar base da constituição histórica da dominação masculina no assentamento.

Por mais visibilidade, com o advento das mulheres nos setores industriais de trabalho devido às transformações econômicas ocorridas nos séculos XVIII e XIX na Europa, e posteriormente no Brasil na década de 30, principalmente no setor urbano, possibilitando assim uma maior participação da mulher em setores da vida pública, viabilizando assim, uma maior visibilidade da mesma em instâncias de discussão da temática de gênero, não conseguimos identificar tal transformação nas mesmas proporções no setor agrário.

Longe de queremos afirmar com isso, que na vida urbana as mulheres tenham superado as dicotomias de gênero, tentamos apenas enfatizar que tais mudanças ocorridas foram mais perspicaz na cidade do que no campo. Queremos dizer com isso, que os espaços de decisões, conforme mostrados anteriormente continuam restritos ao âmbito masculino, no que condiz ao setor rural.

Ao encontrarmos mulheres inseridas no mercado de trabalho urbano, disputando com homens nos mais variados setores produtivos, intensificando sua luta por reconhecimento – salários equitativos, maior demanda de emprego, maior espaço social, etc. – vemos por outro lado, no campo, uma mulher que sequer tem “visibilidade”, condicionando sua vida geralmente ao espaço do lar, ou seja, ao contrato matrimonial da vida privada.

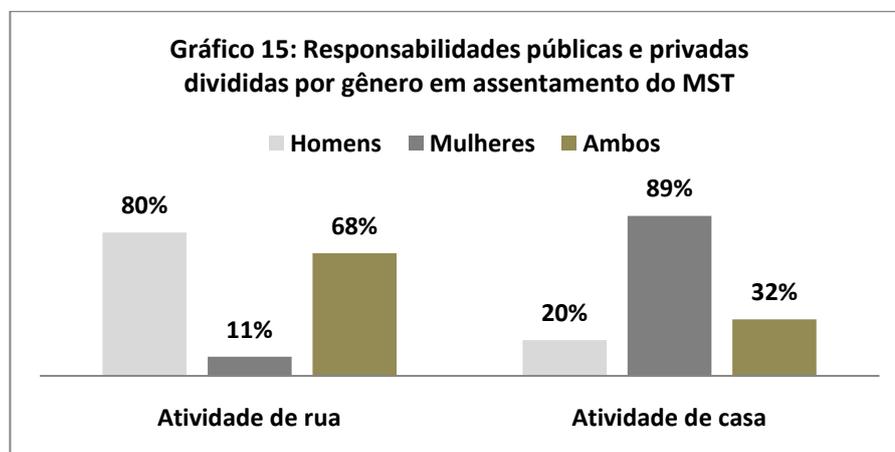
Enquanto homens são encarregados dos afazeres públicos – política de crédito, empréstimos, negociações agrícolas – as mulheres assentadas estão geralmente condicionadas às práticas internas do assentamento como – casa, filhos, cultivo como atividade complementar ao companheiro, etc.. Portanto, devemos entender o mundo público como provedor de liberdade, descoberta – o que tem ocorrido com as mulheres na vida urbana – e mundo privado como restrito, limitado e dependente – o que tem ocorrido com as mulheres no assentamento rural.

Na posição das mulheres, tal como a sociedade a tornou, existem duas singularidades distintas. A primeira é a subjugação doméstica da maior parte delas. [...] O outro ponto da questão tem a ver com as inúmeras incapacidades impostas às mulheres impostas pela lei, ou por um costume que tem um peso equivalente à lei; a sua exclusão da maioria das ocupações públicas. [...] Os esforços da sociedade em educá-las, e confiná-las, a um pequeno número de funções, com o argumento que estas são as mais adequadas à sua natureza e capacidades. (MILL, 2006, p. 11-12).

Não podemos deixar de mencionar que toda essa estrutura que condiciona essa predisposição “profana” da vida pública para as mulheres têm sua constituição histórica e seus contornos conformativos sócio-culturais, conforme observado no capítulo anterior, quando incidimos sobre as relações de poder, patriarcalismo e dominação.

Como ressaltado anteriormente, não observamos muitas mudanças no assentamento pesquisado, em Atalaia, na relação entre público e privado no que concerne ao avanço da perspectiva de gênero. Ao questionados, homens e mulheres de forma genérica, sob o critério de quem estariam atribuídas as responsabilidades das atividades de rua e de casa nas famílias assentadas evidenciamos que os números continuam desfavoráveis às mulheres quanto às atividades públicas (ausência) e privada (maioria), porém, percebemos um número considerável no entendimento de que ambos devem ser responsabilizados pelas atividades públicas e privadas.

Contudo, devemos entender que entre querer que haja a participação de ambos nas tarefas e, realmente existir tal participação, há uma diferença de acordo com a realidade estrutural e a realidade individual de cada família, portanto devemos ter um pouco de cuidado ao analisarmos, pois os números evidenciam de forma paradoxal, para a manutenção estrutural no mundo privado de um lado, onde você pode apontar para uma conformação quanto ao serviço “invisível” feminino, o doméstico não remunerado. Por outro lado, uma maior visibilidade na perspectiva quanto à inserção na vida pública por parte das mulheres.



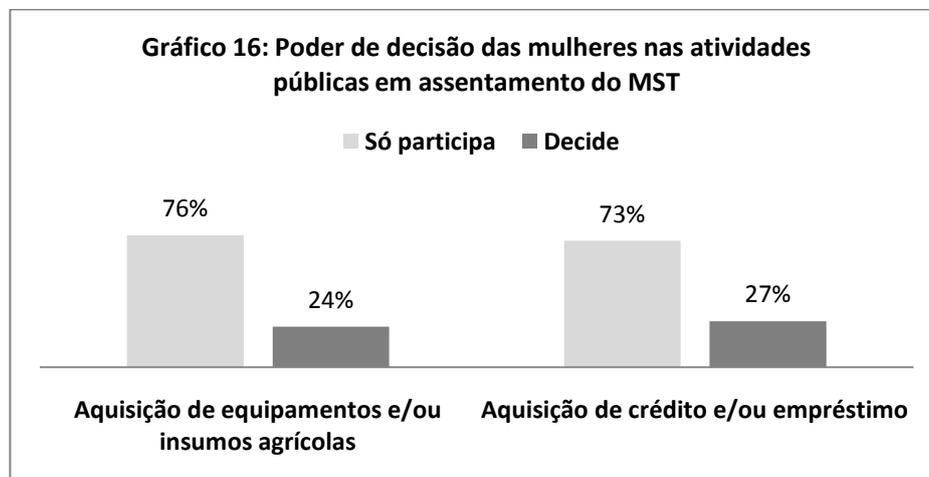
Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

No gráfico 15 o percentual é representado pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente quanto às atividades públicas e privadas estarem mais condicionadas a cargo de que sexo ou se a cargo de ambos.

É importante ressaltar que tanto homens como mulheres concordam que as atividades do lar, estejam na quase totalidade das vezes, de posse das mulheres, conformando o processo de invisibilidade do trabalho feminino no assentamento, uma vez que este por não ser remunerado, passa a ser considerado secundário.

Para entendermos melhor essa dicotomia da participação de ambos nas atividades públicas, perguntamos as mulheres assentados(as), quanto ao real poder de decisão nas atividades públicas como compra de equipamentos e/ou insumos agrícolas; aquisição de crédito e/ou empréstimo bancário e chegamos à conclusão de que a atuação na vida pública continua sofrendo um imperativo masculino, conformando a estrutura do assentamento pautada na divisão social pelo sexo, fortalecendo a hegemonia simbólica da masculina, observemos o gráfico subsequente.

No gráfico 16 as informações que obtivemos foram especificamente coletadas das assentadas, sendo o percentual a representação do total de mulheres assentadas que conferiram suas respostas separadamente quanto aos dois eixos – *aquisição de equipamentos e aquisição de crédito* – a fim de identificarmos o grau do poder de decisão em assentamento por parte das mulheres em atividades consideradas públicas:



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010

Portanto, como podemos observar, o poder de decisão sofre um imperativo masculino quanto aos trabalhos que demandam atividades externas, marcando a força que a estrutura impõe a homens e mulheres assentados(as), que por sua vez, tornam a reproduzir tais valores através das ações sociais, conformando uma predisposição estruturante.

Ao identificarmos que a estrutura encontra-se estruturada e é estruturante – a partir das ações dos agentes sociais – podemos ter como ratificação do argumento a dicotomia entre o público e o privado na perspectiva de gênero, liberdade e dependência, respectivamente, através de uma predisposição constituída historicamente, conformada culturalmente e reproduzida socialmente por meio de um poder simbólico. De acordo com Lahire (2002, p. 47), “o ator viveu e continua a viver num espaço social homogêneo que nunca se transforma. Numa fórmula do tipo “passado que sobrevive no atual e que tende a se perpetuar no futuro atualizando-se em práticas estruturadas segundo seus princípios”.

Isso implica dizer que esses princípios partiriam de um pressuposto de homogeneidade, a fim de manter a unicidade do passado e ligar-lhe diretamente com o presente, promovendo uma espécie de encontro entre o “passado incorporado” às práticas do presente, ou seja, a reprodução do *habitus* adquirido.

Podemos citar como exemplo a questão da educação, tão certo que se encontra superada na perspectiva de gênero em assentamento, no entanto, estruturalmente as meninas e mulheres encontram-se ligadas a um “passado incorporado” que as credenciam ao mundo privado, uma vez que a sua representatividade nos afazeres públicos do assentamento continuam insignificantes quando comparados aos homens, conforme números acima demonstrados.

3.5 Direitos e cidadania em assentamento: uma análise da distinção das oportunidades entre os gêneros

Achamos pertinente a discussão em torno das questões de direitos e cidadania uma vez que nos permite perceber como relações desiguais de poder vêm se reproduzindo desde muito tempo e são conformadas por leis, instituições e, principalmente pelo imaginário

coletivo. Isso nos remete a buscarmos entender os mecanismos que conformam a reprodução de tal realidade.

E as leis e os sistemas políticos começam sempre por consagrar as relações já existentes entre os indivíduos. Convertem o que era um mero fato físico num direito legal sancionado pela sociedade, visando, por princípio, substituir o conflito sem regra nem lei da mera força física por meios públicos e organizados de afirmação e proteção desses direitos. Aqueles que já se encontravam compelidos a obedecer ficam, dessa forma, legalmente obrigados a fazê-lo. (MILL, 2006, p. 40-41).

O que se percebe é que existe um conjunto de articulações de dominação definido por um poder simbólico que se faz ver e se faz crer graças ao efeito da mobilização, pois tal poder só é reconhecido se for aceito tanto por dominantes como por dominados como crença dentro da estrutura, portanto ignorado como arbitrário.

Identificamos que este debate sobre direito e cidadania percorre o campo da esfera privada e pública das relações de homens e mulheres, ou seja, o homem é o integrante histórico que teve o privilégio de se constituir primeiramente como cidadão, com isso, a percepção que se faz ou se tem dos direitos e dos deveres está muito mais próxima a figura do mesmo, uma vez que este tem o privilégio de exercer a vida pública, enquanto as mulheres estão condicionadas, na grande maioria, à vida privada e de dependência.

Portanto, negando à mulher o direito de construção de um processo que envolve a conquista da autonomia – liberdade; vida pública – conseqüentemente a participação das decisões nos espaços públicos. De acordo com assentados(as),

Minha criação era de que o machão pode mandar na gente, que ele pode fazer tudo o que ele quer. Se você for na casa da tua vizinha, tem que chegar e pedir a ele. “Ô fulano, vou lá na casa de fulana”; não pode pensar em sair sem falar com o machão. (Assentada rural)

Poder de trabalhar muito mais. Mais direito, mais compromisso. Eu vejo e digo que a mulher trabalha muitas vezes no nosso meio até igual a nós (homens), até algumas mais, porque vai da roça pra casa. Mas eu acho que o homem tem mais poder porque, geralmente, na família quem manda é ele, quem vai no banco negociar, quem manda no dinheiro, quem? É o homem. (Assentado rural)

Dessa forma identificamos que para alguns assentados(as), os papéis desiguais, no que se refere à questão dos direitos, passam pelas relações de poder, geralmente controladas pelos homens, que estão associados à vida pública.

Quando questionados sobre a equidade dos direitos entre homens e mulher foram unânimes em apontar para a igualdade de direitos, demonstrando que existe um potencial desenvolvido, porém não exercido, já que a desigualdade de oportunidades evidencia a manutenção da ordem estrutural, uma vez que confere simbolicamente ao homem como sendo dotado de maiores direitos, conseqüentemente, maiores oportunidades. De acordo com assentadas,

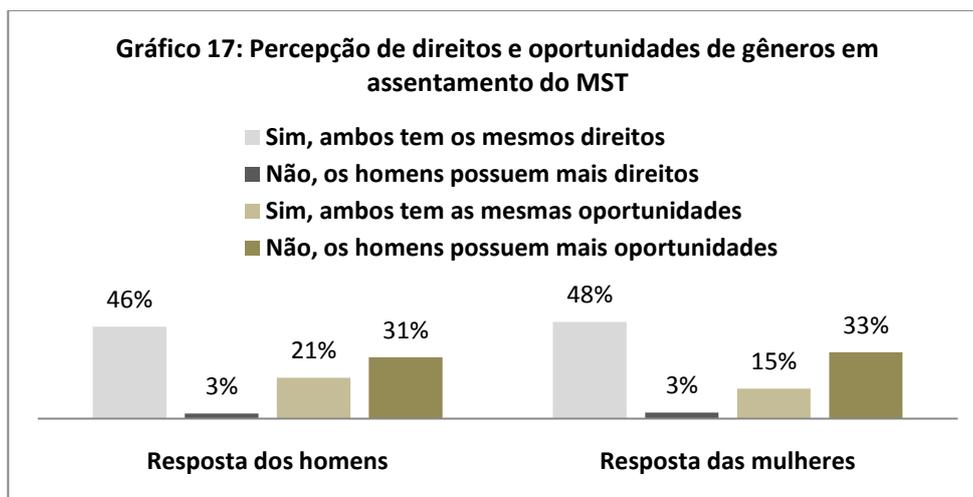
Os dois têm os mesmos direitos. Eu acho que os homens têm um pouco mais de oportunidade. Realmente as mulheres elas, nem todas, mas também têm as que têm função de tomar as decisões a qualquer hora e em qualquer tipo de luta e faz o que é preciso. Mas a oportunidade é mais pro homem. (Assentada rural)

Muitas vezes o homem fica com a mulher só pra ter criança, cuidar dos filhos e cuidar da casa, mas não é só assim, eles têm que entender que a mulher também quer ter oportunidade de trabalhar, ter dinheiro pra ela comprar o que ela precisa e não só o que o marido quer. (Assentada rural)

Isso está diretamente ligado à visão que se atribui aos direitos serem intrínsecos àqueles que detêm ou gozam de maior autonomia dentro das famílias e, conseqüentemente, na estrutura do assentamento rural, ou seja, o homem como ser público, dotado de liberdade e autonomia é visto como maior possuidor de oportunidade, do que aquelas mulheres e aqueles homens que se pautam à vida interna do lar e/ou a “mera” atividade complementar do companheiro(a), na labuta do solo por exemplo.

É importante perceber que a estrutura subjuga não apenas mulheres, mas também homens que não estejam adequados a ordem estrutural das atividades consideradas masculinas, portanto “visíveis” e [re]produtoras de dominação, uma vez que a estrutura se encontra estruturada pelos valores da tradição androcêntrica que são concebidos pelos sistemas simbólicos da dominação masculina, conforme identificado no capítulo anterior.

Podemos mensurar tais afirmações no gráfico que segue, sobre os direitos e oportunidades em assentamento, na visão de homens e mulheres ligados(as) ao complexo de assentamentos, no município de Atalaia em Alagoas.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010

No gráfico 17 o percentual é representado pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente, de acordo com a divisão dos eixos por gênero, quanto à percepção que ambos têm dos direitos e oportunidades em assentamento rural do MST.

As mulheres na agricultura e nas áreas rurais têm um menor acesso aos recursos produtivos e menos oportunidades que os homens. A diferença de gênero abarca muitos ativos, insumos e serviços e supõem um custo para o setor agrícola, para a economia em geral e para a sociedade, assim como para as próprias mulheres. (FAO, 2011, p. 6).

É interessante a percepção dicotômica que homens e mulheres assentados(as) possuem da noção de direitos, que está ligada ao exercício da cidadania, e sua não realização na prática, ou seja, neste caso, a desigualdade no campo das oportunidades entre os sexos. Onde ambos afirmam ter a real noção de que os direitos, teoricamente estão além das perspectivas de gênero, porém, segundo assentados(as) as maiores oportunidades ainda se encontram de posse dos homens ou pelo menos daqueles que exercem as atividades consideradas produtivas no assentamento, conforme citações acima.

A questão das mulheres é em grande parte uma questão econômica, mas pode acontecer que seja ainda mais uma questão cultural [...] mas antes de mais ela é uma questão de direito, porque é apenas na base dos direitos escritos [...] que

podemos pretender encontrar-lhe uma solução que seja segura (GONÇALVES, 2006, p. 29)³⁴.

Portanto, identificamos a ruptura com o princípio básico ativo da cidadania que consiste na participação plena de todos. Uma vez que as oportunidades não se encontram em equidades entre os gêneros, promovendo assim a manutenção da ordem estrutural do assentamento rural, pautado na divisão social dos sexos – homem, ser público; mulher, ser privado – uma vez que esses (agentes sociais) tendem a reproduzir o que se encontra predisposto na estrutura dominante.

É preciso promover maiores debates entre as mulheres assentadas acerca dos seus direitos, uma vez que essa consciência promove um princípio maior de luta por uma autonomia que lhe permita viabilizar uma maior visibilidade no espaço público, consequentemente, a obtenção de maiores oportunidades entre as mulheres assentadas.

Como visto, as desigualdades de gênero também se expressam nos assentados(as) sobre as assimetrias no exercício dos direitos, afetando, a participação cidadã das mulheres no que envolve o processo de tomada de decisão nos espaços de representação que hoje sofre um imperativo masculino e que deve ser representado por todos aqueles(as) assentados(as) que compõem o assentamento, sem distinção de gênero.

3.6 Organização, liderança e participação em assentamento na perspectiva de gênero

De acordo com a perspectiva de gênero, o ato de participar ressalta a busca pela autonomia e pode envolver tanto posições de enfrentamento, como de colaboração e composição de interesses. Isto é, a participação é sempre de cunho político.

Contudo não podemos deixar de ressaltar que os envolvimento com os processos coletivos dentro do assentamento podem ser afetados por outros fatores que não políticos, como os ligados a atitude, interesse, oportunidade e disponibilidade dentro das configurações organizacionais que se desenham dentro do ambiente participativo dos assentamentos.

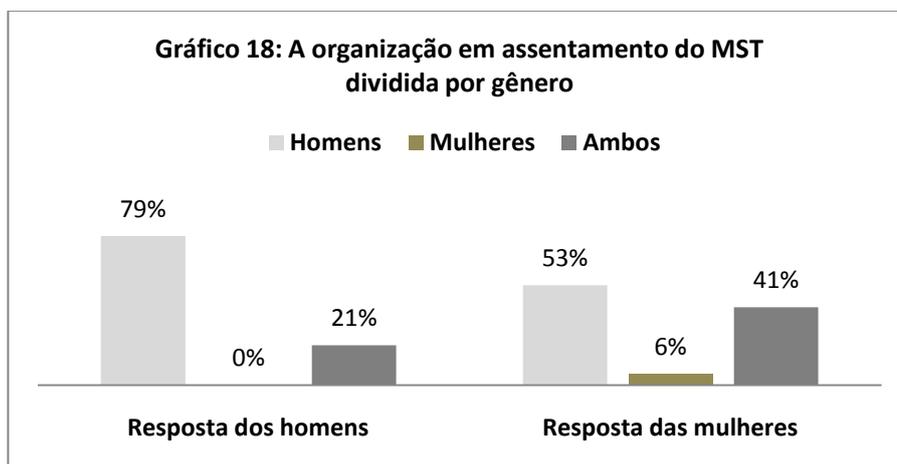
³⁴ GONÇALVES, Andréa Lisly p. 29, citando Anne-Marie Käppeli. Cenas feministas. In: DUBY, Georges e PERRT, Michelle. História das mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1991, p. 556.

A partir daí se desenvolvem as relações de poder, que estão intrinsecamente ligadas à constituição histórica do *campo*, onde se desenvolvem as disputas pelo poder, portanto onde começa a se configurar a dominação masculina entre os gêneros.

Os assentamentos apresentam diversas formas organizacionais, de acordo com sua constituição histórica, localização geográfica, orientação política e ideológica, etc.. Em geral, são dotados de setores, compostas por núcleos – produção, saúde, educação, transporte, gênero, etc., que compõem a coordenação.

Porém, um ponto importante a ser observado, dentro de nosso estudo, é como os assentados(as) identificam a cargo de quem está atribuída a organização do assentamento tanto na coletividade das atividades em torno das políticas do movimento, quanto nas que caracterizam o interior dos assentamentos, conforme próximo gráfico.

No gráfico que segue o percentual é representado pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente quanto à organização estar mais condicionada a cargo de que sexo ou se a cargo de ambos, de acordo com a divisão dos eixos por gênero.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

No gráfico acima percebemos o quanto a concepção androcêntrica encontra-se figurada na estrutura do assentamento, principalmente, devido às respostas apresentadas pelos assentados(as), os quais no máximo entendem, numa menor escala, principalmente por parte dos homens, que possa haver a participação mútua entre ambos os sexos no

processo organizacional do assentamento, porém, sendo enfático ao identificar a presença maciça dos homens na organização.

Portanto, caracteriza-se um *habitus* constituído regulado pelo imperativo masculino, conseqüentemente, uma dominação estabelecida por parte dos homens dentro das relações de poder. Por outro lado, identificamos, especificamente, nas respostas das mulheres que estas já tendem a ter a percepção de maior equidade na participação entre homens e mulheres na organização do assentamento.

Com isso, identificamos que mesmo havendo certo reconhecimento por parte das mulheres de que ambos participam da organização, e isso é muito positivo, pois aponta para um maior dinamismo nas questões organizacionais, no que se refere à perspectiva de gênero em assentamento rural, percebemos também que a presença do domínio masculino ainda é marcante na resposta dos homens, acarretando na estrutura um imperativo de ordem masculina, fruto das dinâmicas ligadas às relações de gênero que se constituíram historicamente, dificultando, porém não impossibilitando, dentro das tensões de gênero que se desenvolvem no *campo*, a articulação de uma nova sociogênese, suscitando assim a formação de um novo *habitus* que conforme a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, não apenas no que concerne à organização em assentamentos, mas, em todos os segmentos que representem disparidades quanto à participação tanto de homens como de mulheres nas demais atividades, de forma a permitir uma maior equidade entre os gêneros em assentamento rural.

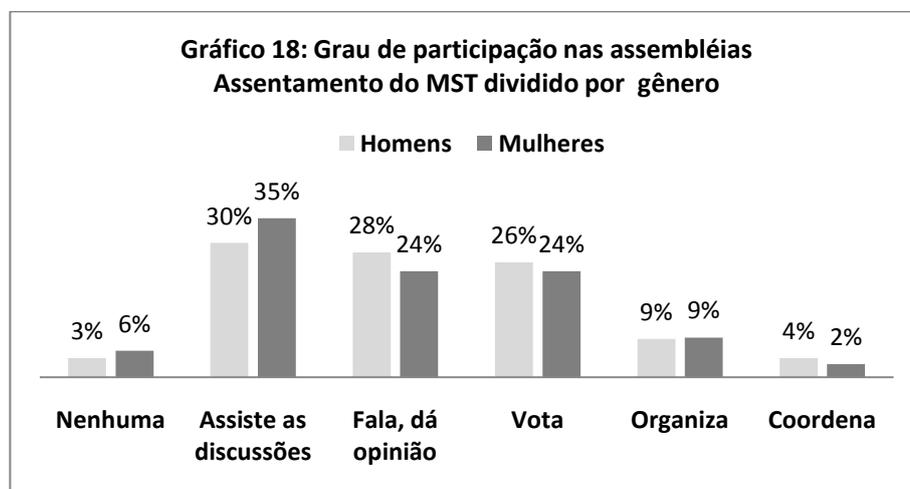
Quanto à participação direta nas atividades que definem estratégias internas e externas do assentamento – assembléias e reuniões – continuamos a identificar o domínio dos homens quanto ao poder de decisão dentro da estrutura do assentamento, não podemos negar o avanço da participação feminina, porém em menor escala do que os homens, mas não poderia ser diferente uma vez que seu poder de decisão nas atividades produtivas, públicas e, inclusive privada, conforme demonstrado anteriormente está condicionado a “mera” complementação da atividade do companheiro, conforme apresentação os tópicos 3.3 e 3.4 deste mesmo capítulo, que discutem, respectivamente, as questões das atividades ocupacionais – trabalho produtivo e improdutivo e a invisibilidade

do trabalho feminino – e a questão do público e privado _ uma relação de liberdade e dependência.

De acordo com os padrões de participação, um importante indicador é o comparecimento às reuniões e assembléias do assentamento e, quanto a isso observemos o que demonstra o gráfico 19, porém, como havíamos apontado anteriormente, alguns assentados(as), se reservaram ao direito de não responderem as perguntas, ou seja, em números absolutos 3 homens e 16 mulheres de um total de 50 de ambos os sexos não quiseram informar qual seu grau de participação, acarretando uma desigualdade no resultado. Portanto o percentual apresentado deve ser entendido a partir do total de 47 homens e 34 mulheres que se prontificaram a responder.

Identificamos que a baixa participação das mulheres nas instâncias decisórias do assentamento – assembléias e reuniões – se deve de acordo com a amostragem e os assentados(as) a várias razões que são imputadas simbolicamente a mulher e conformada na prática como: a privacidade do lar; medo e obediência ao companheiro, dificuldade e/ou limitação ao ser ouvida, dificuldade de falar em público; horários excludentes e discriminação.

Com isso, fica demonstrado que na estrutura do assentamento a figura masculina no que se refere ao grau de participação e decisão nas reuniões e assembléias continua exercendo um imperativo.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

O gráfico³⁵ acima consiste na representação em percentual dividido pelo grau de participação de homens e mulheres assentados(as), considerando o total de questionados, divididos por gênero.

Gostaríamos de enfatizar mais uma vez que essa estrutura formada encontra-se estruturada e é estruturante, mediante sua constituição histórica de práticas corporificadas entre a ação e a estrutura no *campo*, possibilitando a objetivação no assentamento dos exercícios de desigualdades entre os gêneros, porém da mesma forma que se encontra estruturada, a estrutura também é passiva de reestruturação, sendo determinada pela tensão que é exercida nas relações de poder dentro desse *campo*. Dito de outra maneira, a estrutura passa a ser internalizada em forma de *habitus* que por sua vez determina a ação dos indivíduos, que agem novamente [externalizando] na estrutura, de acordo com as tensões que são desenvolvidas no *campo*.

É importante informar que o grau de participação das mulheres nas decisões do assentamento está também intimamente ligado a distinção que se passa a ter de sua estada enquanto acampada, onde é determinante no enfrentamento à polícia, aos latifundiários e o aparato do Estado, seja na linha de frente das lutas ou na composição das famílias rurais que engendram a luta, de forma a passar a noção de formação de uma coletividade, em busca de um objetivo: a terra. Porém, identificamos que ao passarmos à fase assentada evidenciamos a conquista do objetivo maior – a terra – portanto, uma necessidade de divisão das atividades – pública e privada – historicamente constituídas. De acordo com assentada: *“Então, se o objetivo dela era só a terra, né, aí acaba ficando somente com a terra”*.

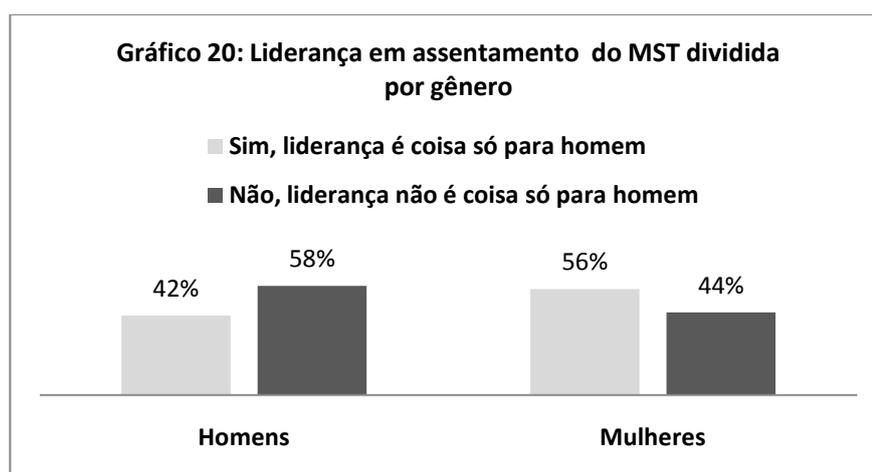
Ao se referir a importância da participação das mulheres no acampamento, em comparação com o assentamento, os assentados afirmam que as mulheres se dispersaram, “se acomodaram” porque já atingiram seus objetivos. De acordo com assentada: *“E depois que vai para o assentamento a coisa muda, que daí, cada um tem o seu lote, daí a mulher começa a ter as coisinhas, ou é dona da casa, os filhos, e vai ficando por aí, não participa muito mais nas reuniões”*.

³⁵ Gostaríamos de informar que os assentados(as) neste gráfico podiam responder mais de uma alternativa.

Portanto, as mulheres passam a assumir as atividades cotidianas dos afazeres do lar, bem como, ajudar de forma a suplementar as atividades do companheiro, na labuta do solo, fazendo com que haja um processo que tende a acentuar as distinções de gênero, pautadas na divisão sexual das responsabilidades entre público e privado no assentamento.

Com isso identificamos também que ao depararmos com a divisão sexual das atividades cotidianas – públicas e privadas – uma pretensa disposição ao conformismo estrutural, uma vez que já se encontra divididas as funções entre homens e mulheres assentados(as). Isso se reflete diretamente na constituição das lideranças em assentamentos. Pois ao serem questionados(as) se liderança em assentamento rural era coisa exclusivamente para homem não nos deparamos com nenhuma surpresa, enquanto as assentadas simplesmente ratificaram o que já havíamos ressaltado, os assentados ao contrário afirmaram que liderança não é apenas para homem, conforme observado no próximo gráfico.

No gráfico 20 o percentual é representado pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente, de acordo com a divisão dos eixos por gênero, quanto à percepção que ambos têm sobre a questão da participação em liderança por gênero em assentamento rural do MST.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

O que é importante ressaltar é que quando nos referimos a cargos de liderança na organização dos assentamentos, continuamos a nos deparar com uma grande divisão sexual

das atividades, ou seja, cabendo às mulheres, além dos cargos tradicionalmente femininos – professora, agente de saúde, etc. – posições menores, subalternas e auxiliares na estrutura da liderança, basicamente voltadas para as rotinas administrativas como secretárias. Daí o fato dos homens considerarem que as mulheres também podem fazer parte das lideranças em assentamentos rurais.

Outro fato que podemos considerar para a baixa participação das mulheres no poder dos assentamentos são algumas limitações de gênero que passam despercebidas pelas mesmas, como: discriminação, horários difusos e excludentes, poder de decisão, falar com autonomia e em público. Todo esse espaço passa a ser constituído de sistemas simbólicos de dominação, que ainda tendem a ser internalizados e naturalizados tanto por homens como mulheres, acentuando um caráter estrutural masculino na organização do assentamento.

Portanto, podemos identificar dois pontos cruciais determinantes para os cargos de liderança sofrerem um imperativo masculino. Primeiro, o determinismo cotidiano da vida privada que dificulta a mulher de desenvolver maior autonomia e reconhecimento como sujeito ativo na estrutura. De acordo com assentada: *“Mulher tem que cuidar da casa, à distância... pra mulher é difícil. Homem tem que ir pra mobilização”*. Segundo, a limitação de gênero que lhe é imposta, tornando sua participação mera cordialidade participativa, não criando os reais mecanismos que viabilizem sua participação ativa dos procedimentos, como direito a fala, reuniões que apontem seus reais interesses, sem discriminação, etc. Pois, algumas mulheres quando comparecem afirmam, *“estão lá, sentam caladinhas. Não é que é proibido falar alguma coisa”*. Portanto, percebemos certa restrição à manifestação das mulheres, podendo ser incorporada e obedecida por grande parcela de mulheres, inconscientemente, seja por timidez ou por insegurança.

Por fim, insisto em afirmar que tal circunstância é reforçada por uma barreira que reside na articulação entre o público e o privado e, principalmente nas atividades consideradas “produtivas” e “reprodutivas” dentro da estrutura do assentamento. Dito de outra forma, o fato da atividade feminina não ser considerada “produtiva” termina por determiná-las como “dependentes” das ações do companheiro, e isso se reflete nas instâncias decisórias do assentamento.

3.7 Setor de gênero: uma questão secundária em assentamento do MST

Por fim uma questão que nos remeteu a reflexão é o entendimento que se tem sobre a temática de gênero e como essa vem sendo definida em assentamento do MST.

Temos percebido o MST como uma das instituições sociais que mais mobilizaram mulheres na luta contra o latifúndio, seja na constituição de famílias, levando o Movimento a ter um caráter de maior representatividade, ou no enfrentamento que envolve a dinâmica pela posse e aquisição da terra.

Porém, para a grande maioria de mulheres logradas em assentamentos rurais do MST não foram criadas condições de visibilidade dentro das estruturas do Movimento, em especial no assentamento. Entendemos visibilidade como sendo o exercício pleno de direitos sem distinção de gênero dentro da estrutura do assentamento, direito não só a participação, mas de decisão em equidade com os homens dentro das instâncias políticas do assentamento.

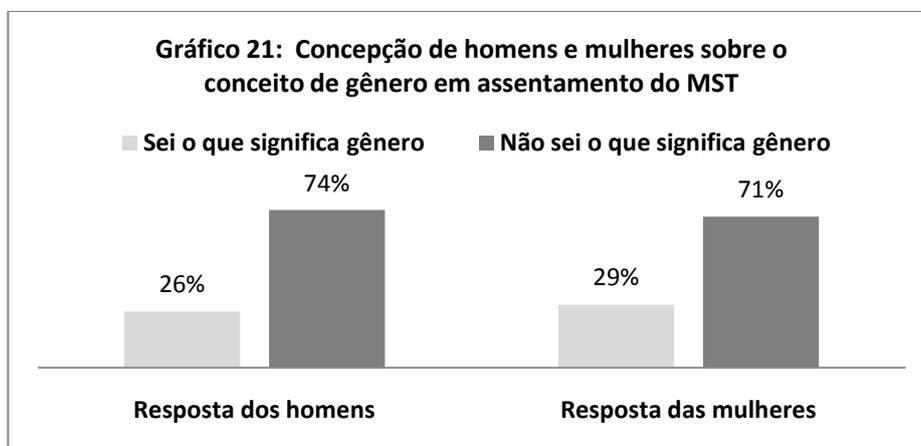
Quando comparada com os homens, a presença das mulheres Sem Terra na estrutura organizativa do MST, desde as instâncias de nível nacional e estadual até nas instâncias de base, ainda é restrita, refletindo diretamente na conformação simbólica androcêntrica do assentamento.

Um dos fatores que nos leva a perceber o setor de gênero como secundário no MST, assim como em outros movimentos sociais, sindicais e organizações de esquerda do Brasil, é se atribuir toda e qualquer forma de luta contra opressão, seja contra o machismo, o racismo, ser compreendidas e/ou priorizadas, exclusivamente, no campo do materialismo da luta de classes, desconsiderando qualquer outra forma de relação de poder, como as que são concebidas no campo do poder simbólico, pois não podemos esquecer que o simbólico hoje, torna-se político e concreto amanhã. Com isso, se a questão de gênero continuar sendo tratada, exclusivamente, no viés da luta de classes estará sempre condicionada a segundo plano dentro das instâncias do MST e, conseqüentemente do assentamento. Essa concepção pode ser percebida nos cantos conforme Zé Pinto – RO em Caderno de Canto do XI Encontro Estadual do MST/AL

Companheirada, prá burguesia não tire o chapéu mesmo que ela nos prometa o céu. É falsidade! Quer nos enganar. Grita Sem Terra, unindo as forças, ocupando o chão, mesmo debaixo dessa repressão. A nossa luta não pode parar. [...] Sabemos que o capitalista diz não ser preciso ter reforma agrária [...] seguimos ocupando terra, derrubando cercas, conquistando o chão. Que chore o latifundiário pra sorrir os filhos de que colhe o pão. (ZÉ PINTO, 2003, p. 3-7).

Queria deixar claro que a luta contra a estrutura fundiária no Brasil é legítima por parte de homens e mulheres que na terra querem labutar, porém nossa preocupação se dar em evidenciar que as relações de gênero alicerçadas no machismo cumpram com a função simbólica de naturalizar as assimetrias, uma vez que temos percebido que estão presentes em todos os aspectos das atividades “produtivas e reprodutivas” da vida pública e privada do assentamento do MST.

O gráfico³⁶ que segue o percentual é representado pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente, de acordo com a divisão dos eixos por gênero, quanto à percepção ao conhecimento do que significa gênero em assentamento rural do MST.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

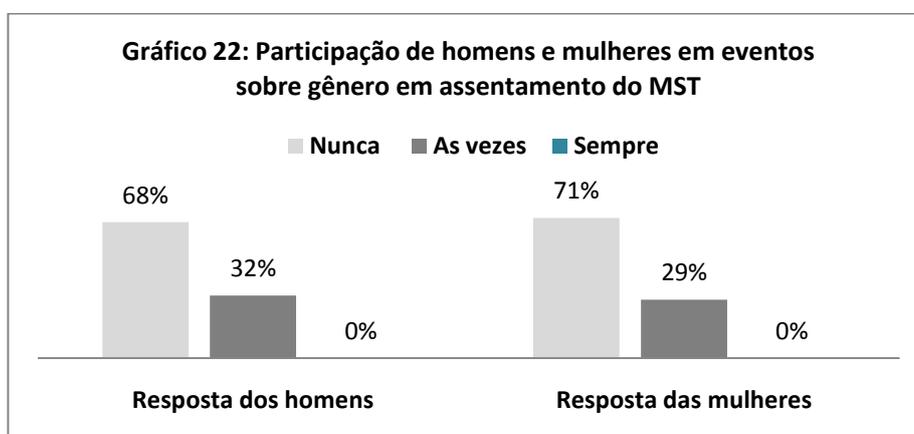
Como observado no gráfico, tanto homens quanto mulheres, em sua grande maioria não possuem uma compreensão sobre a temática de gênero e quando o possui é estritamente limitada, pois ao indagarmos se tinham conhecimento sobre o conceito de gênero, caso a resposta fosse afirmativa, também era solicitado que os mesmos(as)

³⁶ Como já havíamos mencionado anteriormente, alguns assentados(as) se reservaram ao direito de não responder as indagações e, respeitando a decisão, gostaríamos apenas de informar que duas assentadas não prestaram a informação quanto a sua concepção a respeito do conceito de gênero.

escrevessem ou falassem algo que nos remetesse a tal afirmação. Os poucos que se expressaram se limitaram a responder – *homem, mulher e igualdade... Sexo feminino, masculino e neutro... Participação, união e igualdade... Participação de homem e da mulher... Homem, mulher e participação... Igualdade, direitos e sexo... Sexo da mulher e do homem*. Com isso observamos que alguns assentados(as) possuem certa noção de gênero, por já terem participado de algum evento sobre o tema conforme será demonstrado no próximo gráfico. Contudo, identificamos que a discussão acerca da temática de gênero dentro do assentamento ainda é muito restrita.

Toda essa proposição nos leva a crer o quanto a questão de gênero ainda é tratada de forma secundária, principalmente se evidenciarmos as propostas apresentadas pelo MST e o setor de gênero e sua eficácia na prática. Em um dos objetivos gerais apresentados em 08/07/2009 na proposta de reforma agrária popular, o MST afirma “*garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo, em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção, e na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposto às mulheres, especialmente no meio rural*”³⁷.

No entanto, não é o que temos evidenciado em nossos estudos. Temos observado que as desigualdades de gêneros se encontram em quase todas as dimensões do assentamento rural do MST, seja em seus aspectos emancipatórios entre o público e o privado, na dimensão decisória das atividades produtivas ou na conjuntura organizacional do assentamento, conforme fora apresentado.



Fonte: Unitrabalho – IESOL – UFAL. Pesquisa realizada em novembro de 2010.

³⁷ Fonte extraída do site: <http://www.mst.or.br/node/7708>

No gráfico acima representamos o percentual pelo total de homens e de mulheres assentados(as) que conferiram suas respostas separadamente, de acordo com a divisão dos eixos por gênero, quanto à percepção em relação à sua participação em eventos que discutissem sobre tema de gênero em assentamento rural do MST.

Fica identificada a necessidade de uma maior demanda de esforço por parte do diretório estadual em promover eventos que contribuam para uma maior disseminação sobre a temática de gênero em assentamento rural, apontando as suas vantagens para um maior o fortalecimento do Movimento enquanto representante institucional de uma coletividade rural sem distinção de gênero, etnia e geração.

É de conhecimento as dificuldades que são imputadas a estes outros aspectos considerados “secundários” – gênero, etnia e geração – pois a luta foca de forma prioritária a conquista e a aquisição da terra, contudo é possível haver uma maior integração entre os diversos setores atuantes do MST.

Gostaríamos de deixar claro que trabalhamos com dados genéricos quanto à participação de mulheres nos mais variados setores, portanto tendo a plena certeza de que a participação das mulheres existe, porém de forma a não evidenciar a ruptura da divisão pautada na perspectiva de gênero. Nossa preocupação maior nesta parte do trabalho foi mensurar a disparidade entre os gêneros em vários setores produtivos e reprodutivos, públicos e privados em assentamento rural. Demonstrar com isso, que muito se tem a debater a fim de vislumbrarmos uma maior equidade entre homens e mulheres do campo em seu espaço de manutenção e convívio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa identificamos o quanto os assentamentos rurais representam espaços fecundos para o desenvolvimento de relações de poder no que se refere às desigualdades entre os gêneros. Com isso, procuramos analisar os mecanismos simbólicos de poder e dominação que contribuem para a conformação estrutural de práticas corporificadas entre homens e mulheres no espaço do assentamento no MST.

Através de uma abordagem sobre o artifício da concentração de terra no Brasil, a partir da estruturação da agroindústria e consolidação do capital agroindustrial, podemos ter uma visão de como aconteceu o processo de fortalecimento de homens e mulheres do campo, uma vez que o propósito da luta pela terra sugere uma maior articulação organizacional. A partir daí podemos observar que tanto homens quanto mulheres foram fundamentais para o desenvolvimento de movimentos sociais voltados na luta contra o latifúndio e o capital.

Desta forma o Movimento assume um caráter automaticamente classista, associando todas as dimensões de sua estrutura a esta luta, que, gostaríamos de ressaltar, é legítima. Contudo, não se pode deixar de advertir que a luta contra o latifúndio refere-se a *companheiros e companheiras*. Não queremos aqui colocar em questão a seriedade do movimento, tampouco, questionarmos a necessidade de um processo contínuo de luta contra a exploração daqueles(as) que na terra querem labutar, mas também evidenciarmos como vêm se desenvolvendo e constituindo as relações de poder na perspectiva de gênero no espaço do assentamento no MST.

Pudemos demonstrar em nosso trabalho algumas dimensões que ainda apontam para a manutenção das desigualdades de gênero dentro da estrutura em assentamento rural do MST.

Pôde ser observado nesse estudo que ao expressar suas representações sobre o masculino e o feminino, os assentados(as), geralmente, arrogaram às mulheres atributos de fragilidade e submissão e, aos seus companheiros, de força e superioridade. Podemos identificar o quanto as atividades consideradas primordiais e/ou “produtivas” ao desenvolvimento do assentamento, geralmente ligadas a agropecuária sofrem um

imperativo dos homens nas decisões, contribuindo assim, para a manutenção da estrutura de predomínio masculino, no que concerne a produção, por exemplo.

Um dos fatores determinantes para manutenção das instâncias assimétricas de gênero no assentamento rural, conforme analisado, se alarga no *campo* onde se estabelecem os conflitos entre o público e o privado, uma vez que o público assume a perspectiva de liberto, independente e dominador – portanto associado simbolicamente à figura masculina – enquanto que o privado está cercado de controle, reclusão e dependência – caracterizando simbolicamente a figura feminina na estrutura do assentamento rural no MST.

Outro fator diretamente ligado à questão das desigualdades de gêneros é a concepção de cidadania, ou seja, a percepção dos direitos individuais – civis, políticos e sociais. A maioria dos homens e mulheres assentados(as) identifica os direitos como iguais, porém, quando questionados(as) sobre as oportunidades oferecidas – como trabalho, poder de participação e decisão – admite que não haja igualdade entre os gêneros. Isso nos leva a crê que o ideal de igualdade já foi, de certa maneira, incorporado pelos assentados(as), mas que não bastam apenas as mudanças na esfera normativa. Essas devem refletir diretamente na realidade do assentamento, para fazer com que as assentadas possam reivindicar e exercer em sua plenitude a cidadania.

Identificamos que todas essas práticas encontram-se estruturadas e são estruturantes, ou seja, entendemos a construção de uma dominação mediada por uma subjetividade – como sendo a construção de juízos de valor que são internalizados e objetivados na estrutura em forma de *habitus* e externalizados – [re]produzidos – pelos agentes sociais em forma de ações sociais que, na atual conjuntura contribuem para a manutenção da dominação masculina, porém, por tratar-se de um campo onde se desenvolvem tensões, devemos considerar o *habitus* como passivo de transformações estruturais.

Portanto, entendemos que essa forma de dominação que é exercida entre os gêneros em assentamento rural do MST está intimamente condicionada por “valores morais” – crença na supremacia da virilidade masculina; dependência da mulher em relação à proteção masculina – constituídos historicamente através dos laços patriarcais que o

Movimento herdou e conformado socialmente pelas práticas corporificadas pelo *habitus* e seus mecanismos simbólicos, exercendo assim uma dominação construída e reproduzida no *campo* das relações simbólicas de poder.

Gostaria também de deixar registrado que o intuito deste trabalho foi tentar caracterizar de forma coerente os problemas acerca da discussão que envolve a formação de uma identidade feminina dentro de um imperativo masculino na dinâmica do MST. Identidade se refere ao sentido que atribuímos a nós mesmos no mundo, ou seja, a quem somos como indivíduos e seres sociais, isto é, na relação que estabelecemos com os demais indivíduos. Podemos dizer que identidade também diz respeito a tudo aquilo que se é, internamente falando, como, e ao mesmo tempo, ao que não se é, ao que está fora, a diferença, ou seja, a identidade envolve a mediação entre o interno e o fora por meio da diferenciação e da semelhança. Isso implica em dizer que a formação da identidade da mulher assentada remete à sensação subjetiva de que 'eu sou', isto é, de que um algo permanente subjaz aos diversos momentos de sua existência, encadeando umas às outras as diversas vivências e representações que sucessivamente vão se apresentando à consciência.

É necessário também alertar, que longe de tentar esgotar o tema, este texto pretende contribuir para a discussão que envolve essa temática, além de indicar apenas alguns tópicos considerados como essenciais para posteriores debates de forma consciente e responsável. Pois, a discussão das teorias, nos nossos dias, é tão grande e complexa quanto polêmica. Assim, estas são apenas algumas das interpretações possíveis de fenômenos tão presentes nas relações sociais entre homens e mulheres em assentamentos rurais do MST.

Com isso, gostaríamos apenas de ressaltar que o menor índice de participação das mulheres junto às instâncias decisórias do assentamento sugere, de acordo com os dados e falas coletados, as barreiras que foram erguidas historicamente a partir das relações sociais e de gênero e dos códigos de valores que a sustentam, sendo compartilhados tanto por homens, quanto por mulheres.

Devemos deixar claro que o aprendizado coletivo da luta pela terra já tem contribuído significativamente para a reconstrução dos papéis de gênero, pois mulheres e homens participam conjuntamente de um processo que trouxe significativas mudanças que

se refletem na recriação do novo espaço - a terra conquistada. No entanto, fora do momento de luta a mulher ainda continua sendo excluída das instâncias decisórias, principalmente em espaços vistos como masculinos, como a produção, a organização e a liderança do assentamento. Portanto, ainda há muito que se construir na luta pela humanização de mulheres e homens na construção do espaço-campo desejado.

A luta passa pela conquista da terra, da moradia, da educação, da saúde, mas passa também, pela reconstrução das relações de gênero na família, na escola, no trabalho, nas lutas sociais e no próprio assentamento. Para a mulher Sem Terra, portanto, coloca-se um grande desafio: assumir sua tarefa histórica como sujeito social que entra em cena ocupando, também, o espaço público, participando das instâncias decisórias para construir assim, com suas diferenças enquanto mulher, uma história diferente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. **Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociológico brasileiro**. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde à perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record. Rosa dos Tempos, 1997. p. 161-191.
- AKCELRUD, Isaac. **O que todo cidadão precisa saber sobre reforma agrária: a luta pela terra no Brasil**. São Paul: Global, 1987.
- BARBALET, J. M. **A cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 2.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópoles, RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a.
- _____. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão técnica Paula Monteiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b.
- _____. **Sociologia**: In. Renato Ortiz (Org.). Tradução de Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira da. **De historiadoras, brasileiras e escandinavas: loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e XX)**. Tempo, Rio de Janeiro, n. 5, 1988.
- DEÉRE, Carmem; LEON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedades na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. Vol. 2
- FERREIRA, Angêla Duarte Damasceno. **Movimentos sociais no meio rural paranaense**. In: BONIN, A. et alii. *Movimentos Sociais no Campo*. Curitiba: Criar, 1987.
- FONSECA, Tânia Mara Galli. **Utilizando Bourdieu para uma análise das formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher**. In: STREY, Marlene Neves et al. *Construções e perspectivas em gênero*. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FURTADO, Celso. **Seca e Poder**. Entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

GALLICHIO, Enrique. **Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina**. Rio de Janeiro, ActionAid, 2002.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**/ Maria da Glória Gohn (Org.), 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAVINAS, L. **Gênero, Cidadania e Adolescência**. In: **Quem Mandou Nascer mulher**. Felícia Madeira (Org.). Record/Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1997.

_____. (coord.) **Mulher Rural: identidades na pesquisa e na luta política**. Apresentação e Levantamento Bibliográfico, Anais. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. Dezembro, 1987.

MATOS, Maria Izilda S de. **Outras histórias: as mulheres e estudos de gêneros – percursos e possibilidades**. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. **Gênero em debate: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea**. São Paulo: Educ, 1997.

MELO, Denise Mesquita de. **Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000**. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. pp. 113-141.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. In. António de Araújo (Org.). Tradução Benedita Bettencourt. Coimbra: Almedina, 2006.

MISOCZKY, M. C. A. **Campo de poder e ação em Bourdieu: implicações de seu uso em estudos organizacionais**. Campinas, Anais, ENANPAD, 2001. CD-ROM.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**. 2006. 132f. Tese (Doutorado em ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Minas Gerais, 2006.

ORTEGA, M.; SÁNCHEZ, C. & VALIENTE, C. (Ed.) **Género y ciudadanía: revisiones desde El ámbito privado**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

PACHECO, Maria . L. **Agricultura familiar: um olhar de gênero**. In._____. **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF. 1998. P. 45-53. (Coleção Cadernos Semprevivas).

PAGE Joseph. **A Revolução Que Nunca Houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

POLANYI, Karl. **A grande transformação – as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POSSAS, Lídia M. Vianna. **Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado**. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si e escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

REZENDE Maria José de & TOMAZI, Nelson Dacio (coord.); **Iniciação à sociologia**. Unidade 3, capítulo 7. 2 ed. São Paulo: Atual, 2000.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

RUA, M. G. **Políticos e burocratas no processo de policy-making: a política de terras no Brasil, 1945-1984**. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTIAGO, Vandek. **Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador**. Série Perfil Parlamentar. Recife, A Assembléia, 2001.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal: As feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1989.

_____. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

SELL, Carlo Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2009.

SILVA, C. B. **Homens e mulheres e movimento: relações de gênero e subjetividade no MST**. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

SOIHET, Rachel. **Enfoques feministas e a História: desafios e perspectivas**. In: SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S de. *Gênero em debate: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea*. São Paulo: Educ, 1997.

SCHWADE, Elizete. **“A luta não faz parte da vida... é a vida”: o projeto político religioso de um assentamento no oeste catarinense**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis-SC, 1993.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Da utopia do acampamento à recriação social do assentamento**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria-RS, 1995.

VALENCIANO, R. C.. **A participação da mulher na luta pela terra: discutindo relações de classe e gênero**. Texto de qualificação de Mestrado em geografia. Presidente Prudente, Unesp., 2004.

VALENCIANO, Renata Cristiane; JÚNIOR Antonio Thomaz. **O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou classe?** Revista electronica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, n. 119 (26), 2002.

VIEIRA, E. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. 3 ed. Brasília: UnB, 1994.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**, parte 2. Tradução de Augustin Wernet; introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONTES ELETRÔNICAS

GUANZIROLI. **O porquê da reforma agrária**. Revista Econômica, v. 4, n. 1, Junho 2002 – impressa em Outubro de 2003. Universidade Federal Fluminense. <http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/guanziroli.pdf>

JORNAL DO COMÉRCIO. **É preciso construir condições igualitárias**. <http://www2.uol.com.br/JC/_2001/1908/cd1908_5.htm>. Acesso em: 18 jun. 2008.

Sapiência. Informativo científico da FAPEPI Nº 8, Ano III, ISSN 1809-0915, de Junho de 2006. <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=censoagro>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=al>

http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetos_programas/titulacao_de_assentamento/titulos_emitidos_al.pdf

http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf